



## 39ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº  
39007  
17/02/2014

### Sumário Executivo Mirangaba/BA

#### Introdução

Este Relatório trata dos resultados dos exames realizados sobre 14 Ações de Governo executadas no município de Mirangaba/BA em decorrência da 39ª Etapa do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos.

A fiscalização teve como objetivo analisar a aplicação dos recursos federais no Município sob a responsabilidade de órgãos e entidades federais, estaduais, municipais ou entidades legalmente habilitadas, relativas ao período fiscalizado indicado individualmente, tendo sido os trabalhos de campo executados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014.

Informações sobre indicadores socioeconômicos do município sorteado:

Informações Socioeconômicas	
População:	16279
Índice de Pobreza:	48,66
PIB per Capita:	2.986,16
Eleitores:	10599
Área:	1952

Fonte: Sítio do IBGE.

Os exames foram realizados em estrita observância às normas de fiscalização aplicáveis ao Serviço Público Federal, tendo sido utilizadas, dentre outras, técnicas de inspeção física e registros fotográficos, análise documental, realização de entrevistas e aplicação de questionários.

As situações evidenciadas nos trabalhos de campo foram segmentadas de acordo com a competência de monitoramento a ser realizado pela Controladoria-Geral da União.

A primeira parte, destinada aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal - gestores federais dos programas de execução descentralizada - apresentará situações evidenciadas que, a princípio, demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas desses gestores, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente Tomada de Contas Especial, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

Na segunda parte serão apresentadas as situações evidenciadas decorrentes de levantamentos necessários à adequada contextualização das constatações relatadas na primeira parte. Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

## Informações sobre a Execução da Fiscalização

Quantidade de ações de controle realizadas nos programas/ações fiscalizados:

Ministério	Programa/Ação Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa/Ação
MINISTERIO DA EDUCACAO	EDUCACAO BASICA	8	16.814.617,64
<b>TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA EDUCACAO</b>		<b>8</b>	<b>16.814.617,64</b>
MINISTERIO DA SAUDE	APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS)	3	316.248,18
	EXECUÇÃO FINANCEIRA DA ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1	3.977.415,29
	GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL	2	Não se Aplica
<b>TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA SAUDE</b>		<b>6</b>	<b>4.293.663,47</b>
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	BOLSA FAMÍLIA	1	10.155.420,00
	FORTELECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)	2	234.000,00

<b>TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME</b>	<b>3</b>	<b>10.389.420,00</b>
<b>TOTALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO</b>	<b>17</b>	<b>31.497.701,11</b>

Os executores dos recursos federais no âmbito municipal foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 24 de abril de 2014, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Com relação ao cumprimento da Lei n.º 9.452/97, a Prefeitura Municipal não notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no Município, sobre a liberação de recursos federais, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

## Consolidação de Resultados

Durante os trabalhos de fiscalização realizados no Município de Mirangaba/BA, no âmbito do 39º Sorteio de Municípios, constataram-se diversas falhas relativas à aplicação dos recursos federais examinados, demonstradas por Ministério e Programa de Governo. Dentre estas, destacam-se, a seguir, as de maior relevância quanto aos impactos sobre a efetividade dos Programas/Ações executados na esfera local.

Na gestão de obras (educação e saúde) destaca-se a falta de acompanhamento físico, gerando superfaturamentos nas três obras visitadas, quais sejam: UBS no distrito de Canabrava, creche em Taquarendi e quadra esportiva na sede.

Na educação, destaca-se que os editais de licitação têm se mostrado muito deficientes, com ausência de detalhamento em licitações relacionadas à compra de alimentos para a merenda escolar e contratação de serviços de tecnologia de informação para capacitação de professores. O direcionamento de licitação, observado na contratação de empresa para o transporte escolar, e o superfaturamento do contrato de limpeza de escolas também foram constatações relacionadas à área de Educação, a partir das quais foi possível observar o nível de fragilidade dos controles e de desconformidade legal do Município.

No que tem pertinência com a saúde, o destaque fica pela generalizada desorganização da gestão dos seus recursos. Assim, foi observada desde a falta de documentação até a incoerência completa entre os demonstrativos apresentados. Tais fatos prejudicaram os trabalhos realizados, uma vez que constituem efetiva obstrução a conclusões mais elucidativas. Outros problemas recorrentes foram a falta de medicamentos, a deficiência no cumprimento de carga horária por parte dos médicos lotados nas unidades visitadas e a realização de licitação com preços fora da realidade de mercado.

Por fim, os trabalhos realizados na área social demonstraram deficiências do programa Bolsa Família, quais sejam o recebimento do benefício por alguns indivíduos que já não mais se encontram no nicho de atuação do programa e o controle deficiente das condicionalidades na área de educação. O CMAS também não atua da forma correta, o que é extensivo aos alguns outros conselhos existentes no município e citados no relatório.

Apesar de esta análise estar segmentada por área ministerial, não se deve perder de vista aqueles aspectos que, em razão de sua transversalidade, caracterizam mais fortemente as deficiências da Gestão Municipal, sendo, pois, aqueles que, se corrigidos, tendem a proporcionar melhorias relevantes.

**Ordem de Serviço:** 201406891

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 406.760,00

**Objeto da Fiscalização:** Ente Estadual/Municipal executor da ação Processo de aquisição de alimentos e distribuição dos gêneros às escolas das redes estadual/municipal de ensino. Regular oferta de alimentação nas escolas de acordo com a legislação do programa em vigor. Correta constituição e atuação dos conselhos no acompanhamento da execução do programa.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2030 - EDUCACAO BASICA / 8744 - APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar os seguintes objetivos do programa: cumprir as normas e orientações relativas à execução do programa; Executar os recursos repassados pelo FNDE para a aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar em conformidade com a legislação contábil, financeira e licitatória; Garantir a qualidade da alimentação fornecida; Fornecer contrapartida complementando os recursos federais recebidos; Disponibilizar informações ao gestor federal para cadastro de conselheiros, profissionais de nutrição e outras informações solicitadas.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1 Falta de alimentos e condições inadequadas para o preparo da merenda escolar.

##### Fato

Foram realizadas inspeções das seguintes escolas municipais, escolhidas mediante amostra aleatória:

- Escola Municipal do Carrasco;
- Escola Maria de Lourdes Gonzaga;
- Escola João Batista da Silva;
- Escola Paulo Souto;
- Escola Edite Dias de Carvalho;
- Creche e Escola de Educação Infantil Jacob Alves Cajueiro.

Em inspeção realizada nos itens estocados nas escolas visitadas, bem como mediante entrevista realizada com os funcionários, identificamos falta de alimentos nas seguintes escolas:

### **Escola João Batista da Silva:**

- Falta de alimentos: Segundo a responsável pela merenda, é constante a falta de itens para o preparo da merenda e não se segue o cardápio apresentado pela Secretaria de Educação, sendo que a merenda é feita de forma improvisada, com os itens disponíveis no dia. No momento da visita havia apenas óleo de soja, margarina e alguns pacotes de biscoito.
- Condição de preparo inadequada: O local não dispõe de condições mínimas para o preparo da merenda, conforme registro fotográfico abaixo, entre os quais:
  - Falta de local adequado para o armazenamento da merenda;
  - Materiais de limpeza armazenados junto aos gêneros alimentícios;
  - Falta de refrigerador para manutenção dos alimentos.





## **Escola Municipal do Carrasco**

- Falta de alimentos: Apesar de termos encontrado diversos itens em estoque, outros itens constantes na relação de produtos licitados em 2014, conforme consta no Pregão Presencial 004/2014, realizado em 03/02/2014, não foram localizados.

Basicamente encontramos apenas pacotes de açúcar, milho, soja, arroz e molho de tomate, na geladeira apenas carne fresca, sem etiqueta de procedência, e óleo de dendê.

Não foram encontrados, portanto, iogurte, leite em pó, poupa de suco, queijo, macarrão, frango, carne moída, entre outros itens.

- Condição de preparo inadequada:

- Materiais de escritório armazenados junto aos gêneros alimentícios;
- Refrigerador funcionando precariamente;
- Gêneros alimentícios armazenados estando abertos;
- Reaproveitamento do óleo.



## Manifestação da Unidade Examinada

O gestor apresentou documento, com data de 24/04/2014, com as seguintes justificativas:

*“O Relatório aponta também que o controle de estoque implantado no município de Mirangaba (BA) é inadequado, sendo que a sistemática adotada não forneceria informações consolidadas de saldo de alimentos em estoque e as movimentações de entrada e saída de produtos por períodos, assim como não existe um controle sobre as solicitações efetuadas pelas escolas.*

*Ocorre que o controle é efetuado de maneira mecânica, não dispondo o Município de Mirangaba (BA) de sistema informatizado, como ocorre em outros municípios de maior condição orçamentário-financeira. Sendo que, contudo, se pode observar que, em regra, a alimentação escolar apresenta boas condições de armazenamento e preparo, sendo as situações apontadas casos, indubitavelmente, isolados, sendo que a Administração promoverá as necessárias alterações, objetivando a devida regularização da situação.*

*Acrescente-se que, por eventualidade, a inspeção antecedeu em dias a entrega de nodos produtos, não podendo, portanto, serem testemunhados pelos inspetores, devido a data da visitação.”*

## Análise do Controle Interno

A justificativa apresentada não guarda relação com os fatos apontados, portanto, mantém-se a constatação.

### Recomendações:

Recomendação 1: Adotar as medidas administrativas necessárias ao ressarcimento dos recursos relativos ao período em que houve interrupção no fornecimento de alimentação escolar e caso não obtenha êxito, instaurar a tomada de contas especial.

## 2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### 2.2.1 Controle inadequado do estoque da merenda escolar.

#### Fato

O controle de estoque da merenda escolar implantado no Município de Mirangaba é inadequado, considerando a verificação realizada no depósito utilizado para o



armazenamento e distribuição da merenda escolar, este possui apenas listagens isoladas contendo os itens encaminhados às escolas.

Essa sistemática adotada não fornece as informações consolidadas de saldo de alimentos em estoque e as movimentações de entrada e saída de produtos por períodos. Também não existe um controle sobre as solicitações efetuadas pelas escolas.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Não houve manifestação.

#### **Análise do Controle Interno**

Não se aplica.

### **2.2.2 Falta de realização adequada dos testes de aceitabilidade do cardápio.**

#### **Fato**

Conforme preceitua a Resolução nº 38, de 16/07/2009, o teste de aceitabilidade do cardápio deverá ser aplicado "sempre que ocorrer, a introdução de alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, no que diz respeito ao preparo, ou para avaliar a aceitação dos cardápios praticados frequentemente".

Contudo, foi constatada a realização deficiente destes testes de aceitabilidade no exercício de 2013. No teste de aceitabilidade apresentado pela nutricionista constava apenas questionamento sobre pouquíssimos itens, basicamente apenas biscoito, suco, macarrão e mingau, diferente dos diversos outros itens licitados, como achocolatado, iogurte, carne bovina, frango, ovos, feijão, pão, aveia e soja.

Ademais, tal teste é de suma importância para refletir as preferências e rejeições alimentares dos alunos, tanto que nos testes apresentados os itens mingau, biscoito e suco tiveram um significativo índice de reprovação.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Não houve manifestação.

#### **Análise do Controle Interno**

Não se aplica.

### **2.2.3 Atuação deficiente do Conselho de Alimentação Escolar.**

#### **Fato**

De acordo com a análise dos documentos apresentados e em visita realizada na Central de Merenda e às escolas, constatou-se que o conselho não atua de forma satisfatória, considerando os seguintes aspectos:

- a) Baixa frequência de reuniões – No Livro de Atas apresentado, constam apenas 13 reuniões realizadas desde sua abertura em 2002, e a última reunião realizada foi em 2012;
- b) Professores e funcionários das escolas visitadas não recebem visitas do CAE;
- c) Conselheiros não acompanham a execução financeira do programa, principalmente na realização dos procedimentos licitatórios, nem analisam as despesas efetuadas com recursos do PNAE;
- d) Não possui Regimento Interno; e
- e) Não possui Plano de Ação.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

O gestor apresentou documento, com data de 24/04/2014, com as seguintes justificativas:

*“Sobreleva considerar que a deficiência na foi fruto de inércia pela Administração Municipal, pelo contrário, a Prefeitura Municipal de Mirangaba (BA) observando que membros que compuseram o CAE não deveram ser inseridos e mantidos, assim como os documentos relacionados ao Conselho não foram devidamente transmitidos ou repassados à Prefeitura Municipal.*

*Some-se a isso que, conforme asseverou o Presidente do Conselho, o mesmo sempre funcionou, mas, contudo, sem o necessário Regimento Interno, sendo que o vício não foi corrigido na gestão anterior.*

*Assim, diante da irregularidade apontada, que decorre da gestão anterior, a Secretaria Municipal já oficiou (DOC. 41) as entidades e Executivo Municipal para indicação de seus respectivos membros, com o devido acompanhamento de Ata, objetivando regularização do Conselho de Alimentação Escolar, por ser medida de inteira necessidade ao Município, como forma de controle social.”*

### **Análise do Controle Interno**

Apesar dos esclarecimentos apresentados, mantém-se a constatação.

#### **2.2.4 Ausência de cálculo da quantidade de merenda a ser adquirida por aluno, quando dos procedimentos licitatórios.**

##### **Fato**

Nas licitações analisadas no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, Pregão nº 003/2013 e Pregão nº 004/2014, ambos para a aquisição de gêneros alimentícios com recursos do PNAE, constatou-se que a Prefeitura não utilizou nenhum parâmetro para mensurar o consumo dos alimentos destinados à merenda escolar, ou seja, não procedeu ao cálculo da quantidade de merenda estimada, que deveria ter sido realizado com base no universo de alunos a serem atendidos. Este fato impede a determinação precisa do número de unidades de cada item a ser adquirido.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

O gestor apresentou documento, com data de 24/04/2014, com as seguintes justificativas:

*“No que se refere aos apontamentos sobre esta constatação registrados no Relatório de Fiscalização da CGU, o Gestor municipal tem a esclarecer que todos os fatos sinalizados serão objeto de rigorosa apuração, que compreenderá os servidores e pessoas citadas.*

*Desse modo, o Gestor municipal se compromete à colaborar com a função fiscalizatória dessa CGU, encaminhando as conclusões e documentos obtidos, além de eventuais medidas a serem adotadas contra os responsáveis, o que certamente contribuirá para o esclarecimento da situação retratada.”*

## **Análise do Controle Interno**

Apesar do reconhecimento do gestor quanto aos fatos apontados e das providências tomadas, mantém-se a constatação inalterada.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406460

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 66.816,70

**Objeto da Fiscalização:** Aquisição de mobiliário e equipamento para Educação Infantil, por meio do Termo de Compromisso PAR Nº 9460/2013, no âmbito da ação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica. As especificações dos itens e preços encontram-se no Termo de Compromisso PAR, o qual pode ser consultado em <http://simec.mec.gov.br/par/carregaTermos.php>

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2030 - EDUCACAO BASICA / 0509 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar os seguintes objetivos do programa: contribuir para a ampliação dos meios de acesso e permanência na escola, dos alunos matriculados na educação básica pública.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

### 2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

## 3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406764

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 306.387,84

**Objeto da Fiscalização:** Atuação da Entidade Executora - EEx Prefeituras atendidas através de repasse de recursos do PNATE, com vistas a atender os alunos do Ensino Básico público, residentes em área Rural, constantes do Censo Escolar do exercício anterior.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2030 - EDUCACAO BASICA / 0969 - APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar os seguintes objetivos do programa: garantir a oferta do transporte escolar aos alunos do ensino básico público, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos gestores federais, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1 Despesas realizadas incompatíveis com o objetivo do programa.

##### Fato

Dentre os roteiros apresentados para a realização do serviço de transporte escolar, referente ao Pregão Presencial nº 048/2013, contrato nº 142/2013, consta o roteiro nº 15 – “Mirangaba para atender IFBA em Jacobina”.

Ocorre que os recursos do PNATE são de aplicação específica para o apoio escolar na educação básica, não cabendo, portanto, o transporte universitário dos estudantes do IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.

O contrato nº 142/2013 foi assinado com vigência entre 01/10/2013 e 31/12/2013, tendo sido aditado até 31/01/2014, e mais uma vez aditado até 30/04/2014. O roteiro nº 15 foi

contratado para o trimestre por R\$ 49.629,60, o que corresponde a 11,17% do valor total contratado de R\$ 444.214,81.

Nos processos de pagamentos efetuados, identificamos os seguintes pagamentos deste contrato:

- Pagamento de R\$ 34.135,85, em 24/12/2013, pago com recursos do PNATE;
- Pagamento de R\$ 29.128,84, em 20/12/2013, pago com recursos do FUNDEB 40%.

Portanto, considerando que nesta parte do relatório estamos apresentando apenas as verificações das despesas relativas ao PNATE, e levando em conta que o gasto inelegível do roteiro nº 15 corresponde a 11,17% do valor total contratado, apuramos o pagamento indevido de R\$3.812,97.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

O gestor apresentou documento, com data de 24/04/2014, com as seguintes justificativas:

*“A análise da CGU identificou pagamentos do transporte de alunos de baixa renda do município para o IFBA em Jacobina, apesar da legislação vigente contemplar com os recursos do FUNDEB apoio a Educação Básica o município entendeu que o investimento nos cursos técnicos aos alunos de baixa renda ser validos uma vez que estamos oportunizando serviços à que necessita.”*

### **Análise do Controle Interno**

Não obstante a importância da formação tecnológica e do ensino superior, os recursos do PNATE são exclusivamente para a Educação Básica, devendo o gestor identificar outra fonte de recursos para prestar este serviço. Mantém-se a constatação.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Adotar as medidas administrativas necessárias ao ressarcimento dos valores relativos a despesas realizadas em finalidade diversa ao objetivo do programa.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Favorecimento/direcionamento de empresas em processos licitatórios.**

#### **Fato**



Foram apresentadas duas licitações para a contratação de serviços de transporte escolar no exercício de 2013, ambos vencidos pela empresa Jacominas Transportes Ltda., entretanto, foram verificadas situações que demonstram favorecimento à mesma.

1. Pregão presencial nº 003/2013, realizado em 04/03/2013 e com prazo de contrato até 31/12/13, no valor de R\$ 950.883,60, vencido pela única participante do certame, a empresa Jacominas Transporte Ltda., CNPJ nº 03.945.863/00010-20, sendo o valor do quilometro rodado de R\$ 3,40 para ônibus, R\$ 2,80 para micro ônibus e R\$ 2,40 para veículo pequeno.

Analisando-se a documentação apresentada, verificamos que a Jacominas deixou de apresentar documentos importantes quanto à qualificação e que não foram observados pela comissão de licitação, a saber:

- Não apresentou a relação detalhando a estrutura técnica ofertada, sendo que somente foi apresentada a Declaração de Disponibilidade de Estrutura, item 8.2.3.3;
- Não foram apresentados os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos, em nome da licitante, para a comprovação de no mínimo 50% da frota própria para prestação dos serviços contratados, item 8.2.3.4;
- A Declaração de Habilitação Profissional – DHP, em nome do contabilista responsável pela confecção, possui vigência até 20/11/2012, portanto, vencida, item 8.2.4.1;
- O Balanço Patrimonial e as Demonstrações apresentadas não possuem o selo do DHP, fornecido pelo CRC, item 8.2.4.1.

2. Pregão presencial nº 048/2013, realizado em 30/09/13 e com prazo de contrato até 31/12/13, no valor de R\$ 444.214,81, vencido novamente pela empresa Jacominas Transporte Ltda., CNPJ nº 03.945.863/00010-20, sendo o valor do km rodado de R\$ 3,40 para ônibus, R\$ 2,80 para micro ônibus e R\$ 2,40 para veículo pequeno.

Nesse pregão houve outras duas empresas participantes que apresentaram preços bem abaixo do valor ofertado pela Jacominas.

<b>Empresa</b>	<b>Valor Global (R\$)</b>
Jacominas Transportes Ltda.	444.214,81
Garbo Empreiteira e Locação de Veículos Ltda.	340.611,80
Sol Dourado Transportes Ltda.	305.000,00

A Sol Dourado Transportes Ltda. foi desclassificada por apresentar Certidão de Falência vencida em 15/09/2013 e Certidão de Regularidade do FGTS vencida em 29/09/2013, tendo sido a licitação realizada em 30/09/2013, sendo que, conforme consulta ao histórico das certidões no site da CEF, esta renovou sua certidão no próprio dia 30/09/2013.

A Garbo Empreiteira e Locação de Veículos Ltda. foi desclassificada por não ter apresentado o Atestado do credenciamento junto à Secretaria Estadual de Educação, bem como a Certidão de Registro Cadastral junto à Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transporte e Comunicações da Bahia – AGERBA.

Ocorre que, conforme reclamação apresentada por ambas as concorrentes, a Jacominas deixou de apresentar os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos em nome da licitante, para a comprovação de no mínimo 40% da frota própria para prestação dos

serviços contratados, descumprindo o item 8.2.3.4 do Edital, e não apresentou a publicação do Diário Oficial para comprovar a veracidade do Atestado do credenciamento junto à Secretaria Estadual de Educação, descumprindo o item 8.2.3.2 do Edital, situação que verificamos na análise dos documentos constantes no processo administrativo relativo ao Pregão.

Apesar da falta destes documentos, a Jacominas Transportes Ltda. foi declarada vencedora do processo licitatório. O contrato foi assinado até 31/12/2013 e aditado até janeiro/2014, sendo mais uma vez aditado até abril/2014, pois foram abertos dois processos licitatórios para a realização dos serviços de transporte escolar no município de Mirangaba em 2014, sendo que em ambos, havia diversas empresas concorrendo, sendo que todas, inclusive a Jacominas Transportes Ltda., foram inabilitadas por problemas similares aos ocorridos nos certames de 2013.

Destaca-se que até maio de 2012 a Jacominas Transportes Ltda. tinha denominação social de **Jacominas Palace Hotel** e atividade hoteleira, quando foi alterada para Jacominas Transportes Ltda. e saíram os sócios fundadores para a entrada dos novos sócios Jorgina de Sousa Santos e Valdenilson Santos de Oliveira. Em 30/04/2013, estes últimos sócios saem da empresa e entram os novos sócios José Geraldo Melo de Oliveira e Rita de Cássia Santos Jacobina Vieira Guaberto, que respondem atualmente pela empresa, sendo que esta última havia sido contratada pela Prefeitura para consultoria na Secretaria de Educação do Município em 02/01/2013, conforme inexigibilidade de licitação nº 007/2013.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

O gestor apresentou documento, com data de 24/04/2014, com as seguintes justificativas:

*“Consta também do Relatório de Fiscalização que foram verificadas situações que demonstram favorecimento à empresa JACOMINAS TRANSPORTES LTDA.*

*Verificou-se que a empresa supostamente não teria juntado o documento relacionado no item 8.2.3.3 do Edital, não cumprimento do item 8.2.3.4 e também do item 8.2.4.1.*

*Assim, cumpre considerar que o item 8.2.3.3. “Comprovação de que dispõe de estrutura técnica adequada (instalações, aparelhamento e corpo técnico) para cumprimento do objeto desta licitação, mediante declaração própria acompanhada de relação detalhando a estrutura ofertada”, foi cumprida pela Declaração em anexo (DOC. 37), que para a Comissão de Licitação a exigência estaria suprida.*

***Outrossim, com relação ao item 8.2.3.4.** “Comprovação de no mínimo 50% da frota própria com apresentação dos CRLV’S (Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em nome da licitante) que disponibilizará para a prestação dos serviços a serem contratados”, revela que, conforme documento em anexo (DOC. 37), o contrato de compra e venda de veículos que relaciona os automóveis adquiridos pela empresa vencedora no qual cita-os nominalmente com seus respectivos modelos, marca, ano, modelo, placa e chassi, inclusive o item 8.2.3.4. do edital solicitou a apólice do seguro rcf da frota apresentada em nome da licitante, e isso foi feito, conforme documentos em anexo (DOC. 37).*

***Por fim, quanto ao item 8.2.4.1.** “Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, constando*

*obrigatoriamente o selo de Declaração de Habilitação Profissional - DHP, fornecido pelo Conselho Regional de Contabilidade em nome do contabilista responsável pela confecção do documento, com os termos de abertura e encerramento devidamente registrados na Junta Comercial de origem, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta”, ressalta que quanto a obrigatoriedade do selo de declaração de habilitação profissional – DHP, não procede, uma vez que a DHP é eletrônica, podendo inclusive confirmar a autenticidade do documento junto ao CRC-BA na pag. eletrônica [www.crcba.org.br](http://www.crcba.org.br), (DOC. 37), quanto a validade da certidão, de fato na data de abertura da licitação já estava vencido, mas a avaliação da comissão naquele momento era de que a certidão deveria estar válida na data do fechamento contábil do último exercício.*

*Desse modo, cumpre consignar que a Administração Municipal cumpre o estrito instrumento convocatório na sua integralidade, sem parcialidade e direcionamento, observando todos os documentos exigidos e promovendo o julgamento quanto ao devido cumprimento, de modo que comprova através de documentação de o item resta devidamente sanado.*

*Quanto ao Pregão Presencial nº. 048/2013, cabe ponderar que os valores oferecidos não podem prosperar ante ao descumprimento dos Próprios Requisitos Contido No Edital Do Certame, Não Devendo Por Isso Serem Considerados, O Qual Não Foi Impugnado E Dentro Deste Mesmo Contexto Houve O Interesse De Interpor Recurso À Decisão Da Comissão, No Então O Prazo Dado Para Isso Findo Se E Os Recursos Não Foram Protocolados, precluindo, assim, o eventual Direito.“*

### **Análise do Controle Interno**

Quanto ao item 8.2.3.3 – falta de relação detalhando a estrutura técnica ofertada, o gestor encaminhou documento (anexo 37) onde consta a mesma situação verificada no processo, ou seja, apenas a Declaração de Disponibilidade de Estrutura, sem o detalhamento completo da “*estrutura técnica adequada (instalações, aparelhamento e corpo técnico)*”, onde constam apenas documentos que comprovam a compra da frota.

Com relação ao item 8.2.4.1. - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações apresentadas não possuem o selo do DHP, fornecido pelo CRC, o gestor justifica que tal exigência pode ser suprida com consulta ao site do CRCBA, entretanto tal exigência está presente no edital e foi utilizada para desclassificação e até mesmo inibição da participação de outros licitantes, pois não deixava claro essa possibilidade. Também não foi apresentada no processo a referida consulta da validade do documento.

Quanto ao não atendimento da Declaração de Habilitação Profissional – DHP, visto que o documento apresentado pela Jacominas possuía vigência até 20/11/2012, portanto, vencida, o gestor confirmou tal situação e informou que “*a avaliação da comissão naquele momento era de que a certidão deveria estar válida na data do fechamento contábil do último exercício*”.

Assim, verifica-se que não houve isonomia, quando se observa o rigor adotado pela Administração na desclassificação das outras empresas no processo licitatório complementar (Pregão nº 048/2013), onde a empresa Sol Dourado Transportes Ltda. foi desclassificada

por apresentar Certidão de Falência vencida em 15/09/2013 e Certidão de Regularidade do FGTS vencida em 29/09/2013, tendo sido a licitação realizada em 30/09/2013, sendo que, conforme consulta ao histórico das certidões no site da CEF, esta renovou sua certidão no próprio dia 30/09/2013.

Por fim, com relação ao item 8.2.3. - Não foram apresentados os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos, em nome da licitante, para a comprovação de no mínimo 50% da frota própria para prestação dos serviços contratados, consta apenas documentação de compra de 18 veículos, insuficiente para os 49 roteiros licitados. Ademais, 10 veículos constantes da documentação apresentada não fazem parte da relação dos veículos que prestam serviço de transporte escolar.

Diante dos fatos apresentados e da falta de justificativas e documentos que comprovem o contrário, mantém-se a constatação.

## **2.2.2 Ausência de controle do itinerário dos veículos contratados.**

### **Fato**

Na verificação da atuação da Prefeitura Municipal de Mirangaba para operacionalização e controle sobre a prestação dos serviços contratados de transporte escolar, identificamos diversas situações que demonstram a precariedade quanto ao acompanhamento deste serviço, a saber:

1. Não havia servidor responsável pela fiscalização da execução dos serviços de transportes escolar contratado. Em resposta à Solicitação de Fiscalização nº 32, de 20/03/2014, acerca da indicação do servidor com essa atribuição, a gestão apresentou a Portaria Municipal datada do dia anterior, nomeando o funcionário L. C. S. P., portanto, não havia servidor com essa designação até essa data.

Não obstante a formalização da nomeação, este servidor já havia sido apresentado pela Secretária de Educação como sendo o responsável pelo transporte escolar, entretanto, em entrevista realizada com o mesmo no dia 20/03/2014, quando questionado sobre as divergências nos roteiros do transporte contratado, este alegou que desconhece e não é responsável pelos serviços realizados de transporte escolar pela empresa contratada, e que somente acompanha os serviços realizados pelos veículos próprios.

2. Nas planilhas apresentadas, os roteiros não correspondem ao efetivamente realizado, conforme entrevistas realizadas com os motoristas, portanto, não há controle sobre a substituição dos veículos, em especial quanto à adequação do veículo substituto, roteiros modificados e alteração de motoristas.
3. Não há controle quanto à superlotação dos veículos e a utilização dos mesmos para transporte de passageiros que não são alunos, conforme verificado por esta equipe de fiscalização no dia 21/03/2014, às 17:00h, na estrada da sede no sentido da localidade de Taquarendi, registrado nas fotos abaixo:



Foto 1 - Ônibus NYX 4515 - Lotado



Foto 2 - Ônibus NYX 4515 - Lotado



Foto 3 - Ônibus NYX 4515 - Lotado



Foto 4 - Ônibus NTD 8019 - Lotado



Foto 5 - Ônibus NTD 8019 - Lotado - passageiros que não são alunos



Foto 6 Ônibus NTD 8019 - Lotado - alunos

4. Não há boletim de medição das viagens executadas em cada mês e não há atesto da fiscalização na liquidação das faturas.
5. Dificuldade por parte da Gestão Municipal em apresentar uma tabela com a relação dos veículos e roteiros do transporte escolar, sendo que esta foi pedida através da Solicitação de Fiscalização nº 19, de 13/03/2014, e reiterada em 19/03/2014. Essa relação foi entregue inicialmente sem a placa dos veículos e houve grande dificuldade para obtenção da informação completa.

6. Foi solicitada à Secretaria de Educação a apresentação de todos os veículos de acordo com a relação apresentada para vistoria na quarta-feira, mas no início da tarde apenas foram apresentados os veículos próprios, e, até às 17:30 h, nenhum veículo foi apresentado. A vistoria somente ocorreu na quinta-feira em 16 ônibus que faziam roteiros para a sede, de um total de 49 veículos constantes na relação.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

O gestor apresentou documento, com data de 24/04/2014, com as seguintes justificativas:

*“Na verificação na atuação da Prefeitura Municipal de Mirangaba (BA) quanto à operacionalização do controle sobre a prestação dos serviços contratados de transporte escolar, restou identificado a suposta precariedade no acompanhamento do serviço. Nesses termos, aproveita a oportunidade para requerer a juntada dos documentos em anexo. (DOC. 38)*

*Mesmo assim, o Gestor municipal tem a esclarecer que todos os fatos sinalizados serão objeto de rigorosa apuração, que compreenderá os servidores e pessoas citadas. Desse modo, o Gestor municipal se compromete à colaborar com a função fiscalizatória dessa CGU, encaminhando as conclusões e documentos obtidos, além de eventuais medidas a serem adotadas contra os responsáveis, o que certamente contribuirá para o esclarecimento da situação retratada.”*

### **Análise do Controle Interno**

O gestor não apresentou nenhum documento ou justificativa que comprovasse os fatos pontuados, portanto, mantém-se a constatação inalterada.

#### **2.2.3 O Conselho do FUNDEB não atua no acompanhamento da execução do PNATE.**

##### **Fato**

A fiscalização apurou, através de análise das atas de reuniões do Conselho do FUNDEB e entrevistas com parte dos seus membros, que este não exerceu, no exercício de 2013, suas atribuições previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº 11.494/07.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“Nesse quesito, necessário considerar a razoabilidade quanto ao início dos respectivos mandatos dos Conselheiros, contudo a situação será avaliada pela



Administração, visando a sua devida regularização na apreciação das contas do exercício de 2014.

Desse modo, o Gestor municipal se compromete à colaborar com a função fiscalizatória dessa CGU, encaminhando as conclusões e documentos obtidos, além de eventuais medidas a serem adotadas contra os responsáveis, o que certamente contribuirá para o esclarecimento da situação retratada."

### **Análise do Controle Interno**

O gestor, em sua manifestação, concorda com a existência do fato apontado. Mantém-se, portanto, a constatação.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406589

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 816.500,00

**Objeto da Fiscalização:** Aquisição de veículos automotores, zero quilometro, com especificações para transporte escolar, por meio do Termo de Compromisso PAR nº 9371/2013, no âmbito do programa caminho da escola, com as seguintes especificações:  
- 1 ÔNIBUS RURAL ESCOLAR ORE 1 4X4 (ÔNIBUS RURAL ESCOLAR PEQUENO (4X4)) - Valor Total R\$ 196.500,00 - 1 ÔNIBUS RURAL ESCOLAR ORE 1 (ÔNIBUS RURAL ESCOLAR PEQUENO) - Valor Total R\$ 139.000,00 - 2 ÔNIBUS RURAL ESCOLAR ORE 3 (ÔNIBUS RURAL ESCOLAR GRANDE) - Valor Total R\$ 481.000,00

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2030 - EDUCACAO BASICA / 0E53 - APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR PARA A EDUCACAO BASICA - CAMINHO DA ESCOLA no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a contribuir para a ampliação dos meios de acesso e permanência na escola, dos alunos matriculados na educação básica pública.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1 Morosidade na aquisição de 2 ônibus da marca Mercedes Benz por parte da Prefeitura de Mirangaba/BA.

##### Fato

A Prefeitura Municipal de Mirangaba assinou Termo de Compromisso PAR nº 9371/2013 com o FDNE para aquisição de 4 ônibus escolares. Destes, foram efetivamente adquiridos 2: 1 Marcopolo Volare 4x4, no valor de R\$196.500,00; e 1 Iveco CityClass, no valor de R\$139.000,00.

Todavia, foi observado que os outros dois ônibus não se encontravam ainda no município na ocasião da realização dos trabalhos de campo por parte da equipe de fiscalização, apesar dos recursos estarem disponíveis na conta bancária específica do instrumento de transferência desde 02/08/2013 e o contrato com a empresa Mercedes-Benz ter sido assinado em 27/09/2013 (Contrato nº 133/13). Na avença assinada entre ente municipal e empresa alemã consta Cláusula Oitava estipulando prazo de 130 dias para entrega do veículo à Prefeitura de Mirangaba, a partir da data da assinatura do contrato, o que não ocorreu. A inexistência dos 02 ônibus Mercedes-Benz no município foi verificada 'in loco' e informada tácita e posteriormente pelo município por meio do Ofício nº 42/2014, onde a Prefeitura Municipal asseverou que “adquiriu *[na verdade a Prefeitura não adquiriu, mas somente assinou contrato]* (...) 02 ônibus Rural Escolar – ORE 3, no valor total de R\$481.000,00, na data de 27 de setembro de 2013, sendo que a partir de então passou a cobrar a execução do avençado (...) sem sucesso”.

No mesmo ofício, alguns fatos citados, e relacionados ao atraso, não são possíveis de verificação, como o de que “a Administração (...) exige da empresa o devido cumprimento do contrato”, “os veículos estão em linha de produção” e “o enorme contingenciamento das empresas fornecedoras de ônibus, que não conseguem cumprir prazos de entrega motivado na quantidade de pedidos”.

Tais declarações foram construídas como forma de demonstrar que o atraso não é oriundo de falta de ação da prefeitura, mas sim de problemas na produção dos ônibus. Contudo, não foram encaminhados documentos que demonstrem que a Prefeitura tem efetivamente cobrado da Mercedes a entrega do ônibus, que os mesmos estariam em linha de produção e que a Mercedes estaria com problemas na entrega dos equipamentos no seu exercício de cumprimento do contrato.

Outro documento não localizado foi ainda o comprovante de encaminhamento dos documentos ao fabricante. Tal comprovante é necessário, uma vez que somente com o encaminhamento formal da Nota de Empenho junto com o contrato à empresa, é possível gerar a obrigação de entrega dos ônibus à Prefeitura.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“Assinala que a Prefeitura Municipal de Mirangaba (BA) assinou Termo de Compromisso PAR 9371/2013 com o FNDE para aquisição de 04 ônibus escolares, Todavia, foi observado que dois ônibus ainda não se encontravam no município na ocasião.

Revela que os ônibus já foram entregues, conforme fatura em anexo (DOC. 35), ao município de Mirangaba (BA), portanto já incorporados ao patrimônio público municipal, de modo que fica sanado o presente quesito.”

### **Análise do Controle Interno**

Apesar dos ônibus terem sido faturados pelo fabricante, conforme documentos encaminhados, não existem documentos que elucidem que os ônibus estejam no município de Mirangaba, operando no transporte de alunos. Assim, somente é possível se concluir que os ônibus foram inspecionados pelo INMETRO, na data de 14/04/14, no município de Feira de Santana.

Não existem documentos de recebimento dos veículos por parte da Prefeitura Municipal de Mirangaba.

Dessa forma, mantemos os fatos constatados.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Exigir da Prefeitura Municipal a comprovação de que os ônibus contemplados no PAR estejam atuando no transporte de alunos dentro do município.

## **2.2 Parte 2**

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406053

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 14.116.748,15

**Objeto da Fiscalização:** Âmbito municipal: prefeituras contempladas com recursos financeiros da complementação da União para aplicação no âmbito do ensino infantil e fundamental. Conselho de Acompanhamento e Controle Social instituído para acompanhamento e controle da aplicação dos recursos do FUNDEB no ensino básico público.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2030 - EDUCACAO BASICA / 0E36 - COMPLEMENTACAO DA UNIAO AO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA E DE VALORIZACAO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO - FUNDEB no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar os seguintes objetivos do programa: assegurar a participação da União, a título de complementação, na composição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de forma a garantir, no âmbito dos Estados onde o valor per capita do Fundo encontrar-se abaixo do valor mínimo nacional por aluno/ano, o alcance desse valor mínimo nacional.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

### 2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das

pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Contrato para limpeza de escolas do município foi inexecutado na totalidade e integralmente superfaturado, no valor de R\$ 354.354,00.**

#### **Fato**

A Prefeitura de Mirangaba abriu o Processo Administrativo nº 100-198-199-200/2013, para a contratação de empresa especializada na área de limpeza urbana e de prédios públicos. Realizou a licitação, na modalidade Pregão Presencial, de nº 004/2013, e celebrou o contrato nº 060/2013 com a Empresa Merhy Transportes LTDA-EPP (CNPJ 10.402.614/0001-53), vencedora do certame.

O contrato prevê a realização de diversas atividades de limpeza urbana e coleta de resíduos. Os pagamentos vêm de dotações orçamentárias de diversas fontes, como a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Obras e Secretaria de Educação. No que se refere à Secretaria de Educação, os recursos para pagamento do contrato são do FUNDEB. A atividade a ser realizada para pagamento com recursos do fundo seria a limpeza das escolas municipais.

A fiscalização apurou que nenhuma empresa faz a limpeza das escolas do município. Esta é realizada pelos próprios auxiliares de serviços gerais das escolas, contratados diretamente pela prefeitura. Foram entrevistados professores, diretores de escolas, secretárias, merendeiras e auxiliares de serviços gerais, em visita a 08 unidades educacionais. Todos afirmaram que a prefeitura fornece diretamente o material às escolas, que faz a limpeza através de seus próprios funcionários.

Em análise dos extratos bancários, dos processos de pagamentos e da relação de pagamentos do FUNDEB, verificou-se a saída de R\$ 329.370,98 da conta 7032-7 da agência 2305-1 do Banco do Brasil, utilizada para movimentar os recursos do fundo, para pagamento à empresa Merhy Transportes, que não executou o contrato. A tabela abaixo identifica as datas em que os pagamentos ocorreram.

<b>Processo de Pagamento</b>	<b>Data do pagamento</b>	<b>Valor bruto (R\$)</b>	<b>Valor líquido (R\$)</b>
550	10.05.2013	73.750,00	68.582,25
849	11.06.2013	74.165,00	69.344,27
1095	11.07.2013	78.729,00	73.611,62
1301	13.08.2013	79.055,00	73.916,42
2372	31.12.2013	49.055,00	43.916,42
<b>TOTAL</b>		<b>354.354,00</b>	<b>329.370,98</b>

Fonte: Relação de pagamentos do FUNDEB de 2013.

Dessa forma, por ter a fiscalização confirmado que:

1 – O contrato não foi executado, em sua totalidade (para realização dos serviços de limpeza das escolas – atividade prevista para o pagamento com Dotação Orçamentária do FUNDEB);

2 – Foi desembolsado o valor de R\$ 329.370,98 de uma das contas do FUNDEB para pagamento à vencedora da licitação e signatária do contrato, Merhy Transportes.



Conclui pelo superfaturamento da totalidade do valor do contrato nº 060/13 em relação à parcela dos recursos do FUNDEB (R\$354.354,00).

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“No tocante a esse item, observa-se que restou consignado que a limpeza das escolas é realizada por servidores contratados diretamente pela Prefeitura. Assim, trata de esclarecer a situação em tela, através dos documentos em anexo (DOC. 08), posto que a Prefeitura Municipal de Mirangaba (BA) não possui contrato administrativo de prestação de serviços de auxiliar de limpeza ou auxiliar de serviços gerais para limpeza de escolas, sendo os serviços prestados pela empresa Merhy Transportes LTDA.

Ocorre que os serviços são prestados por diversos munícipes, que residem no município de Mirangaba (BA), confundindo, certamente, os entrevistados acerca da natureza do vínculo e empregados desses terceirizados.

No caso, faz-se necessário frisar que o Executivo Municipal sempre fiscalizou a devida prestação do serviço, porquanto quando se efetuou a opção pela terceirização não se eximiu a Administração do dever de fiscalizar e controlar os seus contratos. Conquanto o Estado deve manter-se vigilante às questões referentes à adimplência pelos contratados dos encargos que decorrem da prestação dos serviços objeto dos acordos firmados, conforme determina o artigo 58, inciso III da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666 de 1993), sendo provavelmente o motivo do equívoco prestado, posto que os servidores são vinculados à empresa e não ao Executivo Municipal.

Portanto, a possibilidade de transferir atividades secundárias a outras pessoas mais competentes pareceu bem mais lucrativa ao Município, que reduziu o déficit estatal através da diminuição de custos. Nesse sentido, ressalta-se que muito embora o sobredito Decreto-Lei nº 200 de 1967 não regulamente propriamente a terceirização, eleva a descentralização à princípio fundamental da Administração Pública Federal, como se vê do artigo 6º, inciso III do supramencionado Decreto-Lei, in verbis: "Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais: (...) III - Descentralização".

Ademais, importa ressaltar que embora a Súmula nº 331 do TST se proponha inicialmente à regulamentar os limites e consequências das terceirizações no âmbito do Direito trabalhista traz consigo disposições que repercutem na seara da Administração Pública, no momento em dispõe que embora não gere vínculo de emprego a contratação irregular de trabalhador, decorrente de terceirização, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, inclusive quando se trata de entidades ou órgãos públicos. É o que se infere dos itens II e IV da Súmula nº 331 do TST, in verbis:

SUM-331 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003(...)

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).(....)

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993).Histórico: Súmula alterada (Inciso IV) - Res. 96/2000, DJ 18, 19 e 20.09.2000" (grifos nossos)

Por fim, informa que a Merhy Transportes LTDA esta localizada efetivamente na Rua Dr. João Pessoa, 240-A, centro, Campo Formoso, Bahia, conforme Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica; Contrato de Locação de Imóvel; Conta de energia da COELBA; Alteração Contratual e Transformação em EIRELI, registrada na junta Comercial do Estado da Bahia, datada de 22 de novembro de 2012, sob o nº29901083334 e nº29600010206, conforme documentos em anexo (**DOC. 09**). Tendo inclusive celebrado contratos com diversos municípios da região.

**Ante o exposto, ressalta-se que no atual paradigma de Estado, cuja atuação estatal, sobretudo, na prestação de serviços tem que ser eficiente, a terceirização se mostra como um dos meios hábeis à conformação da técnica de gestão que tem por finalidade a maximização da eficiência. Nesse sentido assevera, Santos:**

**"Assim, a terceirização é utilizada como instrumento de emprego dos recursos de forma eficiente. Perceba-se que não se está**

a afirma que a terceirização não possui um custo para o Estado (pois toda transação possui um custo), mas que essa forma de estrutura estratégica corresponde a uma tentativa de se alocar eficientemente os recursos públicos" (SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à gestão pública. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 46.).

Portanto, verifica-se com clareza meridiana que o Executivo não presta diretamente o serviço de limpeza das Unidades Escolares, mas através da terceirização do serviço, consoantes provas anexadas."

### **Análise do Controle Interno**

O gestor, em sua manifestação, discorre sobre os benefícios da terceirização de uma atividade não-finalística, como é o caso do serviço de limpeza de escolas. A constatação da fiscalização não questiona esse mérito, mas sim o fato de haver pagamentos para a empresa Merhy Transportes Ltda. para a execução desse serviço quando o mesmo é realizado pelos próprios funcionários da escola.

Sobre a inexistência da empresa no endereço constante na nota fiscal, citada no relatório, o gestor apresentou evidências da efetiva mudança de endereço da filial de Campo Formoso/BA, sendo retirada, portanto, esta informação do texto definitivo.

Sobre a realização da limpeza escolar pela citada empresa terceirizada, o gestor anexou declarações de diretores das escolas do município – cargo comissionado de sua livre escolha e confiança – informando que a limpeza das escolas é realizada pela Merhy Transportes Ltda.

Entretanto, a equipe de fiscalização, quando da realização dos trabalhos de campo, colheu 08 (oito) declarações de servidores, em visita às escolas do município, confirmando que a limpeza dos colégios é realizada pelos próprios funcionários de serviços gerais nela lotados, não havendo terceirização. Ressalta-se que há declarações de diretores, professores, secretárias, auxiliares de serviços gerais e copeira, com essas afirmações.

Dessa forma, por reputar verdadeiras as declarações desses servidores, mantém-se a constatação.

### **2.2.2 Falhas na elaboração do edital e na ata de realização do Pregão Presencial nº 01/2013.**

#### **Fato**

A Prefeitura de Mirangaba realizou a licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, de nº 14/2013, para contratação de empresas para a prestação de serviços educacionais de tecnologias da informação técnico-administrativa e pedagógica com capacitação presencial continuada de professores, aquisição e atualização de licenças de direito de uso de sistemas integrados de gestão acadêmica, portal, software de autoria, treinamento e suporte técnico in loco para a Secretaria Municipal de Educação e unidades escolares.

A vencedora foi a empresa KBM Informática-ME (CNPJ 02.261.314/0001-73), com a proposta de R\$ 2.220.000,00.

A fiscalização efetuou a análise da documentação referente ao edital e à ata de julgamento das propostas. Dessa verificação, foram detectadas as seguintes falhas, que estão em desacordo com as disposições da Lei nº 8.666/93:

- Há imprecisão na descrição do objeto. Não fica exatamente claro no edital o que objetivamente deseja-se contratar;
- O Projeto Básico é desprovido de elementos necessários para a caracterização do serviço;
- Ausência de fundamentação para a quantidade do serviço contratado;
- O edital não define parâmetros para aferir a qualificação econômico-financeira dos participantes do processo licitatório;
- A documentação dos autos não evidencia o quantitativo de empresas participantes mencionado na ata. Das duas participantes, só há documentos relativos à habilitação e proposta da empresa vencedora.

Os fatos acima apontados dão margem para a incorreta realização do procedimento licitatório, e de contratação com a administração em termos prejudiciais para esta, por serem termos vagos, imprecisos, em dissonância com o que determina a Lei de Licitações e Contratos, além da falta de documentação comprobatória dos outros participantes além do vencedor do certame.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

**“Quanto ao questionamento de falhas na elaboração do Edital e pagamento indevido de serviços.**

Respeitosamente acreditamos que por falha de comunicação, falta de conhecimento técnico e ou desconhecimento de causa, os senhores alegaram deficiências na elaboração do referido

Edital colocando em cheque a idoneidade de nossa administração.

Sobre estes questionamentos em comento nossa administração esta fartamente documentada e vem através deste esclarecer.

A Comissão de licitação responsável pela realização do pleito em comento, em conjunto com profissionais técnicos da área educacional, adotaram para elaboração do mesmo os critérios técnicos gerais para avaliação de propostas técnicas que são:

A capacitação e a experiência do proponente;

A qualidade técnica da proposta (compreendendo metodologia, organização, tecnologias e recursos humanos a serem utilizados nos trabalhos);

A qualificação das equipes técnicas a serem mobilizadas para a sua execução.

Os critérios técnicos específicos para avaliação do objeto proposto são:

Suporte in-loco de serviços;

Qualidade de atendimento aos requisitos de projeto básico em comento e ao objeto de licitação;

Nosso projeto básico é delineado na especificação de desempenho e atributos tanto de sistemas computacionais, como de mão de obra específica para viabilização do projeto como um todo.

A adoção desses critérios técnicos de seleção em conformidade com os preceitos da lei 8.666/93 e a lei 10.520/02.

Os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos gestores municipais e pelos órgãos de controle através de relatórios fornecidos pela empresa disponíveis em nossos arquivos.



Nosso critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração foi baseada em determinar que o vencedor do pleito, o licitante que apresentasse a proposta de acordo com as especificações técnicas do edital e ofertar o menor preço; obviamente sempre observando a qualidade técnica;

Inicialmente esclarecemos que trata se de serviços de natureza continua, com quantidade crescente de beneficiados.

Estabelecemos sim, os critérios para mensuração de serviços para todos os itens constantes do edital;

O método aplicado é o da demanda por escopo, onde a nossa administração definiu todas as atividades a serem executadas, os resultados esperados, os padrões de qualidade exigidos e os procedimentos de execução em conformidade com os adotados por nossa administração. O conceito promove um acompanhamento de demanda mais próximo da realidade dos serviços prestados em nossa administração para realização de rotinas constantes e são devidamente documentados através de relatórios mensais apresentados pela contratada.

E sendo nosso principal foco gostaríamos de reportar a quem possa interessar que este projeto contribui diretamente com a queda do índice de evasão escolar, melhoria da qualidade de ensino com a capacitação continuada dos professores e aumento do Ideb, acarretando para o município uma melhor captação de recursos para investimentos em educação.

Antes de encaminhar a solicitação de contratação, foi conduzida análise da economicidade, fizemos a verificação da capacidade da contratação e a capacidade dos benefícios futuros decorrentes da contratação compensar. A alternativa escolhida foi a que traz o melhor resultado possível de uma determinada alocação de recursos financeiros.

Esta administração atentou para a necessidade de avaliação abrangente de custo da contratação, incluindo também os custos, tais como:

Definição de modelo de contratação e estimativas.

Execução da licitação.

Atestação das faturas ao longo do tempo, que envolveu a verificação dos serviços entregues e a verificação de recolhimento de contribuições trabalhistas (seguridade social e FGTS).

Estabelecimento e manutenção do relacionamento entre a empresa terceirizada, a secretaria de Educação e os usuários dos produtos e serviços oferecidos pela empresa contratada.

Verificações de preços junto ao mercado.

Alocação de recursos para a terceirizada. Por exemplo, no caso de prestação de serviços dentro do órgão, há custos relativos a espaço físico (alocação de salas para os funcionários terceirizados), mobiliário (Ex. mesas, cadeiras e armários), equipamentos (Ex. microcomputadores) banda de rede interna e externa (Ex. uso da Internet pelos terceirizados).

Todo processo com base na legislação e jurisprudência, na ciência e nas boas práticas da disciplina da administração, na troca de experiências com outros órgãos e entidades e no conhecimento acumulado localmente, a Administração desenvolveu e formalizou seus métodos para contratação dentro do princípio de economicidade de contratações conforme:

**BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão 828/2007-TCU-Plenário**

• 9.3.1. certifique-se da conformidade dos preços cotados na proposta vencedora com os praticados no mercado;

• 9.4.3.5. ateste a compatibilidade dos preços apresentados pelo licitante vencedor com os de mercado, conforme previsto no art. 43, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, e que também proceda ao confronto dos valores cotados com aqueles praticados por outros órgãos da Administração para os mesmos serviços, a fim de, se for o caso, validar os valores a serem aceitos na contratação;

Ademais, não podemos esquecer que a inclusão da economicidade no texto constitucional vigente, está ligada a 2 princípios clássicos e informativos de **nosso Direito Administrativo, quais sejam, o do interesse público e o da eficiência.**

Além disso, a natural evolução do processo de informatização da sociedade provocou várias transformações no nosso cotidiano aqui na Prefeitura Municipal de Mirangaba, e seria totalmente utópico pensar que estas transformações não atingissem cunhos pedagógicos.

O uso das novas tecnologias na educação representa um grande avanço para nossa cidade e tem sido uma preocupação para nossa administração, a introdução às novas tecnologias no processo ensino aprendizagem, pois bem sabemos que para se trabalhar como caixa, em uma padaria em nossa Capital Salvador, seria necessário hoje, possuir conhecimentos básicos em informática.

Segundo MERCADO (1999):

(...) as escolas que utilizam estas tecnologias no processo de ensino aprendizagem necessitam ter um projeto político-pedagógico, em que os profissionais competentes e criativos sempre estejam repensando a sua prática pedagógica e acompanhando a tecnologia educacional, visando assim uma formação do sujeito crítico e ajudando na construção do seu educando.

(MERCADO, 1999, p. 19).

Essa situação colocou os professores diante de novos desafios, o que exigiu novas mudanças no campo pedagógico através do repensar da estrutura metodológica e a prática pedagógica.

O processo de informatização da Educação foi avaliado e considerado como meio de ampliação das funções do professor, favorecendo mudanças nas condições e no processo de ensino aprendizagem.

Nessa perspectiva repensamos o papel do professor para o uso das novas tecnologias, uma vez que, exige-se que o professor esteja sempre se aprimorando, pois a aprendizagem faz parte de um processo contínuo e inacabado. Trata-se de "aprender e reaprender" e talvez o mais importante, seja aprender junto com o aluno, considerando que as experiências vivenciadas por eles possam sintetizar as novas idéias surgidas em meio à interação, principalmente quando se apóia o processo de ensino-aprendizagem com o auxílio das ferramentas de informática e serviços técnicos de qualidade.

Como consequência foi executada a contratação de uma empresa especializada que é amplamente utilizada como uma mediadora do processo.

Diante disso, o papel atribuído à empresa é de ser peça principal, coordenando o processo de construção de

conhecimento, uma vez que, não assume a condição de dono do saber, mas de mediador do conhecimento respeitando o ritmo de cada educador e aluno participante do processo ensino-aprendizagem, não impondo, mas sim acompanhando e atuando quando se fizer necessário através de intervenções que permitam promover a cooperação, o conflito e a socialização de idéias dentro dos ambientes inteligentes e informatizados de aprendizagem.

Outro aspecto importante que foi analisado por esta administração, é ensinar utilizando como ferramenta auxiliar o "computador e seus utilitários" não é uma tarefa fácil, porque exige uma forte dose de conhecimento técnico pedagógico computacional, diante da interação professor - computador - aluno.

Na troca de conhecimentos podem surgir inúmeras possibilidades a serem aprimoradas e questionadas, justificando ainda mais a contratação dos serviços específicos, que vem desempenhando um papel fundamental para tratar dos assuntos que permeiam a informática na educação.

**Enfim o propósito deste projeto se resume em colocar nas mãos dos professores a busca de uma nova mentalidade pedagógica. E para isso ele precisa aprender como usar as novas ferramentas para atingir metas mais ambiciosas em termos de conhecimentos.**

Aplicamos nossos recursos através da contratação em atividades complementares; criação de conteúdos de disciplinas curriculares; iniciação técnica e práticas investigativas; extensão (cursos e serviços); e atividades extracurriculares.

O preparo do professor e dos alunos não pode ser uma simples oportunidade para passar informações, mas deve propiciar a vivência de uma experiência. Assim, o processo de formação deve oferecer condições para o professor construir conhecimento sobre as técnicas computacionais e entender por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica é exatamente onde baseamos nosso objeto.

Prestação de serviços educacionais de tecnologias da informação técnico-administrativa e pedagógica com capacitação presencial continuada de professores, aquisição e atualização de licenças de direito de uso de sistemas integrados de gestão ACADÊMICA, PORTAL, software de AUTORIA, treinamento e suporte técnico in loco para a secretaria municipal de educação e

unidades escolares conforme definido nos elementos técnicos constantes do *anexo I* deste edital.

Balizamos a iniciativa da específica contratação na lei com base nos seguintes princípios:

**I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;**

**II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;**

**III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;**

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

**VII - valorização do profissional da educação escolar;**

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

**IX - garantia de padrão de qualidade;**

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

**V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;**

Além dos fatos já citados acima, existem ainda algumas considerações que complementaram a busca da melhor escolha para contratarmos o objeto em questão que são:

**Suporte/Infra-estrutura** - Técnicos do fornecedor disponível para assessorar in-loco a secretaria de educação (usuários e corpo técnico), estrutura do fornecedor onde desenvolve os sistemas e nível dos seus profissionais (domínio na linguagem de programação, escolaridade e tempo de experiência);

Contamos hoje com 20 profissionais da prestadora de serviços que atuam diariamente in loco em nossa área técnico-pedagógica educacional que quando questionados sobre serviços prestados em outras escolas não pertencentes ao Município, na verdade se tratava de um intercâmbio pedagógico promovido pela empresa em um projeto semelhante. A referida contratação inclusive nos fornece toda parte de manutenção preventiva, evolutiva e corretiva de nossos sistemas e equipamentos, o que traz grande economia com gastos em manutenção e depreciação de patrimônio para esta administração.

**Quanto ao suposto pagamento indevido de serviços.**

Acredito que por falta de conhecimento técnico necessário para interpretar os relatórios o que acarretou o referido questionamento em comento, iremos abaixo deixar bem explícito para que sejam sanadas todas as dúvidas sobre o suposto pagamento indevido.

Os laboratoristas do município de Mirangaba ainda estavam em treinamento. Na fase de desenvolvimento das aulas multimídias. Para o desenvolvimento destas aulas é necessário que se tenha uma ficha de aula com conteúdo pedagógico desenvolvida pelo professor. Como em Mirangaba em agosto os professores do município ainda não tinham recebido a capacitação referente ao módulo Ficha de Aula, a coordenadora pedagógica Joana Angélica, contratada para a aplicação deste módulo é também responsável pela capacitação de funcionários e professores no município de Ruy Barbosa. A mesma utilizou-se das fichas de aulas desenvolvidas por alguns professores das escolas mencionadas no questionamento do município de Ruy Barbosa. Estas aulas já foram desenvolvidas no município de Ruy Barbosa pelos laboratoristas e funcionários de lá que possui um projeto semelhante.

Como pode-se ver nas fichas de aulas os autores das aulas são professores das respectivas escolas do município de Ruy Barbosa, porém a produção foi feita por funcionários do Projeto de Mirangaba em um intercâmbio pedagógico.

Em capacitações e treinamentos é muito comum e recomendável que se use material de outros autores, desde que sua titularidade seja preservada. E foi exatamente o que foi feito, já que o conteúdo pedagógico das escolas são iguais, utilizou-se para a capacitação e treinamento dos laboratoristas funcionários do Projeto em Mirangaba as fichas pedagógicas de professores do Município de Ruy Barbosa, devidamente especificado seus autores.

Ainda somos atendidos indiretamente por mais 8 profissionais especializados da referida empresa contratada.

**Total de 28 profissionais** envolvidos na plena execução do labor diário.

**Experiência** - Conceito elevado do fornecedor em sua especialidade, decorrente de desempenho, organização e equipe técnica;

**Proposta** - Custo para o desempenho dos serviços e tempo de execução da tarefa.

Temos, portanto, que a empresa além da capacidade de atender na sua totalidade o conjunto do objeto da presente aquisição, e ainda sendo certo que pratica preços compatíveis com os de mercado.

Abaixo estabeleceremos números de beneficiados com a referente contratação que justificam todos os investimentos e que são fartamente expostos de maneira técnica em nosso edital.

**Escolas contempladas pelo projeto em nossa cidade alunos e professores atendidos pelo projeto até o momento.**

**Escola Municipal Manoel Noves**

**Quantidade de professores: 47**

**Quantidade de alunos ensino fundamental: 683**

**Quantidade de alunos do EJA: 33**

**Escola Municipal Rômulo Galvão**

**Quantidade de professores: 23**

Quantidade de alunos ensino fundamental: 238

Escola Municipal Edite Dias de Carvalho

Quantidade de professores: 14

Quantidade de alunos ensino fundamental: 290

Quantidade de alunos do EJA: 51

Escola Municipal Clementina Rosa dos Santos

Quantidade de professores: 15

Quantidade de alunos ensino fundamental: 176

Quantidade de alunos do EJA: 26

Escola Municipal José Miranda da Silva

Quantidade de professores: 30

Quantidade de alunos ensino fundamental: 273

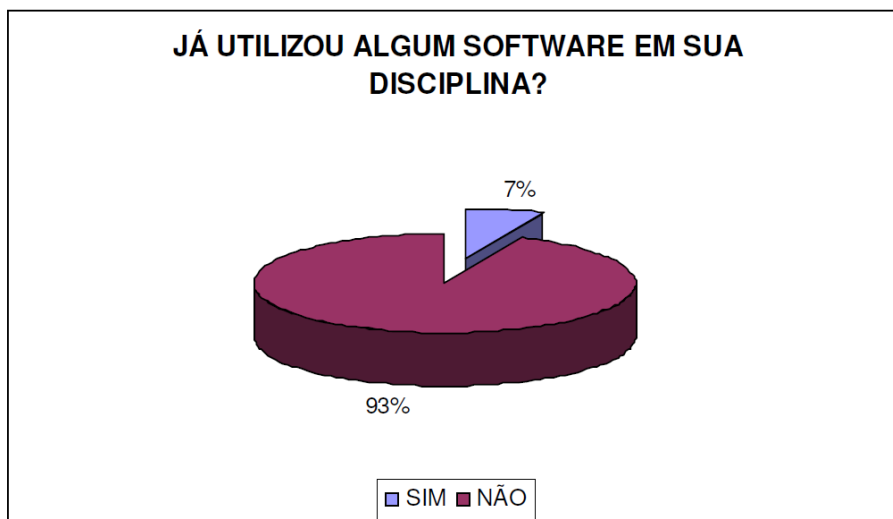
Quantidade de alunos do EJA: 37

Justificando novamente e embasando em criteriosas análises para desenvolvimento de nosso edital também aplicamos questionários para nosso corpo docente a fim de obtermos informações que melhor poderíamos delinear a aplicação de nossos recursos.

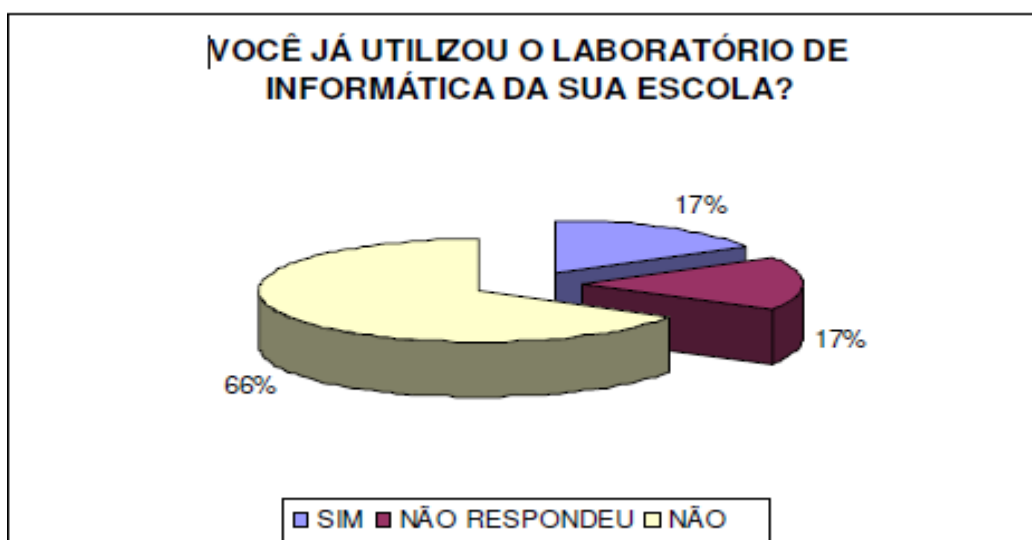
Por exemplo, de que adiantaríamos possuir os computadores se não pudéssemos utilizá-los?

Colocamos a seguinte questão conforme gráficos abaixo.



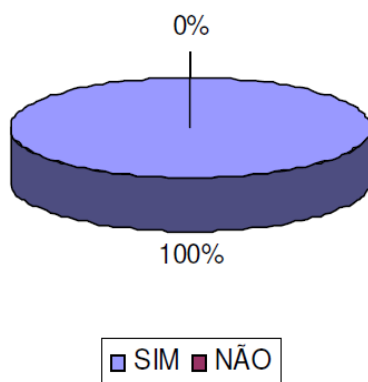


E mais:



E não satisfeitos, coletamos dados referentes à outra questão de suma importância conforme gráfico:

**VOCÊ ACREDITA QUE A INFORMÁTICA SE  
APRESENTA COMO MEIO AUXILIAR NO  
PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM?**



Quando perguntamos aos nossos entrevistados se eles se considerariam aptos a utilizarem o laboratório de informática da escola e integrarem essa nova tecnologia as suas aulas, pôde-se perceber a ansiedade, a vontade e a angústia de alguns desses professores em relação à questão.

Talvez essa seja a questão que melhor retrate a situação desses professores frente à evolução da tecnologia. O que justifica plenamente a aplicação de nossos recursos. Sendo nossa obrigação atender os anseios da coletividade. A finalidade da lei sempre será a realização do interesse público, entendido como o interesse da coletividade.

Cada norma visa a satisfação de um determinado interesse público, mas a concretização de cada específico interesse público concorre para a realização do interesse público em sentido amplo (interesse comum a todos os cidadãos de Mirangaba, alunos, pais de alunos, educadores e sociedade como um todo).

Nesse caso, acreditamos que a apresentação dos gráficos seria o suficiente para demonstrar a necessidade de investimentos com estes fins específicos na Educação.

Dessa forma, percebemos que em um primeiro momento a preocupação é só de implantar o programa na escola e

**preparação e formação para lidar com o fato é colocada em segundo plano.**

Por parte dos professores e escolas pôde-se constatar ainda, que grande parte dos professores entrevistados acredita na introdução dessa nova tecnologia na educação como uma forma de estimular os alunos e sua construção de conhecimento, mas afirmam não estarem muito familiarizados com o fato **e que o melhor caminho seja a formação continuada.**

Neste contexto, a razoabilidade e economicidade são princípios balizares do investimento dos recursos questionados, segundo entendemos, essenciais à nossa administração.

Por tais razões, esta administração para procedeu com parcimônia na consecução dos gastos públicos, de forma a adequar-se aos princípios contidos no art. 37 da Constituição Federal, em especial aqueles respeitantes à economicidade e razoabilidade.

Evidenciamos sua legalidade e razoabilidade, avaliamos os seus resultados no que concerne à economia, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades de nosso município.

Entendemos que é dever de nossa administração adotar políticas públicas educacionais que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, construir uma sociedade justa, livre e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover o bem de todos.

Ocorre que o Estado não pode estar presente e atuante em todas as esferas da vida em sociedade, muitas vezes naqueles setores que são considerados como de especial importância, como é o caso da saúde e da educação, o que torna necessária a atividade do setor privado, no sentido de suprir as deficiências do sistema.

Desta forma garantimos a aplicação do volume de recursos disponíveis, com eficiência e transparência

Nossa proposta de apoio ao desenvolvimento e implantação da tecnologia da informática na educação pública dentro desse projeto é de melhoria da qualidade e eficiência do sistema educacional público municipal que leve aos alunos de menor

poder aquisitivo acesso a recursos tecnológicos possibilitando uma inserção vantajosas no mercado de trabalho, no geral; e ainda mais criando meios para evolução do pensamento, raciocínio lógico, assim como todo o desenvolvimento cognitivo do aluno. Usando a técnica dentro de um objetivo múltiplo e contínuo, encontrando um caminho atuante e integrante para a formação da cidadania.

Considerando, especialmente, os princípios da economicidade, da razoabilidade e o da eficiência.

Diante do exposto, em primeiro lugar receber a presente resposta.

**Para que os Senhores se dignem que repudiamos qualquer menção de aplicação de sanções**, pois deixamos claro que a nossa administração não acarretou nenhuma lesão ao interesse público e nenhum tipo de prejuízo aos cofres públicos.

Para que Vossa Excelência se digne de considerar sanados os supostos questionamentos em comento, julgando REGULAR a questão em epígrafe."

### **Análise do Controle Interno**

O gestor em sua manifestação discorre sobre os critérios adotados pela administração nas escolhas em relação ao processo realizado, mas não explica, objetivamente, ou junta documentação que esclareça as seguintes falhas:

- Imprecisão na descrição do objeto. Não fica exatamente claro no edital o que objetivamente deseja-se contratar;
- Projeto Básico é desprovido de elementos necessários para a caracterização do serviço;
- Ausência de fundamentação para a quantidade do serviço contratado;
- Edital não define parâmetros para aferir a qualificação econômico-financeira dos participantes do processo licitatório;
- Documentação dos autos não evidencia o quantitativo de empresas participantes mencionado na ata.

A constatação não objetiva questionar a idoneidade da administração, tão-somente apontar as falhas no processo que dão margem à incorreta realização do procedimento licitatório, e de contratação com a administração em termos prejudiciais ao gasto eficiente dos recursos públicos.

Diante do não esclarecimento da situação verificada, mantém-se o ponto do relatório.

### 2.2.3 Utilização indevida de recursos do FUNDEB para pagamento de tarifas bancárias.

#### Fato

Em análise dos extratos bancários da Conta nº 7.032-7 da Agência 2301-1 do Banco do Brasil, intitulada P M M – FUNDEB – 40, utilizada para movimentar os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, verificou-se o pagamento indevido de despesas com tarifas bancárias, a saber:

<b>Data da Transferência</b>	<b>Doc de Transferência</b>	<b>Valor</b>
09.05.2013	831291200136335	R\$ 7,40
20.05.2013	851401200320537	R\$ 7,40
20.06.2013	891711200140118	R\$ 7,40
21.06.2013	831721200233351	R\$ 7,40
18.07.2013	821991200246343	R\$ 7,40
18.07.2013	821991200246344	R\$ 7,40
19.07.2013	832001200058389	R\$ 7,40
12.08.2013	872241100046415	R\$ 7,40
14.08.2013	822260900323251	R\$ 7,40
10.10.2013	882831000060434	R\$ 7,40
10.10.2013	882831000060435	R\$ 7,40
16.10.2013	812890901828051	R\$ 7,40
21.10.2013	852941100123384	R\$ 7,40
13.11.2013	823170901868084	R\$ 7,40
03.12.2013	863370900029637	R\$ 7,40
24.12.2013	853580700294630	R\$ 7,40
26.12.2013	833600900080874	R\$ 7,40
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 125,80</b>

Fonte: Extratos bancários do FUNDEB em 2013.

A utilização dos recursos para pagamento de tarifa bancária é indevida, estando em desacordo com as disposições do artigo 21 da Lei 11.494, de 20/06/2007, que determina que os recursos devem ser utilizados em ações consideradas como de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública. Portanto, qualquer saída de recurso das contas específicas do programa diversa de tal finalidade deverá ser impugnada, como restou caracterizada na presente constatação.

#### Manifestação da Unidade Examinada

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“Verificou-se, ademais, o pagamento de tarifas bancárias com recursos do FUNDEB.

No que se refere aos apontamentos sobre esta constatação registrados no Relatório de Fiscalização da CGU, o Gestor municipal tem a esclarecer que todos os valores foram devolvidos e solicitado ao Banco a não cobrança das referidas tarifas.”

### **Análise do Controle Interno**

O gestor, em sua manifestação, concorda com a existência do fato apontado, afirmando ter tomado providências para a devolução dos recursos à conta do FUNDEB e informando o Banco do Brasil da situação verificada para que não existam futuras cobranças de tarifas bancárias sobre a movimentação de recursos financeiros federais. Mantém-se a constatação, pela confirmação de sua existência pelo próprio gestor.

#### **2.2.4 Atuação deficiente do Conselho do FUNDEB.**

##### **Fato**

A fiscalização apurou, através de análise das atas de reuniões do Conselho do FUNDEB e entrevistas com parte dos seus membros, que este não exerceu, no exercício de 2013, suas atribuições previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº11.494/07. Existe ata de reunião com a aprovação das contas do FUNDEB em 2013, mas essa é apenas pró-forma, sem a real avaliação da gestão, com análise efetiva dos processos de pagamentos, extratos bancários, processos licitatórios, notas fiscais e demais documentos que comprovem a regular aplicação do recurso público.

##### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“Nesse quesito, necessário considerar a razoabilidade quanto ao início dos respectivos mandatos dos Conselheiros, contudo a situação será avaliada pela Administração, visando a sua devida regularização na apreciação das contas do exercício de 2014.

Desse modo, o Gestor municipal se compromete à colaborar com a função fiscalizatória dessa CGU, encaminhando as conclusões e documentos obtidos, além de

eventuais medidas a serem adotadas contra os responsáveis, o que certamente contribuirá para o esclarecimento da situação retratada.”

### **Análise do Controle Interno**

O gestor, em sua manifestação, concorda com a existência do fato apontado. Mantém-se, portanto, a constatação.

#### **2.2.5 Despesas inelegíveis.**

##### **Fato**

Da análise dos roteiros apresentados para a realização do serviço de transporte escolar, referente ao Pregão Presencial nº 048/2013, e que resultou no contrato nº 142/2013, consta o roteiro nº 15 – Mirangaba para atender o IFBA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia em Jacobina/BA.

Ocorre que os recursos do FUNDEB são de aplicação específica para o Apoio Escolar na Educação Básica, não cabendo, portanto, o transporte universitário dos estudantes do IFBA.

O contrato nº 142/2013 foi assinado com vigência entre 01/10/2013 e 31/12/2013, tendo sido aditado até 31/01/2014, e mais uma vez aditado até 30/04/2014. O roteiro nº 15 foi contratado para o trimestre por R\$ 49.629,60, que corresponde a 11,17% do valor total contratado de R\$ 444.214,81.

Nos processos de pagamentos efetuados, identificamos os seguintes pagamentos deste contrato:

- Pagamento de R\$ 34.135,85, em 24/12/2013, pago com recursos do PNATE; e
- Pagamento de R\$ 29.128,84, em 20/12/2013, pago com recursos do FUNDEB 40%.

Portanto, considerando que nesta parte do relatório estamos apresentando apenas as verificações das despesas relativas ao FUNDEB, e levando em conta que o gasto inelegível do roteiro nº 15 corresponde a 11,17% do valor total contratado, apuramos o pagamento indevido de R\$ 3.253,69.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

O gestor apresentou documento, com data de 24/04/2014, com as seguintes justificativas:

*“A análise da CGU identificou pagamentos do transporte de alunos de baixa renda do município para o IFBA em Jacobina, apesar da legislação vigente contemplar com os recursos do FUNDEB apoio a Educação Básica o município entendeu que o investimento nos cursos técnicos aos alunos de baixa renda ser validos uma vez que estamos oportunizando serviços à que necessita.”*

## **Análise do Controle Interno**

Não obstante a importância da formação tecnológica e do ensino superior, os recursos do FUNDEB são exclusivamente para a Educação Básica, devendo o gestor identificar outra fonte de recursos para prestar este serviço. Mantém-se a constatação.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.



**Ordem de Serviço:** 201407032

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 619.937,97

**Objeto da Fiscalização:** Repasse para atender as ações do Programa de Aceleração do Crescimento 2 - Implementação de Escolas para Educação Infantil/PAC II - Proinfância – 2011 a 2014.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2030 - EDUCACAO BASICA / 12KU - IMPLANTACAO DE ESCOLAS PARA EDUCACAO INFANTIL no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do Ensino Básico mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1 Superfaturamento de R\$31.180,59 em obra de construção de Creche Escolar.

##### Fato

O município de Mirangaba firmou com o FNDE o Termo de Compromisso PAC201253/2011, para a construção de uma Creche Tipo C no valor de R\$619.999,96.

Para a execução da obra em questão, o município de Mirangaba realizou em 13/10/2011 a Tomada de Preços nº 003/2011, acarretando na contratação da empresa CTA Construtora e Empreendimentos Ltda., CNPJ 33.876.129/0001/17, pelo valor de R\$619.937,97.

A obra encontra-se concluída e o valor integral do contrato foi completamente medido, faturado e pago, tendo o último pagamento ocorrido em 27/11/2013.

A partir da análise da execução da obra verificou-se que diversos itens medidos e pagos não foram efetivamente executados, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição dos Serviços	Qtde não execut. (a)	Un	Valor Unit. Contratado (b)	Superfaturamento do serviço (a*b)
6.1.7	Porta de Madeira - Banheiros e Sanitários completa inclusive targeta metálica	13,00	un	298,51	3.880,63
6.2.2	Porta de Ferro - PF2 - com ferragens, conforme projeto de esquadrias	1,00	m²	122,99	122,99
10.5	Lastro de areia para o playground	28,40	m³	60,70	1.723,88
10.7	Blocos de argamassa armada prefabricados 50 x 50 cm	59,93	m²	58,65	3.514,89
10.8	Piso de pedra rolada	168,15	m²	34,11	5.735,60
11.1	Rodapé em massa granítica h=10 cm	157,35	m²	19,68	3.096,65
11.4	Roda meio em madeira (largura=10cm)	99,45	m	9,88	982,57
13.5.1.1	Patch Panel 19" - 24 portas, Categoria 6	2,00	un	6,85	13,70
13.5.1.2	Switch de 24 portas	2,00	un	8,35	16,70
13.5.1.3	Bloco 110 para rack 19" 100 pares	1,00	un	12,50	12,50
13.5.1.4	Guia de Cabos Frontal, fechado	4,00	un	9,50	38,00
13.5.1.5	Guia de Cabos Traseiro	4,00	un	9,50	38,00
13.5.1.6	Trava Path Panel	4,00	un	3,25	13,00
13.5.1.7	Guia de Cabos Vertical, fechado	2,00	un	9,25	18,50
13.5.1.8	Guia de Cabos Superior, fechado	1,00	un	9,21	9,21
13.5.3.1	Cabos de conexões – Patch Cord ultra flexível com RJ 45 nas 2 pontas - 1,50 metros	24,00	un	12,50	300,00
13.5.3.2	Cabos de conexões – Patch cord 110 / RJ-45 1 par -1,50m	15,00	un	21,50	322,50
13.5.3.3	Cabos de conexões – Patch Cord ultra flexível com RJ 45 em 1 ponta - 1,50 metros	24,00	un	32,25	774,00
13.5.3.4	Cabos de conexões – Patch Cord ultra flexível com RJ 45 nas 2 pontas - 3,0 metros	24,00	un	42,20	1.012,80
16.2.3	Instalacao de papeleira - fornecimento e colocacao	6,00	un	34,40	206,40
16.2.4	Porta sabonete liquido fornecimento e instalação	8,00	un	23,26	186,08
16.3.4	Instalação de papeleira - fornecimento e colocacao	2,00	un	34,40	68,80
16.3.5	Porta sabonete liquido fornecimento e instalação	1,00	un	23,26	23,26
16.4.7	Porta sabonete liquido fornecimento e instalação	3,00	un	23,26	69,78
16.5.2	Porta sabonete liquido fornecimento e instalação	4,00	un	23,26	93,04
20.1.2	Banco em concreto armado tipo 1 (1,30x0,40m), conforme projeto	6,00	un	295,47	1.772,82
20.1.3	Banco em concreto armado tipo 2 (2,80x0,40m), conforme projeto	5,00	un	391,21	1.956,05
20.1.4	Mastros para bandeiras em tubo ferro galvanizado telescópico (alt= 7m (3mx2" + 4mx1 1/2"))	3,00	un	309,36	928,08
<b>Superfaturamento Total</b>					<b>R\$ 26.930,43</b>

Outros itens foram executados em desconformidade do projeto básico utilizando produtos de qualidade inferior, conforme a seguir:

Item	Descrição do Serviço Previsto	Un	Qtd (a)	Valor Unit Contratado (b)	Serviço Executado	Valor do Serviço Execut.* (c)	Superfaturamento do serviço a*(b-c)
6.1.1	Porta de Madeira - P01 - com ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	9	497,20	Porta de Madeira - P05	309,59	1.688,49
6.1.2	Porta de Madeira - P02 - com ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	6	309,59	Porta de Madeira - P05	309,59	0,00
6.1.3	Porta de Madeira - P03 - com ferragens, conforme projeto de esquadrias	un	6	309,59	Porta de Madeira - P05	309,59	0,00
13.4.6	Luminárias 2x40 W completa	un	52	60,35	Luminárias 100W	29,70	1.593,80
13.4.7	Luminárias 2x20 W completa	un	8	55,82	Luminárias 100W	29,70	208,96
16.2.2	Cuba louca branca em bancada inclusive torneira e complementos (válvula, sifão e engate flexível cromados)	un	1	175,80	Cuba aço inoxidável	56,71	119,09
16.4.2	Cuba louca branca em bancada inclusive torneira e complementos (válvula, sifão e engate flexível cromados)	un	1	175,80	Lavatório louça branca sem coluna	103,34	72,46
16.5.1	Cuba louca branca em bancada inclusive torneira e complementos (válvula, sifão e engate flexível cromados)	un	4	175,80	Cuba aço inoxidável	56,71	476,36
17.3	Prateleira em mármore branco, inclusive esquadros de apoio - espessura 2cm, conforme projeto	m²	7	267,97	Prateleira em granito cinza andorinha	254,97	91,00
<b>Superfaturamento Total</b>							<b>R\$4.250,16</b>

\*Conforme a própria planilha de preços da contratada

Dessa forma, foi apurado um superfaturamento total de R\$ 31.180,59, incluindo superfaturamento por quantidade e por qualidade.

Saliente-se que o atual Prefeito de Mirangaba, mesmo diante das deficiências acima apontadas, assinou em 24/12/2013, Termo de Recebimento Definitivo da obra atestando indevidamente que os serviços foram executados em conformidade com as exigências contratuais, considerando cumprido o contrato.

### Manifestação da Unidade Examinada

Por meio de expediente não numerado, datado de 24 de abril de 2014 e recepcionado nesta CGU-R/BA em 30/04/2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação, editada apenas no nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las:

“Do mesmo modo, o relatório evidencia o superfaturamento de R\$ 31.180,59, promovida pelo ex-gestor em virtude do Termo de Compromisso PAC201253, para construção de Creche Tipo C, no valor de R\$ 619.999,96, tendo sido verificados que diversos itens pagos não foram efetivamente.”

(...)

“Mais uma vez constatou-se o superfaturamento de obras, no caso em testilha o município de Mirangaba (BA) promoveu certame, na modalidade Tomada de Preços nº. 003/2011, acarretando a contratação da empresa CTA Construtora e Empreendimentos LTDA,

De logo, cumpre informar que os referidos recursos foram geridos pelo ex-gestor do Município, Sr. A. N.. Com isso, com lastro no atual entendimento dos Tribunais de Contas pátrios, assim como na própria Súmula 230 do Tribunal de Contas da União, que estabelecem a imperiosidade de os sucessores tomarem medidas judiciais cabíveis para garantir o resguardo do patrimônio público dos Entes que passaram a gerir, este Ente Municipal demandou Representação ao Ministério Público (DOC. 42), visando a obter por meio do Ilustre órgão Ministerial, providências judiciais pertinentes ao esclarecimento das irregularidades e pendências encontradas e não sanadas pelo ex-gestor, relativas aos recursos dos supracitados federais.

Ante o exposto, conforme documentação em anexo, informa que já foram tomadas as medidas contra o ex-prefeito, perante o Ministério Público. Com isso, uma vez adotadas as medidas em face do ex-gestor, assim, abstendo-se, ainda, de responsabilizar-se o atual gestor. Assim, esperando ser atendido o quanto recomendado por este Órgão Federal, renova votos de respeito e consideração, ao tempo em que se coloca à disposição para quaisquer esclarecimentos ulteriores que se façam necessários.

### **Análise do Controle Interno**

O atual gestor não apresentou informações que elidissem as falhas apontadas, imputando-as ao gestor antecessor e informando as medidas até então adotadas para responsabilizá-lo. Não foi encontrado entre os documentos encaminhados a esta Controladoria o anexo ao qual se refere o gestor.

Além disso, o gestor não se manifestou acerca da sua responsabilidade pelos pagamentos indevidos efetuados na sua gestão, bem como pelo recebimento definitivo da obra com as irregularidades apontadas.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: O FNDE deve diligenciar o gestor municipal acerca da adoção das medidas administrativas necessárias ao ressarcimento dos valores relativos ao pagamento por itens não executados ou executados com especificações diferentes das de projeto e, caso não obtenha êxito, instaurar a tomada de contas especial.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Não comprovação de recolhimento do INSS retido nas faturas.**

## **Fato**

A prefeitura de Mirangaba não comprovou o recolhimento ao INSS do imposto retido nas faturas relativas aos pagamentos pela execução da Creche citada no item anterior, realizados nos exercícios de 2011 e 2012.

Os extratos bancários da conta específica do projeto demonstram que a prefeitura efetuou a retenção do INSS por meio da transferência dos respectivos valores para outra conta corrente da prefeitura. No entanto, não consta nos processos de pagamento dos exercícios de 2011 e 2012 a comprovação do correspondente recolhimento, por meio de Guia da Previdência Social – GPS.

Em resposta às Solicitações de Fiscalização nº 03 de 07/03/2014 e nº 28 de 19/03/2014, que solicitou reiteradamente a apresentação dos comprovantes de recolhimento, o atual prefeito de Mirangaba, por meio do Ofício nº 040/2014, informou não possuir os documentos relativos à gestão anterior a sua (2009 a 2012) por estes não terem sido disponibilizados pelo ex-gestor, apresentando apenas os comprovantes relativos aos pagamentos realizados em 2013.

O valor total retido e não recolhido ao INSS é de R\$27.805,47.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio de expediente não numerado, datado de 24 de abril de 2014 e recepcionado nesta CGU-R/BA em 30/04/2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

“O Relatório de Fiscalização também registrou que a Prefeitura Municipal de Mirangaba (BA) não comprovou o devido recolhimento do INSS retido nas faturas relativas aos pagamentos pela execução da Creche, realizados nos exercícios de 2011 e 2012.

Nesse ínterim, vale frisar que a Administração Municipal atual já regularizou as pendências herdadas pelo ex-gestor com relação a suscitada irregularidade, restando devidamente sanado, conforme comprovam os documentos em anexo (DOC. 23).

(...)

A matéria tratada refere-se a gestão anterior, de modo que pugna a adoção de medidas administrativas em face do ordenador de despesas, pois o Município de Mirangaba (BA) não dispõe dessa documentação, dado que inexistiu a ocorrência de transmissão de documento pela gestão anterior, não podendo, assim, atender à requisição desse Órgão de Controle da União.

## **Análise do Controle Interno**

Inicialmente a prefeitura informa que regularizou a pendência, porém não foi encontrado entre os documentos encaminhados a esta Controladoria o anexo ao qual se refere o gestor. Posteriormente, imputou ao gestor anterior a culpa pela não comprovação do pagamento. Saliente-se que no período de campo a prefeitura apresentou os comprovantes de recolhimento apenas em relação a atual gestão.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201407056

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 481.466,98

**Objeto da Fiscalização:** Repasse para atender às ações do Programa de Aceleração do Crescimento 2 - Implant. Adeq. Estruturas Esportivas Escolares/PAC II - Quadras - 2011 a 2013.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2030 - EDUCACAO BASICA / 12KV - IMPLANTACAO E ADEQUACAO DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS ESCOLARES no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a Contribuir para o desenvolvimento e a universalização do Ensino Básico mediante aporte de recursos destinados à implementação de projetos caracterizados por ações que visem priorizar a ampliação do atendimento, bem como a melhoria e a qualidade da aprendizagem nas escolas públicas..

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1 Superfaturamento de R\$63.783,95 em obra de construção de Quadra Coberta.

##### Fato

O município de Mirangaba firmou com o FNDE o Termo de Compromisso PAC201253/2011, para a construção de uma Quadra Coberta no valor de R\$489.999,99.

Para a execução da obra em questão, o município de Mirangaba realizou em 09/12/2011 a Tomada de Preços nº 006/2011, acarretando na contratação da empresa CTA Construtora e Empreendimentos Ltda., CNPJ 33.876.129/0001/17, pelo valor de R\$481.466,98.

A obra encontra-se concluída e o valor integral do contrato foi completamente medido, faturado e pago, tendo o último pagamento ocorrido em 20/12/2012.

A partir da seleção dos itens de serviços pagos mais representativos, efetuando-se o comparativo dos preços contratados com o valor médio de mercado, tomando-se como referência o SINAPI e a Tabela Unificada SEINFRA/CE, e com o apoio da planilha elaborada pelo FNDE, disponível em <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/45-projetos-arquiteticos?download=7615:planilha-orcamentaria-da-quadra-com-palco-jul-2012>, chega-se à comprovação de que alguns itens apresentaram sobrepreços consideráveis que acabaram por acarretar superfaturamento da ordem de R\$57.741,25, conforme abaixo descrito:

It.	Descrição dos Serviços	quantidade (a)	valor unit contratado (b)	cod da referência	valor referência c/ BDI (25%) (c)	sobrepreço percentual (b-c)/c	Superfaturamento do serviço (b*a - c*a)
1.4	Locação da Obra - Execução de Gabarito	1135,00 m2	R\$ 14,68	73992/1*	R\$ 9,48	54,85%	R\$ 5.902,00
2.2	Aterro c/ compactação manual s/ controle, mat. c/ aquisição	458,70 m3	R\$ 40,18	55835*	R\$ 26,10	53,95%	R\$ 6.458,50
4.1	Muro contorno de alvenaria e concreto (pilar+cinta), inclusive pintura	113,20 m2	R\$ 567,36	C1807**	R\$ 166,47	240,82%	R\$ 45.380,75
<b>Superfaturamento Total</b>							<b>R\$ 57.741,25</b>

\* Fonte: SINAPI – Abrangência: Nacional, Localidade: Salvador, Data de Preço: 12/2011

\*\* Fonte: Tabela Unificada Seinfra 018 (13/01/2012)

Além disso, consta da planilha de preços da licitação o item “10.1 ALAMBRADO P/QUADRA ESPORTIVA ALTURA 4M” na quantidade de 93,20m, cotado pela contratada por R\$351,32 o metro linear.

Ocorre que tanto da análise dos projetos quanto da análise de campo da execução, verifica-se que só foram executados 76 metros lineares de alambrado, acarretando num superfaturamento por quantidade de R\$6.042,70, equivalente a 17,2m de alambrado não executados.

Dessa forma, foi apurado um superfaturamento por sobrepreço de R\$57.741,25 e um superfaturamento por quantidade de R\$6.042,70, totalizando R\$63.783,95.

### Manifestação da Unidade Examinada

Por meio de expediente não numerado, datado de 24 de abril de 2014 e recepcionado nesta CGU-R/BA em 30/04/2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação, editada apenas no nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las:

“Por derradeiro, registrou o Relatório de Fiscalização que o Município de Mirangaba (BA) firmou com o FNDE o Termo de Compromisso PAC 201253/2011, para construção de uma Quadra coberta, no valor de R\$ 489.999,99, sendo vencedora novamente a empresa CTA Construtora e Empreendimentos LTDA.

Reitera os argumentos acima expendidos, no sentido que os referidos recursos foram geridos pelo ex-gestor do Município, Sr. A. N.. Com isso, com lastro no atual entendimento dos Tribunais de Contas pátrios, assim como na própria Súmula 230 do Tribunal de Contas da União, que estabelecem a imperiosidade de os sucessores tomarem medidas judiciais cabíveis para garantir o resguardo do patrimônio público dos Entes que passaram a gerir, este Ente Municipal demandou Representação ao Ministério Público (DOC. 42), visando a



obter por meio do Ilustre órgão Ministerial, providências judiciais pertinentes ao esclarecimento das irregularidades e pendências encontradas e não sanadas pelo ex-gestor, relativas aos recursos dos supracitados federais.

Ante o exposto, conforme documentação em anexo, informa que já foram tomadas as medidas contra o ex-prefeito, perante o Ministério Público. Com isso, uma vez adotadas as medidas em face do ex-gestor, assim, abstendo-se, ainda, de responsabilizar-se o atual gestor.”

## **Análise do Controle Interno**

O atual gestor não apresentou informações que elidissem as falhas apontadas, imputando-as ao gestor antecessor e informando as medidas até então adotadas para responsabilizá-lo.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: O FNDE deve diligenciar o gestor municipal acerca da adoção das medidas administrativas necessárias ao ressarcimento dos valores relativos aos serviços pagos com custos unitários e quantitativos incompatíveis e, caso não obtenha êxito, instaurar a tomada de contas especial.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Não comprovação de recolhimento do INSS retido nas faturas.**

#### **Fato**

A prefeitura de Mirangaba não comprovou o recolhimento ao INSS do imposto retido nas faturas relativas aos pagamentos pela execução da Quadra citada no item anterior, realizados no exercício de 2012.

Os extratos bancários da conta específica do projeto demonstram que a prefeitura efetuou a retenção do INSS por meio da transferência dos respectivos valores para outra conta corrente da prefeitura. No entanto, não consta nos processos de pagamento a comprovação do correspondente recolhimento, por meio de Guia da Previdência Social – GPS.

Em resposta às Solicitações de Fiscalização nº 03 de 07/03/2014 e nº 28 de 19/03/2014, que solicitou reiteradamente a apresentação dos comprovantes de recolhimento, o atual prefeito de Mirangaba, por meio do Ofício nº 040/2014, informou não possuir os documentos relativos à gestão anterior a sua (2009 a 2012) por estes não terem sido disponibilizados pelo ex-gestor.

O valor total retido e não recolhido ao INSS é de R\$29.669,76.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio de expediente não numerado, datado de 24 de abril de 2014 e recepcionado nesta CGU-R/BA em 30/04/2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

“Aponta o Relatório de Fiscalização que a Prefeitura de Mirangaba (BA) não comprovou o recolhimento relativo ao INSS relativas aos pagamentos pela execução da quadra citada no item anterior,

Mais uma vez, a matéria tratada refere-se a gestão anterior, de modo que pugna a adoção de mediadas administrativas em face do ordenador de despesas, pois o Município de Mirangaba (BA) não dispõe dessa documentação, dado que inexistiu a ocorrência de transmissão de documento pela gestão anterior, não podendo, assim, atender à requisição desse Órgão de Controle da União.”

### **Análise do Controle Interno**

O atual gestor não apresentou informações que elidissem as falhas apontadas, imputando-as ao gestor antecessor.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201405999

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA EDUCACAO

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** Não se aplica.

**Objeto da Fiscalização:** Execução do Programa Escolha dos livros realizada pelos professores; Livros entregues conforme escolha; Ausência de interferência de editoras na escolha dos livros; Desenvolvimento de ações de incentivo à conservação e devolução do livro didático; atualização do sistema de controle mantido pelo FNDE; remanejamento de livros didáticos; livros entregues antes do início do ano letivo; Utilização dos livros didáticos pelo professores e alunos.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2030 - EDUCACAO BASICA / 20RQ - PRODUCAO, AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE LIVROS E MATERIAIS DIDATICOS E PEDAGOGICOS PARA EDUCACAO BASICA no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar os seguintes aspectos do programa: a escolha de livros feita de forma democrática pelos professores e profissionais de educação; devolução dos livros reutilizáveis ao final do ano letivo; efetividade do sistema de controle mantido pelo FNDE no remanejamento e distribuição dos livros; entrega dos livros aos alunos antes do início do ano letivo; utilização dos livros pelos alunos e professores.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

### 2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

## 3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406182

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Fundo a Fundo ou Concessão

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 150.000,00

**Objeto da Fiscalização:** Construção de Unidade de saúde.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2015 - APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) / 12L5 - CONSTRUCAO E AMPLIACAO DE UNIDADES BASICAS DE SAUDE - UBS no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a Construir e ampliar unidades básicas de saúde, a serem utilizadas como base para o trabalho das Equipes de Saúde da Família.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### **2.1.1 Obra abandonada com o pagamento por serviços não executados, acarretando prejuízo de no mínimo R\$78.675,04.**

##### **Fato**

O município de Mirangaba teve aprovada a sua proposta nº 13913.371000/1100-01, para a construção de uma Unidade Básica de Saúde de porte I no seu distrito de Canabrava no valor de R\$200.000,00.

Em que pese a ausência de documentos essenciais à comprovação da regular aplicação dos recursos públicos federais recebidos, apontada em item específico do presente relatório, foi possível verificar que o município realizou em 20/10/2011 a Tomada de Preços nº 04/2011, contratando em 24/10/2011 por empreitada global a empresa Construtora Miracampos Ltda, CNPJ nº 08.649.505/0001-93, pelo valor de R\$198.827,32, e prazo de 120 dias para conclusão dos serviços.

O município recebeu em 13/07/2011 o valor de R\$20.000,00 e realizou o pagamento relativo à primeira medição da obra no valor de R\$19.999,96. Em 28/03/2012 recebeu o valor de

R\$130.000,00 e em 30/03/2012 realizou o pagamento relativo à segunda medição também no valor de R\$130.000,00.

Ocorre que a obra não foi concluída, encontrando-se abandonada.

Além disso, da análise dos serviços até então executados, pode-se comprovar que foram realizados pagamentos a maior para a empresa contratada, ou seja, pagamentos por serviços não prestados, acarretando um prejuízo de pelo menos R\$78.675,04.

O atual prefeito de Mirangaba (gestão 2013-2016) representou contra o ex-prefeito (gestão 2009-2012) junto ao Ministério Público Estadual por ato de improbidade administrativa em decorrência dos fatos aqui expostos. Em tal representação apresenta Parecer Técnico realizado por Engenheiro devidamente registrado (CREA-7816-D) em que demonstra os pagamentos realizados a maior.

A medição realizada pelo citado Engenheiro, está de acordo com a vistoria de campo realizada pela equipe da CGU, e comprova que apenas foram realizados serviços relativos a Serviços Preliminares, Fundações e Estruturas, e parte dos serviços de Paredes e de Cobertura, que totalizam R\$71.324,96. No entanto a empresa Construtora Miracampos foi beneficiária de duas transferências que totalizaram R\$149.999,96.

O prejuízo apontado, de R\$78.675,04, pode ser ainda maior se considerarmos que, caso nova empresa tenha que continuar a obra, serviços relativos a Canteiro de Obra, Ligações Provisórias e Limpeza do Terreno, que custaram um total de R\$3.563,48, precisarão ser refeitos. Além disso, o prejuízo pode aumentar com o arruinamento da parcela da obra executada em decorrência da ação do tempo.

Vale destacar que a Empresa Construtora Miracampos Ltda., CNPJ 08.649.505/0001-93, não foi encontrada no endereço em que se encontra registrada, assim como o seu sócio administrador o senhor R. S. A., CPF \*\*\*.697.325-\*\*.

O outro sócio, o senhor P. G. da C. N., CPF \*\*\*.748.771-\*\*, informou à equipe de fiscalização da CGU que não é responsável pela empresa, mas permitiu que abrissem a empresa em seu nome. Informou ainda que é pedreiro e trabalhou como tal em obras da empresa.

Por sua vez, o senhor H. S. de D., CPF \*\*\*.496.625-\*\*, apresentou-se à equipe de fiscalização como sendo o responsável pela empresa Construtora Miracampos Ltda.

De fato foi o senhor H. S. de D. quem abriu a conta corrente destinatária dos recursos em nome da empresa junto ao Banco do Brasil e que opera a mesma, conforme procuração passada por seu sócio administrador.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio de expediente não numerado, datado de 24 de abril de 2014 e recepcionado nesta CGU-R/BA em 30/04/2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação, editada apenas no nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las:

“Da mesma forma, os serviços executados são relacionados à gestão do ex-Prefeito (2009 – 2012), sendo anotado que em 13 de julho de 2012, o município recebeu o valor de R\$ 20.000,00 e realizou o pagamento da primeira medição, já em 28 de março de 2012, recebeu o valor de R\$ 130.000,00 e operou o pagamento da segunda medição, sendo que a obra não foi concluída.

Além disso, verificou-se que foram realizados pagamentos a maior, na ordem de R\$78.675,04, de modo que o atual Prefeito Municipal, no seu mister de prezar pelo bem público, de modo que a responsabilidade do sucessor, nesses casos, é elidida mediante a adoção das medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público, nos termos consignados pela Súmula nº 230 do TCU.

A discussão envolvendo a responsabilidade mais especificamente entre antecessor e sucessor, é de tal modo recorrente nesta Corte de Contas que a questão mereceu tratamento mediante o Enunciado de Súmula nº 230, vazado nos seguintes termos:

‘Compete ao prefeito sucessor apresentar as contas referentes aos recursos federais recebidos por seu antecessor, quando este não o tiver feito ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de co-responsabilidade.’

Portanto, o atual Prefeito empreendeu esforços no sentido de resguardar o patrimônio público, fazendo protocolar Representação junto ao Ministério Público conforme anexo (doc. 22), sendo que infere-se, todavia, dessa mesma Súmula, que a corresponsabilidade do sucessor constitui presunção legal relativa, haja vista que poderá ser afastada no caso de terem sido adotadas as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público.

Logo, as medidas adotadas pelo Sr. D. M. R. são suficientes para eximir-lhe da responsabilidade pelo débito apurado, devendo acrescentar que a empresa não existe no local registrado e a existência de sócio ‘fantasma’, conforme consta do relatório,”

### **Análise do Controle Interno**

O atual gestor não apresentou informações que elidissem as falhas apontadas, imputando-as ao gestor antecessor e informando as medidas até então adotadas para responsabilizá-lo.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Recomendamos à Secretaria de Atenção à Saúde notificar o gestor municipal com vistas a providenciar a adoção de medidas efetivas para a consecução dos objetivos avençados, estabelecendo uma data limite. Expirada esta data limite, solicitar a restituição dos recursos, acrescidos da correção prevista em lei, em face da não execução total ou parcial do objeto. E, após esgotadas as medidas administrativas sem obtenção do ressarcimento pretendido, instaurar Tomada de Contas Especial, observado o piso de R\$ 75.000,00 previsto na Instrução Normativa TCU nº 71/2012.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das

pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Ausência de documentação comprobatória da regular aplicação dos recursos públicos federais.**

#### **Fato**

O município de Mirangaba recebeu e executou nos exercícios de 2011 e 2012 recursos totalizando o valor de R\$150.000,00 do Ministério da Saúde para a construção de uma Unidade Básica de Saúde de porte I, conforme proposta nº 13913.371000/1100-01.

Apesar de solicitados por meio das Solicitações de Fiscalização nº 03 de 07/03/2014, nº 28 de 19/03/2014 e nº 29 de 20/03/2014, o município não apresentou documentos indispensáveis à comprovação da correta aplicação dos recursos recebidos, tais como, processo licitatório, projetos, orçamentos, e processo de pagamento, relatório de medição, documentos fiscais e comprovantes de recolhimento do INSS retido relativo ao 2º pagamento no valor de R\$130.000,00.

Por meio do Ofício nº 040/2014, o atual prefeito de Mirangaba justificou a ausência da documentação solicitada apontando a inexistência de atos de transição de governo pela gestão anterior a sua (período de 2009 a 2012), de modo que encontrou a prefeitura municipal sem inúmeros documentos capazes de comprovar a aplicação dos recursos públicos durante os exercícios de 2004 a 2012.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio de expediente não numerado, datado de 24 de abril de 2014 e recepcionado nesta CGU-R/BA em 30/04/2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

“Nesse caso, cabe revelar que em que pese existir determinação normativa para fins de que fosse constituída comissão de transição de governo na forma como prevista na Resolução nº 1311/2012 do TCM/BA, em pese, na mesma trilha, terem sido indicados nomes pelo Prefeito sucessor, para fins de que fossem integrantes da transição de governo, o ex-gestor restou OMISSA NA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE TRANSIÇÃO, o que gerou uma indelével jaça em sua gestão administrativa.

Nesse diapasão, em cumprimento ao quanto determinado na Resolução 1311/12 do TCM/BA, comunica ao órgão de controle acerca da não disponibilização de arquivos elencados na norma, para fins de que sejam adotadas as providências legais, no sentido de responsabilização do representado, na forma da lei.

E, mais. A discriminação na OMISSÃO de apresentação dos arquivos, equipamentos e bens, fatos que já são objeto de inquérito junto ao TCM, conforme prova cópia em anexo (DOC.21), não exime o ex-gestor da responsabilidade pelo surgimento de mais desvios, principalmente pelo fato dos trabalhos da comissão de inventário não terem sido concluídos.

Ante o exposto, considerando a OMISSÃO NA TRANSIÇÃO DE GOVERNO do ex-gestor do Município de Mirangaba (BA) a Sr. Adilson Nascimento, requer seja, após ultimadas as providências formais, instaurado procedimento administrativo de apuração, para que sejam responsabilizados os envolvidos, na forma da Lei nº 8429/92 e do Decreto-Lei nº. 201/67 e demais cominações legais.”

## **Análise do Controle Interno**

O atual gestor não apresentou informações que elidissem as falhas apontadas, imputando-as ao gestor antecessor. Em que pese a ausência do referido anexo entre os documentos encaminhados, a Equipe de fiscalização tomou conhecimento, durante o período de campo, de documento que relata ao TCM o quanto alegado.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.



**Ordem de Serviço:** 201406541

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Fundo a Fundo ou Concessão

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** Não se aplica.

**Objeto da Fiscalização:** Atuação Gestor Municipal Unidades Básicas de Saúde adequadamente estruturadas, materiais e equipamentos disponibilizados aos profissionais, profissionais selecionados e contratados conforme a legislação, dados inseridos corretamente no SIAB e CNES, atendimento prestado adequadamente às famílias, carga horária semanal cumprida pelos profissionais do PSF.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde(SUS) / 20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a Realizar acompanhamento sistemático utilizando as fiscalizações feitas por intermédio dos Sorteios Públicos de Municípios, enfatizando-se a atuação da prefeitura e das Equipes de Saúde da Família - ESF. Analisar o banco de dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES para identificar multiplicidade de vínculos, confrontando-o com a base de dados do SIAPE-DW ou da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos gestores federais, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1 Descumprimento por parte dos profissionais de saúde, da carga horária semanal prevista para atendimento no PSF.

## Fato

Do exame dos Contratos de Prestação de Serviço, firmados entre a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA e os médicos do PSF, constatou-se que a alínea I – Objeto e seus elementos característicos estabelecem que:

*O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços para exercer a função de Médico, a ser desempenhada junto a Secretaria Municipal de Saúde de Mirangaba/BA, com uma jornada semanal de 40 horas, reservado os sábados e domingos para descanso semanal remunerado.*

No Anexo I, da Portaria 2.488/2011, de 21.10.11, o inciso V do título que trata das especificidades da equipe da saúde da família e define as condições necessárias à estratégia de Saúde da Família, determina para os médicos que:

*A jornada de 40 (quarenta) horas deve observar a necessidade de dedicação mínima de 32 (trinta e duas) horas da carga horária para atividades na equipe de saúde da família podendo, conforme decisão e prévia autorização do gestor, dedicar até 08 (oito) horas do total da carga horária para prestação de serviços na rede de urgência do município ou para atividades de especialização em saúde da família, residência multiprofissional e/ou de medicina de família e de comunidade, bem como atividades de educação permanente e apoio matricial.*

Infere-se que para um mês típico de 04(quatro) semanas (20 dias úteis), o registro mínimo de atividades relacionadas ao programa saúde da família deveria ser de 16(dezesseis) dias.

Do exame da ficha “D” das 04(quatro) unidades de saúde da amostra para os meses de outubro, novembro e dezembro do exercício de 2013, que tiveram respectivamente 23, 20 e 20 dias úteis, compôs-se o seguinte quadro com os dias de atividades para os médicos:

a) UBS Centro – CNES N° 2498537- MÉDICO – CPF N° \*\*\*.044.695-\*\*

	Outubro	Novembro	Dezembro
Registro de Atividades, Procedimentos e Notificações.	14 dias	12 dias	09 dias

b) UBS Trincheira CNES N° 68422828 - MÉDICO – CPF N° \*\*\*.294.585-\*\*

	Outubro	Novembro	Dezembro
Registro de Atividades, Procedimentos e Notificações.	08 dias	06 dias	06 dias

c) UBS Quilombola CNES N° 6454305 - MÉDICO – CPF N° \*\*\*.157.635-\*\*

	Outubro	Novembro	Dezembro
Registro de Atividades, Procedimentos e Notificações.	10 dias	09 dias	09 dias

Diante do exposto, conclui-se que os médicos das Unidades Básica de Saúde - UBS acima elencadas não cumpriram a carga horária mínima na Equipe de Saúde da Família, conforme exigência da norma aplicada.

Registre-se que nenhum dos médicos das UBS descritas assina o livro de ponto de trabalho da unidade.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

*Do exame do Relatório de Fiscalização, restou também apontado que profissionais não cumpre a jornada de trabalho de maneira integral.*

*Assim, considerando que a jornada de trabalho, diária, também encontra substrato na legislação vigente, inerente a cada uma das categorias e que tais profissionais são servidores públicos deste município, devendo receber tratamento igualitário, sob pena de afronta a um dos mais basilares princípios constitucionais, que norteia a administração pública em evidente prejuízo às demais categorias profissionais, também de nível superior que cumprem integralmente suas jornadas de trabalho.*

*Considerando que compete à administração, através da Secretária Municipal de Saúde, através dos devidos remanejamentos de funções e horários de atendimento, no caso de estar ocorrendo a remota hipótese de falta de pacientes para determinadas especialidades.*

*Entretanto, evidencia-se a enorme dificuldade da contratação de profissionais de medicina pelo município de Mirangaba (BA), tendo em vista o desinteresse desses profissionais diante da enorme distância dos distritos localizados na zona rural do município, motivo que acaba não atraindo os profissionais, mesmo porque trata-se de mão de obra escassa nessa região, de modo que essa Administração vem buscando de maneira direta o a vigilância e cumprimento da jornada de trabalho.*

*Entretanto, no caso deve-se acrescentar que o tempo gasto pelo empregado até o acesso ou não servido de transporte público, quando o empregador fornece o meio de transporte deverá ser computado na jornada de trabalho. Trata-se das horas “in itinere”, ou seja, em percurso. É o caso.*

## **Análise do Controle Interno**

A argumentação sustentada pela Administração municipal, não suprime a situação apontada pela auditoria da CGU. Portanto, mantém-se a constatação no relatório.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: O Gestor Federal deve determinar ao gestor municipal que controle a frequência dos profissionais do PSF, de forma a cumprir a jornada semanal preconizada pela Portaria nº 2.488/2011 (Anexo I, Especificidades da Estratégia de Saúde da Família, item V).

### **2.1.2 Impropriedades na atualização dos dados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES.**

#### **Fato**

O cruzamento dos dados da amostra adotada com as equipes de profissionais das Unidades Básicas de Saúde - UBS e as informações prestadas pela Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA para as mesmas UBS apresentou as seguintes divergências de registros:

#### **a) UBS – Centro**

Relação da Prefeitura (SCNES) CPF	Profissional da Estratégia de Saúde	Amostra adotada (SCNES) CPF
***.044.695-**	Médico	***.043.255-**
***.251.355-**	Cirurgião dentista	***.259.155-**
***.432.695-**	Enfermeiro	***.935.235-**
-	Técnico de saúde bucal	***.855.805-**

b) UBS – Taquarendi

Relação da Prefeitura (SCNES) CPF	Profissional da Estratégia de Saúde	Amostra adotada (SCNES) CPF
***.561.681-**	Médico	***.742.994-**
***.323.105-**	Cirurgião dentista	***.403.155-**
***.059.105-**	Enfermeiro	***.892.625-**

c) UBS – Quilombola

Relação da Prefeitura (SCNES) CPF	Profissional da Estratégia de Saúde	Amostra adotada (SCNES) CPF
***.854.405-**	Técnico de Enfermagem	***.665.875-**
***.112.735-**	Auxiliar em saúde Bucal	-

d) UBS - Trincheira

Relação da Prefeitura (SCNES) CPF	Profissional da Estratégia de Saúde	Amostra adotada (SCNES) CPF
-	Médico	***.294.585-**

Por intermédio da SF nº 07 – Saúde –PSF, de 20.03.14 foram solicitadas à Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA justificativas para as ocorrências anteriormente apontadas.

Por meio do Ofício nº 034/2014, de 20.03.14, a prefeitura municipal prestou o seguinte esclarecimento, editado apenas no nome da pessoa citada, a fim de preservá-la:

*Informamos que em nossa base municipal do SCNES constam os profissionais que se encontram atualmente em nosso quadro, os demais profissionais citados nesta lista já trabalharam neste município e no presente momento não se encontram mais em nosso quadro de servidores, salvo a servidora M. de F. J. S. S., que foi remanejada para outro setor sendo esta servidora efetiva do município. Provavelmente não houve ainda uma atualização desses profissionais na base Nacional.*

A situação apontada ratifica que há um atraso na atualização da base cadastral do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES .

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

*Assevera também divergências de registros nos dados dos sistemas CNES e/ou SIAB. Desse modo, verifica-se a falta de atualização cadastral, de modo que encaminha a Administração a relação de cada Unidade devidamente atualizada (DOC. 30).*

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação do gestor ratifica o fato em destaque e o Doc30 corresponde ao espelho do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES com os profissionais das equipes de saúde, já citado na constatação. Como não foi apresentada nenhuma informação adicional que elidisse a situação apontada, mantém-se a constatação.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Nas situações de falha ou desatualização das informações sobre a composição das equipes no CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, o gestor federal deve orientar o gestor estadual para que monitore regularmente a atualização dos dados pelos municípios, em atendimento ao disposto na Portaria nº 2.488/2011 (Anexo I, Compete às Secretarias Estaduais de Saúde, item VI).

### **2.1.3 Descumprimento por parte do Agente de Saúde, da jornada de trabalho para atendimento no PSF.**

#### **Fato**

Do cruzamento das informações contidas nas fichas de Registro de Atividades, Procedimentos e Notificações dos Agentes Comunitários de Saúde da Unidade Básica de Saúde - UBS – Centro, com a relação de servidores da referida unidade e as folhas de ponto de trabalho do mês de dezembro de 2013, verificou-se que, não obstante o Agente Comunitário de Saúde de CPF nº \*\*\*.877.375-\*\* ter preenchido a ficha “D” do mês de dezembro/2013, o mesmo não se encontrava relacionado na lista de servidores da UBS, bem como não foi apresentada a folha de ponto com os dias trabalhados no mês em exame pelo servidor.

Posteriormente, por meio de oitiva de munícipes realizada na Câmara Municipal de Mirangaba/BA, nos dias 20 e 21 de março de 2014, foi informado que o Agente Comunitário de Saúde – ACS acima mencionado, não vem cumprindo com suas atribuições como agente de saúde e atualmente exerce atividade interna na sede da Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA.

Ressalta-se que a situação em análise foi apontada no livro de Ata das reuniões do Conselho Municipal de Saúde, no dia 11 de julho de 2013. Nessa reunião foi registrado de forma genérica (sem indicação de ACS), denúncia de membros da comunidade sobre o

descumprimento da jornada de trabalho por alguns agentes. Desta forma, foi solicitado do gestor municipal o controle do horário de trabalho desses servidores. Visando com esta medida evitar a ausência de agentes do seu local de trabalho e impedir fraudes de alguns servidores, que eventualmente não tenham compromisso com suas atribuições.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

*Do cruzamento das informações contidas nas fichas de Registro de Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde, verificou-se que determinado servidor não se encontrava relacionado na lista de servidores da UBS.*

*Assim, através de anexo (doc. 32) comprova o ACS CPF nº XXX.877.375-XX, encontra-se Cadastrado na UBS da Sede através do Registro da Unidade CNES 2498537, e que a oitiva na Câmara dos municípios deu por conta do ACS fazer parte da Comissão Permanente de Licitação como membro, ausentando-se do seu serviço temporariamente no curso da Licitação, retornando assim ao seu serviço posteriormente, uma vez que a gestão obrigatoriamente tem que nomear membros da CPL com servidores do quadro efetivo/concursado conforme Lei 8.666/93, segue anexo (doc.32) ato nomeando membro da CPL.*

### **Análise do Controle Interno**

Considera-se insuficiente apenas a apresentação da cópia do Decreto nº 12 (Doc.32), de 03.01.13, que nomeia como membro da Comissão Permanente de Licitação o Agente Comunitário de Saúde - ACS de CPF nº \*\*\*.877.375-\*\*, para justificar o descumprimento eventual de suas atribuições como ACS, uma vez que na argumentação sustentada pela Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA, o referido agente retornou para cumprir os seus serviços. Para o mês em exame (dezembro), o gestor municipal não justificou a ausência da assinatura do servidor na folha de ponto da UBS – Centro. Diante da insubsistência de provas que comprovem o cumprimento da jornada de trabalho pelo Agente Comunitário de Saúde mantém-se a constatação.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: O Gestor Federal deve determinar ao gestor municipal que controle a frequência dos profissionais do PSF, de forma a cumprir a jornada semanal preconizada pela Portaria nº 2.488/2011 (Anexo I, Especificidades da Estratégia de Saúde da Família, item V).

### **2.1.4 Deficiência nos atendimentos realizados pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS do Programa Saúde da Família - PSF.**

#### **Fato**

Das 06(seis) entrevistas realizadas com famílias que são atendidas pelos Agentes Comunitários de Saúde - ACS do PSF de Taquarendi, 03(três) afirmaram que os agentes

fazem visitas pelo menos uma vez por mês. Por outro lado, 02(duas) famílias declararam que não recebem visitas dos ACS e 01(uma) família relatou que a periodicidade das visitas era superior a um mês. Tal situação, contraria disposição do inciso V, do Título Das atribuições específicas do Agente Comunitário de Saúde, do Anexo I, da Portaria GM/MS nº 2488/2011.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

*Consignou que famílias declararam que não receberam visitas dos ACS. Nesses termos, afirmamos que a Secretaria Municipal de Saúde acompanha a situação através dos relatórios enviados, de modo que sempre observou a regularidade quanto ao serviço prestado à população. No que se refere aos apontamentos sobre esta constatação registrados no Relatório de Fiscalização da CGU, o Gestor municipal tem a esclarecer que, o Gestor municipal se compromete à colaborar com a função fiscalizatória dessa CGU, encaminhando as conclusões e documentos obtidos, além de eventuais medidas a serem adotadas contra os responsáveis, o que certamente contribuirá para o esclarecimento da situação retratada.*

### **Análise do Controle Interno**

No pronunciamento da Administração municipal não foi apresentado nenhuma ressalva à situação apontada na constatação. Portanto, mantém-se o ponto no relatório.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: O Gestor Federal deve notificar o município para que seja negociada a edição de um Termo de Ajuste Sanitário-TAS (art. 38 da Portaria nº 204/2007), no prazo máximo de 60 dias a contar do recebimento da notificação, com a finalidade de se promover a regularização dos atendimentos, notadamente quando da ocorrência das seguintes situações: ACS não visitam as famílias, ACS não agendam consultas, médico ou enfermeiro não realiza consultas nas residências nos casos em que o paciente não pode se deslocar, ausência de atendimento na Unidade Básica de Saúde - UBS, inexistência de realização de reuniões/palestras/encontros para orientação sobre cuidados básicos em saúde e higiene, entre outras. Deve ser comunicado ainda ao Conselho Municipal de Saúde do município para que esse acompanhe o cumprimento dessa notificação.

### **2.1.5 As Unidades Básicas de Saúde - UBS não apresentam condições mínimas de infraestrutura.**

#### **Fato**

Na vistoria das instalações das Unidades Básicas de Saúde - UBS onde funcionam os PSFs: Centro, Taquarendi, Trincheira e Quilombola, verificou-se que nenhuma das unidades apresentavam uma infraestrutura com as instalações mínimas recomendadas no Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde e da Portaria 2.226 de 18.09.09. Assim, destaca-se para cada unidade vistoriada as desconformidades com os referidos normativos:



#### a ) UBS – Centro

A unidade Básica de Saúde Centro funciona em um prédio anexo ao Centro de Saúde de Mirangaba/BA. Apesar de possuir ambientes com espaços amplos para a prestação de serviços, a maioria das dependências (consultório, sala de inalação coletiva, sala de observação, sala de curativo, sala de coleta, banheiro, etc) se encontravam com infiltrações que tornam os ambientes insalubres para a prestação de serviços de saúde. Deste modo, parte do atendimento da Equipe de Saúde da Família é realizada no Centro de Saúde.

#### b) UBS – Taquarendi

A unidade Básica de Saúde de Taquarendi funciona em um prédio próprio que foi recentemente reformado no exercício de 2012. Todavia, essa reforma não atendeu as recomendações do Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde, pois a unidade não possui os seguintes ambientes:

- 1- sala de inalação coletiva;
- 2- sala de coleta;
- 3- sala de curativos;
- 4- sala de observação; e
- 5- consultório com sanitário.

Os serviços dos itens 1, 2, 3, 4 são prestados à comunidade na sala de procedimentos.

#### c) UBS – Trincadeira

A unidade Básica de Saúde de Trincadeira também funciona em um prédio da Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA que recentemente passou por reformas. Entretanto, mais uma vez na reforma não se atentou em adequar as instalações físicas da unidade às recomendações do Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde, pois a unidade não possui os seguintes ambientes:

- 1- sala de inalação coletiva;
- 2- sala de coleta;
- 3- sala de curativos;
- 4- sala de observação; e
- 5- sala de vacinas.

Os serviços dos itens 1, 2, 3, 4 e 5 são prestados à comunidade na sala de procedimentos.

#### d) UBS – Quilombola

A unidade Básica de Saúde de Quilombola funciona em uma casa alugada pela Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA que foi adequada para prestar serviços de saúde. Contudo, suas instalações físicas não atendem às recomendações do Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde, pois a unidade não possui os seguintes ambientes:

- 1- sala de inalação coletiva;
- 2- sala de coleta;
- 3- sala de curativos;
- 4- sala de observação;
- 5- sala de vacinas; e
- 6- consultório com sanitário.

Os serviços dos itens 1, 3 e 4 são prestados à comunidade na sala de procedimentos.

Registre-se que em nenhuma das Unidades de Saúde vistoriadas apresentavam abrigo para e resíduos sólidos.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

*No que se refere aos apontamentos sobre esta constatação, que contatou que UBS não apresentam condições mínimas de infraestrutura, cabe informar, conforme fotografias em anexo (DOC. 33), que a UBS Taquarendi foi reformada e ampliada tem pouco tempo, no período da gestão passada, se não tem todos os itens apontados, foi devido a gestão passada. Sendo que, entretanto é dever desse gestor a regularização da situação, sendo que, contudo, agora não resta possibilidade de modificações e reformas pelo Executivo Municipal, pois o SISMOB só abriu para Reforma e Ampliação para a UBS da SEDE (centro). Ademais, a UBS do povoado de Quilombola esta inaugurando prevista para este mês e, por outro lado a UBS de Canabrava, em razão das flagrantes ilegalidades, demandou a formulação de representação ao Ministério Público, conforme documento em anexo (DOC. 33)*

### **Análise do Controle Interno**

A análise da CGU fez um levantamento detalhado das inadequações das Unidades Básicas de Saúde - UBS vistoriadas em relação ao Manual de Estrutura Física das Unidades Básicas de Saúde e da Portaria 2.226 de 18.09.09. O arrazoadado apresentado pela Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA em nenhum momento se opõe à situação descrita para cada Unidade de Saúde fiscalizada. Desta forma, mantém-se a constatação no relatório.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: O Gestor Federal deve acionar a Secretaria Estadual de Saúde no sentido de verificar se a situação detectada pela CGU persiste ou se já foi regularizada nos termos do disposto na Portaria nº 2.488/2011 (Anexo I, Da infraestrutura e funcionamento da Atenção Básica, itens I e II), na Portaria nº 2.226/2009 (Anexo) e na RDC nº 50/2002 - ANVISA. Caso persista a situação, adote providências junto ao município para que haja adequação à legislação.

Recomendação 2: O Gestor Federal deve considerar os fatos ora apontados como critério de priorização para seleção de propostas a serem analisadas pela área técnica responsável caso o gestor municipal apresente proposta de implantação de novas UBS (Portaria nº 2.226/2009) e ou de reforma das UBS já existentes (Portaria nº 2.206/2011).

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Equipe de Saúde da Família com composição incompleta**

#### **Fato**

Na visita à Unidade de Básica de Saúde - UBS de Trincadeira constatou-se que a mesma estava funcionando sem a presença do Médico da Estratégia de Saúde da Família. Na Secretaria Municipal de Saúde de Mirangaba/BA, no momento da análise dos documentos da referida UBS, obteve-se a informação de que a médica responsável pela unidade (CPF nº \*\*\*.294.585-\*\*) deixou de prestar serviço na UBS desde o dia 28.02.14. Do diálogo com a Secretária Municipal de Saúde soube-se que a prefeitura está pleiteando junto ao Governo Federal a contratação de mais um médico cubano para substituir esse profissional.

Essa ocorrência ratifica a dissonância entre as informações do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde - CNES, no qual o Médico da Estratégia de Saúde da Família se encontrava na situação ativa e o extrato do CNES de 15.03.14 fornecido pela Prefeitura Municipal, onde o referido profissional está ausente na relação de servidores da UBS.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que o Programa Saúde da Família não está sendo gerido de forma adequada e em desconformidade com os normativos que regulam o objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406476

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Fundo a Fundo ou Concessão

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 166.248,18

**Objeto da Fiscalização:** Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS, promovendo o acesso da população aos medicamentos dos componentes básico da assistência farmacêutica.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2015 - APERFEICOAMENTO DO SISTEMA UNICO DE SAUDE (SUS) / 20AE - PROMOCAO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS NA ATENCAO BASICA EM SAUDE no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a Apoio à assistência farmacêutica básica mediante transferência de recursos a estados e municípios destinados ao custeio dos medicamentos de uso na atenção básica presentes na RENAME vigente, além do custeio direto pelo MS das insulinas e contraceptivos.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### **2.1.1 O Governo do Estado não está cumprindo com sua parte na contrapartida da Farmácia Básica, ocasionando a falta de integralização no montante de R\$ 138.683,38.**

##### **Fato**

Os dados da Movimentação Financeira do SUS demonstram que o Estado da Bahia não executou a contento a sua responsabilidade no acordo tripartite União, Estado e Município, que gerou a Resolução CIB nº 091/2011, de 02/06/2011, uma vez que ainda existe uma contrapartida a executar, e referente a anos anteriores a 2013, em medicamentos, e em relação a Mirangaba, de R\$ 138.683,38. Ao não aplicar os recursos recebidos da União na compra e distribuição de medicamentos o Estado se enquadra no disposto no art. 17 da Portaria GM/MS nº 1.555, de 30/07/2013, o Estado deixa de cumprir com sua obrigação

constitucional de atender a um direito social, a saúde (art. 6, caput, CF) e deixa os habitantes do município, como pôde ser comprovado, sem os remédios de que necessitam.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*No caso, aponta o Relatório de Fiscalização que o Estado da Bahia não executou a contento a sua responsabilidade do acordo, uma vez que ainda não existe sua contrapartida em relação ao município de Mirangaba (BA), no importe R\$ 138.683,39. A Prefeitura Municipal de Mirangaba (BA) revela que realmente o Governo não está cumprindo com sua contrapartida, como segue os extratos em anexo (DOC. 28), descumprindo, assim, o art. 17 da Portaria nº. 1.555, de 30/07/2013. Dificultando o fornecimento de medicamento à população dessa Municipalidade, em anexo (doc.28) ofício das Secretarias de 19 municípios da microrregião de Jacobina enviado à Diretoria de Assistência Farmacêutica datado de 05 de novembro de 2013, depois de várias reuniões da CIR.*

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação da Prefeitura Municipal de Mirangaba confirma a situação apontada pela equipe da CGU e o DOC 28. acostado pela mesma, mais uma vez atesta o descumprimento da obrigação Estadual perante o Programa de Assistência Farmacêutica Básica. Desta forma, mantemos a constatação no relatório.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Notificar o gestor responsável, mediante aviso prévio de 60 (sessenta) dias, para que regularize a aplicação da contrapartida, conforme pactuação tripartite, sob pena de suspensão das transferências de recursos financeiros federais, nos moldes do art. 17 da Portaria GM/MS nº 1.555/2013.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

**2.2.1 Município realizou sua parte na contrapartida nos últimos 12 meses, mas ainda há um valor acumulado de gestões anteriores.**

## **Fato**

Os dados de movimentação financeira do SUS, Assistência Farmacêutica, Medicamentos, demonstram que o município de Mirangaba da Bahia executou a contrapartida que lhe cabia no ano de 2013, mas ainda existe uma contrapartida a executar, acumulada, de gestões anteriores, no valor de R\$ 60.727,42. O município não apresentou justificativa para o descumprimento da execução dessa contrapartida nem ações eventualmente ajuizadas contra a gestão anterior. Ao não comprar os medicamentos que lhe cabem, o município se enquadra na situação descrita na Portaria GM/MS nº 1.555/2013, art.17.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*Revela o Relatório também que os dados de movimentação financeira do SUS, demonstram que o município de Mirangaba (BA) executou a contrapartida que lhe cabia no ano de 2013, mas que ainda existe uma contrapartida a executar, acumuladas de gestões anteriores, no valor de R\$ 60.727,42. Assim, cabe revelar que o Município de Mirangaba (BA) está cumprindo além da obrigação do valor de R\$ 35.059,14 ao ano, sabendo que existem débitos anteriores da gestão passada, mas estamos diminuindo esse debito como demonstra os extratos em anexo (DOC. 29). Acrescente-se que o atual gestou já providencia a devida representação ao Ministério Público, a fim de que seja instaurada a devida investigação e, por fim, acaso comprovada a ilicitude, seja ajuizada Ação Civil de Improbidade Administrativa. (DOC. 29).*

## **Análise do Controle Interno**

O arrazoado da Prefeitura Municipal Mirangaba corrobora com a situação descrita na constatação e o Doc. 29(Ação de Improbidade Administrativa) acostado pela mesma, ainda não elide o problema apontado, que seria a reposição do valor da contrapartida não realizada à conta do Programa de Assistência Farmacêutica. Portanto, mantemos o ponto no relatório.

### **2.2.2 Controle ineficiente de medicamentos nas unidades de saúde.**

## **Fato**

A visita às unidades de saúde (Quilombola, Centro, Nuguacu, Taquarendi, Trincheira e Canabrava), no período de 17 a 20/03/2014, demonstrou a inexistência de controle de estoques de medicamentos, falta generalizada de medicamentos (ex. amoxicilina, acetato de dexametasona, nifedipino, losartana, diazepam, ibuprofeno, omeprazol, dipirona) para pacientes (conforme relato de 71% dos entrevistados) e perda de medicamentos por validade vencida (conforme relações apresentadas pela Secretaria municipal), o que indica uma gestão deficiente nessa área.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*Consigna que em visita às Unidades de Saúde, não ficou demonstrado a existência de controle de estoques de medicamentos, falta generalizada de medicamentos e perda de medicamentos por validade vencida, o que indica uma gestão ineficiente nessa área.*

*Conforme se pode depurar o Município de Mirangaba (BA) não dispõe de receita suficiente para compreender toda a situação vinculada aos medicamentos no âmbito desse município, necessitando de aporte através de contrapartida da União e do Estado da Bahia, de modo que o não cumprimento das contrapartidas dos governos federais e estaduais, o município não consegue arcar com todos os gastos.*

*Por outro lado, cabe salientar que quanto ao vencimento das validades, cabe considerar que quando foram enviadas as últimas remessas, muitos medicamentos estavam perto de vencer, não deixando margem de alternativa à Administração Municipal.*

*No que se refere aos apontamentos sobre esta constatação registrados no Relatório de Fiscalização da CGU, o Gestor municipal tem a esclarecer que todos os fatos sinalizados serão objeto de rigorosa apuração e correção, mesmo com o s parcos recursos e inexistência de contrapartida do Estado da Bahia.*

*Por fim, ressalta que a Administração objetiva a aquisição de software, informatizando, assim, o controle e a ficha de estoque de medicamento, em cumprimento ao dever de eficiência administrativa.*

### **Análise do Controle Interno**

A argumentação sustentada pela Administração municipal em nenhum momento refutou os fatos apontados na constatação. Deste modo, mantemos o ponto no relatório.

### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406610

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Fundo a Fundo ou Concessão

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 3.977.415,29

**Objeto da Fiscalização:** Licitações realizadas sem restrição de competitividade às empresas interessadas; materiais e serviços adquiridos a preços de mercado; recursos utilizados exclusivamente na atenção básica em saúde.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos da programação 0231 - Execução Financeira da Atenção Básica em Saúde / - no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar a realização de gastos voltados à expansão da estratégia de Saúde da Família e da rede básica de saúde, mediante a efetivação da política de atenção básica resolutiva, de qualidade, integral e humanizada.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1 Desvio de finalidade na aplicação de recursos destinados à atenção básica, no montante de R\$ 85.869,87.

##### Fato

Em relação aos processos de pagamento apresentados, como sendo pertinentes à conta nº 10.258-X, referente aos recursos do PAB, observou-se que houve:

- a) uma mescla, nas FOPAGs apresentadas, de pessoas ligadas a outras áreas, sendo pagas com recursos da atenção básica, em desacordo com o estipulado no art. 6º da Portaria MS/GM nº 604, de 29/01/2007. São exemplos:

Nº Processo pagamento	Data do processo	Valor (R\$)	Valor indevido (R\$)	Observação
13	08/02/2013	57.451,76	11.724,82	Dentre os favorecidos, constam: coordenadora da vigilância sanitária,



Nº Processo pagamento	Data do processo	Valor (R\$)	Valor indevido (R\$)	Observação
				auxiliar de serviços gerais, médico cirurgião, auxiliar administrativo.
74	05/03/2013	76.388,80	17.094,48	Situação similar à anterior.
129	04/04/2013	52.165,01	17.580,96	Situação similar à anterior.
155	12/04/2013	10.223,99	4.281,03	Situação similar à anterior.
157	12/04/2013	4.195,27	1.329,61	Situação similar à anterior.
159	12/04/2013	4.231,12	1.256,13	Situação similar à anterior.
858	05/12/2013	9.337,72	3.665,75	Situação similar à anterior.
<b>TOTAL</b>			<b>56.932,78</b>	

b) processos de pagamento em que todos os favorecidos não faziam parte do bloco. São exemplos:

Nº Processo pagamento	Data do processo	Valor (R\$)	Valor indevido (R\$)	Observação
14	08/02/2013	4.665,61	4.665,61	Favorecidos: todos agentes endêmicos.
15	08/02/2013	5.090,39	5.090,39	Situação similar à anterior.
71	05/03/2013	5.366,39	5.366,39	Situação similar à anterior.
72	05/03/2013	4.563,46	4.563,46	Situação similar à anterior.
127	04/04/2013	9.251,34	9.251,34	Situação similar à anterior.
<b>TOTAL</b>			<b>28.937,19</b>	

### Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*“Conta que a conta 10.258-X foi definida como aquela que seria específica para o recebimento dos créditos da atenção básica. No caso o município de Mirangaba (BA) promoveu a abertura das contas para descentralizar os recursos creditados para as respectivas contas”.*

### Análise do Controle Interno

A manifestação da Administração ratifica a situação apontada pela equipe de auditoria da CGU, que de fato houve transferência da conta específica para outras contas do município. Portanto, mantemos a constatação.

### Recomendações:

Recomendação 1: Notificar o município para que seja negociada a edição de um Termo de Ajuste Sanitário-TAS, no prazo máximo de 60 dias a contar do recebimento da notificação, com a finalidade de se promover a devolução dos recursos gastos indevidamente à conta corrente do respectivo Bloco Financeiro. Comunicar ao Conselho Municipal de Saúde para que acompanhe o cumprimento dessa notificação.

### 2.1.2 Aquisição de bens e/ou contratação de serviços utilizando recursos da atenção básica por preços acima daqueles praticados no mercado local.

## Fato

O seguinte processo licitatório foi apresentado como pertinente à conta 10258-X:

### Convite 002/2012

Objeto: reforma do posto de saúde de Taquarendi.

Data para entrega da proposta: 01/02/2012.

Tipo de licitação: menor preço.

Vencedor da Licitação: Construtora Miracampos Ltda., CNPJ 08.649.505/0001-93, endereço: Pça José de Deus, s/n-Distrito de Nuguaçu.

Evidenciou-se a superestimativa de preços no orçamento de referência, bem como sobrepreço no valor contratado, conforme exposto a seguir.

#### a.1. Verificação da superestimativa de preços

A despeito de, em forma reiterada, por escrito e verbalmente, ter sido solicitada à prefeitura a pesquisa de preços que serviu de base para a composição dos custos unitários da planilha orçamentária do convite, até o momento essa pesquisa não foi apresentada.

Assim, utilizando índices regionais (e, na ausência, de índices nacionais) colhidos junto à Caixa Econômica Federal, Urbis, Embasa, foi constatado que houve uma superestimativa (ou seja, os preços que compunham a planilha estavam acima do preço de mercado à época, janeiro de 2012) de R\$ 29.463,37 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e três reais, trinta e sete centavos), conforme planilhas a seguir.

Tabela 1 – Equivalência de itens com SINAPI

Na ordem da planilha	Item equivalente SINAPI
demolição de telhas ou vidro	55726-demolição de cobertura com telha cerâmica (urbis)
demolição manual de piso	3128-demolição manual de piso (gidur)
demolição de revestimento em argamassa	12477-demolição manual de revestimento em argamassa e cimento
retirada de estrutura de madeira	12469-demolição manual de estrutura de madeira para telhado (embasa)
retirada de folhas de porta de passagem ou janela	12467-demolição manual de esquadria de madeira (embasa)
demolição de alvenaria	55730-demolição de bloco cerâmico (urbis)
<b>fundações</b>	
concreto estrutural fck=20 mpa, vidro em betoneira	1743-concreto estrutural fck=20 MPA (gidur)
concreto armado, fck=18 mpa e 77 kg/m3 aço	6501-concreto armado fck 18 MPA e 77 kg/m3 de aço, preparo com betoneira, inclui lançamento (gidur)
<b>alvenaria</b>	
alvenaria em tijolo cerâmico furado	1020-alvenaria bloco 1;6:2, e= 10 cm (gidur)
<b>piso</b>	

piso em cerâmica esmaltada padrão médio	25750-piso em cerâmica esmaltada PEI-5 (urbis)
<b>revestimento</b>	
reboco para paredes internas	25728-reboco com areia fina (urbis)
cerâmica esmaltada em paredes	0109/27659-azulejo branco com assentamento, incluindo chapisco (embasa)
reboco em tetos	5994-reboco em tetos, argamassa traço 1:2 (caixa nacional)
<b>cobertura</b>	
cobertura em telhas cerâmicas	25724-cobertura com telhas cerâmicas tipo colonial-paulista (urbis)
forro pvc	72201-recolocação de forro em réguas de PVC e perfis, considerando reaproveitamento de material (caixa nacional)
estrutura de madeira	19038-estrutura de madeira com tratamento em carbolineum (urbis)
<b>esquadrias</b>	
vidro liso comum transparente espessura 3 mm	27649-vidro liso transparente comum 3 mm (urbis)
fechadura de embutir completa, padrão de acabamento superior	68589-fechadura de embutir completa, para portas internas, acabamento superior (caixa nacional)
janela alumínio de correr 2 folhas para vidro bandeira linha 25	32872-porta/janela de alumínio linha 25 (urbis)
fechadura de embutir completa, padrão de acabamento médio	3093-fechadura de embutir completa para porta interna, acabamento médio (urbis)
porta de madeira compensada lisa	25718-porta interna lisa madeira para pintura com marco e ferragens (urbis)
<b>pintura</b>	
pintura esmalte para madeira duas demãos	67740-esmalte em esquadria de madeira (urbis)
pintura látex para ambientes internos duas demãos	67741-tinta látex, 2 demãos em parede interna (urbis)
pintura látex acrílica ambientes internos externos	15620-pintura interna e externa com tinta acrílica
<b>instalações elétricas</b>	
ponto seco para instalação	dados insuficientes
pontos de tomadas	dados insuficientes
luminárias	dados insuficientes
instalação ponto luz equivalente a 2 varas eletrodutos pvc rígido	dados insuficientes
<b>hidrosanitária</b>	
vaso sanitário completo branca	16803-vaso sanitário de louça branca, tampa e acessórios, inclusive fornecimento e assentamento (embasa)
ponto de água	dados insuficientes
lavatório de louça branca	16798-lavatório de louça branca, c/ sifão plástico e parafusos de fix. c/ buchas, incluindo fornec. E assentam.
<b>limpeza geral da obra</b>	55813-limpeza geral (urbis)

Tabela 2 - Preços unitários

	a	b
<b>Item equivalente SINAPI</b>	<b>Preço planilha prefeitura (R\$)</b>	<b>Preço SINAPI (R\$)</b>
55726-demolição de cobertura com telha cerâmica (urbis)	4,85	4,19
3128-demolição manual de piso (gidur)	12,18	9,40
12477-demolição manual de revestimento em argamassa e cimento	4,04	4,74
12469-demolição manual de estrutura de madeira para telhado (embasa)	6,16	12,86
12467-demolição manual de esquadria de madeira (embasa)	46,59	6,95
55730-demolição de bloco cerâmico (urbis)	6,25	5,59
1743-concreto estrutural fck=20 MPA (gidur)	418,53	326,65
6501-concreto armado fck 18 MPA e 77 kg/m3 de aço, preparo com betoneira, inclui lançamento (gidur)	1622,00	1133,50
1020-alvenaria bloco 1;6:2, e= 10 cm (gidur)	37,23	31,17
25750-piso em cerâmica esmaltada PEI-5 (urbis)	69,10	48,72
25728-reboco com areia fina (urbis)	17,83	13,00
0109/27659-azulejo branco com assentamento, incluindo chapisco (embasa)	37,22	51,56
5994-reboco em tetos, argamassa traço 1:2 (caixa nacional)	11,40	11,69
25724-cobertura com telhas cerâmicas tipo colonial-paulista (urbis)	73,73	70,54
72201-recolocação de forro em régua de PVC e perfis, considerando reaproveitamento de material (caixa nacional)	9,16	4,84
19038-estrutura de madeira com tratamento em carbolineum (urbis)	88,24	47,89
27649-vidro liso transparente comum 3 mm (urbis)	76,49	58,67
68589-fechadura de embutir completa, para portas internas, acabamento superior (caixa nacional)	158,19	148,19
32872-porta/janela de alumínio linha 25 (urbis)	886,85	453,87
3093-fechadura de embutir completa para porta interna, acabamento médio (urbis)	129,48	57,33
25718-porta interna lisa madeira para pintura com marco e ferragens (urbis)	459,81	257,98
67740-esmalte em esquadria de madeira (urbis)	7,92	11,28
67741-tinta látex, 2 demãos em parede interna (urbis)	14,38	9,02
15620-pintura interna e externa com tinta acrílica	13,84	21,75
16803-vaso sanitário de louça branca, tampa e acessórios, inclusive fornecimento e assentamento (embasa)	459,00	104,08
16798-lavatório de louça branca, c/ sifão plástico e parafusos de fix. c/ buchas, incluindo fornec. E assentam.	459,00	59,04
55813-limpeza geral (urbis)	2,00	2,09

Tabela 3 - Cálculo da superestimativa de preços

<b>a-b</b>	<b>c</b>	
<b>Valor que constava na planilha menos o valor do SINAPI (R\$)</b> <b>(a-b)</b>	<b>Quantitativo que constava na planilha da prefeitura do referido custo unitário</b> <b>(c)</b>	<b>Cálculo da superestimativa (R\$)</b> <b>D = c x (a-b)</b>
0,66	330	217,80
2,78	268	745,04
-0,70	188	-131,60
-6,70	328	-2197,60
39,64	60	2378,40
0,66	23	15,18
91,88	2	183,76

<b>a-b</b>	<b>c</b>	
<b>Valor que constava na planilha menos o valor do SINAPI (R\$)</b> <b>(a-b)</b>	<b>Quantitativo que constava na planilha da prefeitura do referido custo unitário</b> <b>(c)</b>	<b>Cálculo da superestimativa (R\$)</b> <b>D = c x (a-b)</b>
488,49	2	976,98
6,06	84,7	513,282
20,38	268	5461,84
4,83	358	1729,14
-14,34	411	-5893,74
-0,29	62	-17,98
3,19	327,6	1045,044
4,32	253	1092,96
40,35	327	13194,45
17,82	8	142,56
10,00	15	150,00
432,98	7	3030,86
72,15	4	288,60
201,83	15	3027,45
-3,36	302	-1014,72
5,36	302	1618,72
-7,91	104	-822,64
354,92	5	1774,60
399,96	5	1999,80
-0,09	498	-44,82
	<b>Superestimativa (R\$)</b>	<b>29.463,37</b>

#### a.2. Verificação do sobrepreço

O fato de a prefeitura apresentar uma planilha de referência, e havendo regime de competição, não leva à pressuposição de que:

- a) os licitantes seguirão a planilha e ofertarão um preço maior do que o ali apresentado ou,
- b) mesmo que a planilha apresente custos unitários acima do mercado, não significa que esses licitantes também praticarão preços acima do mercado em suas propostas.

Em qualquer um desses casos, estaria havendo sobrepreço.

Da análise das propostas dos 3 participantes habilitados (Miracampas, CTA Construtora e Empreendimentos Ltda.-CNPJ nº 33.876.129/0001-17 e Construtora Canavieira Ltda.-CNPJ 03.884.633/0001-06), percebeu-se que todas apresentaram propostas com pouca diferença entre o que constava na planilha e o que ofertaram, havendo diferenças entre eles de centavos. Assim, a Miracampas teve sua proposta homologada pela prefeitura, e esta apresentou um sobrepreço de R\$ 28.035,37 (vinte e oito mil, trinta e cinco reais, trinta e sete centavos), conforme dados abaixo:

d	d-b	(d-b) x c
Custos unitários da proposta da Miracampes (R\$)	Custos unitários da Proposta da Miracampes – custos unitários do SINAPI (R\$)	Cálculo do sobrepreço (quantitativo x diferença de custos) (R\$)
4,75	0,56	184,80
11,40	2,00	536,00
3,80	-0,94	-176,72
5,95	-6,91	-2266,48
45,95	39,00	2340,00
5,80	0,21	4,83
399,90	73,25	146,50
1609,70	476,19	952,38
36,50	5,33	451,451
68,90	20,18	5408,24
17,45	4,45	1593,10
36,90	-14,66	-6025,26
10,80	-0,89	-55,18
73,40	2,86	936,936
9,02	4,18	1057,54
87,90	40,01	13083,27
76,40	17,73	141,84
158,00	9,81	147,15
886,70	432,83	3029,81
129,35	72,02	288,08
459,50	201,52	3022,80
7,50	-3,78	-1141,56
14,10	5,08	1534,16
13,50	-8,25	-858,00
458,50	354,42	1772,10
458,50	399,46	1997,30
1,95	-0,14	-69,72
	<b>Valor do sobrepreço</b>	<b>28.035,367</b>

### Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*“Com relação ao presente item, revela que o Processo foi realizado na gestão do ex-Prefeito Municipal, através do Convite nº. 002/2012, sendo mais uma vez vencedora a Construtora Miracampes LTDA, demonstra a existência de sobrepreço.*

*Com isso, com lastro no atual entendimento dos Tribunais de Contas pátrios, assim como na própria Súmula 230 do Tribunal de Contas da União, que estabelecem a imperiosidade de os sucessores tomarem medidas judiciais cabíveis para garantir o resguardo do patrimônio público dos Entes que passaram a gerir, este Ente Municipal demandou Representação ao Ministério Público (DOC. 36), visando a obter por meio do Ilustre órgão Ministerial, providências judiciais pertinentes ao esclarecimento das irregularidades e pendências encontradas e não sanadas pelo ex-gestor, relativas aos recursos do convênio federal, não recaindo, dessa maneira, qualquer responsabilidade pelo ex-gestor.”*

## **Análise do Controle Interno**

A Manifestação do gestor se limitou a descrever a medida adotada pela atual Administração no sentido de apurar os possíveis atos de improbidade administrativa ( DOC. 36) praticados pelo antigo gestor com referência ao Convite nº 002/2012. Quanto às irregularidades apontadas pela CGU na execução do procedimento licitatório, a Administração do município de Mirangaba não apresentou nenhum fato que refutasse a situação descrita. Desta forma, mantemos a constatação.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Adotar medidas voltadas à obtenção do ressarcimento dos recursos federais indevidamente empregados, instaurando Tomada de Contas Especial quando esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido, conforme preceitua o art. 4º da Instrução Normativa TCU nº 71/2012.

### **2.1.3 Aquisição de bens e/ou contratação de serviços utilizando recursos da atenção básica por preços acima daqueles praticados no mercado local.**

#### **Fato**

O seguinte processo licitatório foi apresentado como pertinente à conta 10258-X:

#### **TOMADA DE PREÇOS 002/2013**

Objeto: aquisição de material penso e médico odontológico, conforme especificações do edital.

Valor estimado para o material penso: R\$ 465.174,14

Valor estimado para material odontológico: R\$ 101. 175,18

Participantes e favorecidos:

- 1) USA Comércio de Produtos Científicos e Laboratório Ltda.; CNPJ: 03.215.469/0001-36; Contrato nº 085/2013; valor contratado: R\$ 203.327,50; data de assinatura: 12/04/2013;
- 2) Georgiton de Oliveira – ME (nome fantasia: Odonto Shop); CNPJ: 06.940.690/0001-45; Contrato nº 086/2013; valor contratado: R\$ 164.841,23; data de assinatura: 12/04/2013;
- 3) Fenix Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.; CNPJ: 07.807.773/0001-23; contrato nº 087/2013; valor contratado: R\$ 41.218,00; data de assinatura: 12/04/2013.

Evidenciou-se a superestimativa de preços no orçamento de referência, bem como sobrepreço no valor contratado, conforme exposto a seguir.

#### **b.1 Da verificação de superestimativa de preços**

Foram selecionados alguns produtos que, considerando a quantidade e o preço a serem adquiridos, representavam parte considerável do valor orçado para a licitação:

Tabela 1 – Orçamento da prefeitura

<b>Código municipal</b>	<b>Descrição item</b>	<b>Código Min. Saúde</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Custo unit. estimado pela prefeitura (11/03/2013) (R\$)</b>
129651	Compressa de gaze algodoadada 10 x 15 estéril, pacote 1 unid.	270453	6000 pacotes	2,60
103919	Luva procedimento não cirúrgico – tamanho médio-caixa com 100 unidades	387699	1200 caixas	20,00
104178	Luva de procedimento não cirúrgico tamanho pequeno, caixa com 100 unidades	387700	2000 caixas	20,00
129667	Solução degermante de clorexidina 2% uso externo. Frasco com 1 l.	269876	792 frascos	24,00
129666	Solução tópica ou aquosa de clorexidina 2%. Uso externo frasco com 1 l.	269880	800 frascos	38,00
128982	Ácido valpróico 250 mg	267504	37000 comprimidos	0,51
NI	Ácido valpróico 500 mg	267505	37000 comprimidos	0,65
NI	Ácido valpróico, xarope, 50 mg	308732	6000 unid.	2,75

NI-não identificado

Com base em pesquisa no Comprasnet, foram obtidos os seguintes preços para intenções de preço equivalentes, sempre, na medida do possível, procurando intenções registradas em órgãos regionais:

Tabela 2 – Intenção de registro de preços de períodos próximos

<b>Item-(código Min. Saúde)</b>	<b>Número registro preços</b>	<b>Órgão</b>	<b>Data</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço (R\$)</b>
270453	112408-00053/2013	Hospital Forças Armadas-DF	27/12/2013	12000	0,85
387699	150154-0006/2013	Centro de Educação e Saúde de Campina Grande-PB	30/04/2013	15	16,53
387700	150154-0006/2013	Centro de educação e saúde de Campina Grande-PB	30/04/2013	15	16,53
269876	782700-00002/2013; 782700-0008/2013.	Hospital Naval de Salvador-BA	20/03/2013/ 26/03/2013.	300	15,23
269880	160039-00006-2013	Hospital Geral de Salvador-BA	15/04/2013	125	11,70
267504	782700-00018/2013	Hospital Naval de Salvador-BA	13/08/2013	1200	0,339
267505	153040-00009/2013	Hospital Prof. Edgard Santos-BA	03/06/2013	12000	0,48
308732	153103-00022/2013	Universidade Rio Grande do Norte	29/03/2013	266	2,10



Com base nas tabelas 1 e 2 acima, observa-se o seguinte: todos os preços estimados pela prefeitura estavam acima das intenções de preço verificadas, mesmo considerando as quantidades adotadas e as datas utilizadas como parâmetros, sempre posteriores.

Assim, o cálculo da superestimativa de preços foi feito considerando as quantidades pretendidas de compra, com os preços da planilha da prefeitura e os preços das intenções obtidas:

	A	B	$[(A-B)*100]/B$
Item	Preço estimado da prefeitura	Preços das intenções	Percentual de sobrepreço (%)
Compressa de gaze algodoadada 10 x 15 estéril, pacote 1 unid.	2,60	0,85	206
Luva procedimento não cirúrgico – tamanho médio-caixa com 100 unidades	20,00	16,53	21
Luva de procedimento não cirúrgico tamanho pequeno, caixa com 100 unidades	20,00	16,53	21
Solução degermante de clorexidina 2% uso externo. Frasco com 1 l.	24,00	15,23	58
Solução tópica ou aquosa de clorexidina 2%. Uso externo frasco com 1 l.	38,00	11,70	225
Ácido valpróico 250 mg	0,51	0,339	50
Ácido valpróico 500 mg	0,65	0,48	35
Ácido valpróico, xarope, 50 mg	2,75	2,1	31

## b.2 Da verificação de sobrepreço

Com base no anexo ao contrato firmado com a Odonto Shop, foram comparados os seguintes itens:

Item	Código da prefeitura	Código do Ministério da Saúde	Quantidade a ser adquirida pela prefeitura	Preço oferecido pelo vencedor (R\$)
Luva proced. não cirúrgico-tamanho m-caixa com 100 unid.	103919	387699	1200 caixas	19,99
Luva proced. não cirúrgico tamanho PP, caixa com 100 unid.	100726	269891	400 caixas	19,99
Luva de procedimento não cirúrgico tamanho pequeno, caixa com 100 unidades	104178	387700	2000 caixas	19,99
Mercúrio-pureza mínima 99,999%-1 litro	133952	379399	48 unidades	135,00
Solução tópica ou aquosa de clorexidina 2%. Uso externo frasco com 1 l.	129666	269880	800 unid.	16,50

Como o contrato foi assinado em abril, foram utilizados os preços obtidos por órgãos federais, em quantidades compatíveis com as adquiridas pelo município, ou em datas próximas, procurando obter esses elementos, de preferência, na mesma região, com base no Banco de Preços de Saúde do Ministério da Saúde:

Código do Ministério da Saúde	Órgão adquirente	Nº Pregão	Data aquisição	Quant. aquisição	Preço aquisição (R\$)
387699	Hosp. Naval Recife	6300660010462012	15/05/2013	300	12,65
269891	Centro Instr. e Adapt. Aeronáut.-MG	67530001581201221	09/04/2013	400	11,29
387700	14º Re. Caval. Mecanizada-SC	64683002755201231	26/04/2013	700	11,88
379399	Univ. Fed. Goiás	020182201281	10/05/2013	2	77,45
269880	Hosp. Geral Salvador	64585001049201281	20/11/2013	200	8,00

Comparando os preços oferecidos pelo vencedor com os obtidos na pesquisa, tem-se o seguinte sobrepreço:

	A	B	C	(A-B) x C
Item-código MS	Preço vencedor	Preço banco de dados	Quantidade a adquirir	Sobrepreço (R\$)
387699	19,99	12,65	1200	8.808,00
269891	19,99	11,29	400	3.480,00
387700	19,99	11,88	700	5.677,00
379399	135,00	77,45	48	2.762,40
269880	16,50	8,00	200	1.700,00
				22.427,40

Logo, considerando apenas esses itens, há um sobrepreço para o município de R\$ 22.427,40. Não foi possível apurar o quanto já se gastou nesses itens nem em relação aos demais, não avaliados, inclusive em função da ausência de processos de pagamento e da prática da atual gestão de transferência constante do saldo dessa conta do PAB para outras, não identificadas.

### Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*“Com relação ao presente item, revela que o Processo foi realizado na gestão do ex-Prefeito Municipal, através do Convite nº. 002/2012, sendo mais uma vez vencedora a Construtora Miracampos LTDA, demonstra a existência de sobrepreço.*

*Com isso, com lastro no atual entendimento dos Tribunais de Contas pátrios, assim como na própria Súmula 230 do Tribunal de Contas da União, que estabelecem a imperiosidade de os sucessores tomarem medidas judiciais cabíveis para garantir o resguardo do patrimônio público dos Entes que passaram a gerir, este Ente Municipal demandou*

*Representação ao Ministério Público (DOC. 36), visando a obter por meio do Ilustre órgão Ministerial, providências judiciais pertinentes ao esclarecimento das irregularidades e pendências encontradas e não sanadas pelo ex-gestor, relativas aos recursos do convênio federal, não recaindo, dessa maneira, qualquer responsabilidade pelo ex-gestor.”*

## **Análise do Controle Interno**

Não houve manifestação da atual Administração para as questões apontadas pela equipe da CGU para o procedimento licitatório da Tomada de Preço nº 002/2013. Portanto, mantemos o ponto no relatório.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Adotar medidas voltadas à obtenção do ressarcimento dos recursos federais indevidamente empregados, instaurando Tomada de Contas Especial quando esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido, conforme preceitua o art. 4º da Instrução Normativa TCU nº 71/2012.

### **2.1.4 Não disponibilização da documentação comprobatória dos pagamentos efetuados com recursos do Piso da Atenção Básica.**

#### **Fato**

O seguinte processo licitatório foi apresentado como pertinente à conta 10258-X:

#### **Convite 002/2012**

Objeto: reforma do posto de saúde de Taquarendi.

Data para entrega da proposta: 01/02/2012.

Tipo de licitação: menor preço.

Vencedor da Licitação: Construtora Miracampos Ltda., CNPJ 08.649.505/0001-93, endereço: Pça José de Deus, s/n-Distrito de Nuguacu.

Sobre o referido processo, a prefeitura não enviou os processos de pagamento do período de 2012, conforme solicitado, e, portanto, não pôde ser feita uma análise mais específica.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*“Com relação ao presente item, revela que o Processo foi realizado na gestão do ex-Prefeito Municipal, através do Convite nº. 002/2012, sendo mais uma vez vencedora a Construtora Miracampos LTDA, demonstra a existência de sobrepreço.*

*Com isso, com lastro no atual entendimento dos Tribunais de Contas pátrios, assim como na própria Súmula 230 do Tribunal de Contas da União, que estabelecem a imperiosidade de os sucessores tomarem medidas judiciais cabíveis para garantir o resguardo do patrimônio público dos Entes que passaram a gerir, este Ente Municipal demandou Representação ao Ministério Público (DOC. 36), visando a obter por meio do Ilustre órgão Ministerial, providências judiciais pertinentes ao esclarecimento das irregularidades e pendências encontradas e não sanadas pelo ex-gestor, relativas aos recursos do convênio federal, não recaiando, dessa maneira, qualquer responsabilidade pelo ex-gestor.”*

## **Análise do Controle Interno**

A manifestação do gestor se limitou a descrever a medida adotada pela atual Administração no sentido de apurar os possíveis atos de improbidade administrativa (DOC. 36) praticados pelo antigo gestor com referência ao Convite nº 002/2012. Quanto às irregularidades apontadas pela CGU na execução do procedimento licitatório, a Administração do município de Mirangaba não apresentou nenhum fato que refutasse a situação descrita. Desta forma, mantemos a constatação.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Exigir a apresentação da documentação comprobatória das despesas efetuadas e, caso não seja realizada a apresentação, adotar medidas voltadas à obtenção do ressarcimento dos recursos federais cuja aplicação não foi comprovada, instaurando Tomada de Contas Especial quando esgotadas as medidas administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido, conforme preceitua o art. 4º da Instrução Normativa TCU nº 71/2012. Promover a suspensão da transferência dos recursos do Piso de Atenção Básica - PAB até que a documentação seja apresentada.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Aplicação indevida de recursos financeiros do PAB.**

#### **Fato**

A conta 10258-X foi definida como aquela que seria específica para recebimento dos créditos da atenção básica em saúde.

Examinando a conta, no período de 2012 e 2013, observou-se que os créditos provenientes do Ministério da Saúde ocorreram normalmente, mas os débitos foram feitos em desacordo

com a legislação. Tanto em 2012 quanto em 2013, foram feitas transferências para outras contas, não sendo possível saber se são públicas ou particulares (o extrato não permite identificar isso), e com qual justificativa, pois, conforme o Decreto federal nº 7.507, de 27/06/2011, art. 2, §1, a movimentação da conta só poderia se dar exclusivamente por meio de crédito em conta corrente de titularidades de fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, havendo exceções para pequenos valores, conforme os parágrafos segundo e terceiro. O TCU já se manifestara assim: “a jurisprudência desta Corte tem se orientado no sentido de que o saque dos recursos da conta específica do ajuste enseja débito, face à impossibilidade de estabelecimento do nexo de causalidade entre os recursos transferidos e as despesas efetuadas” (acórdãos 227/1999 do Plenário, 39/2002, 53/2007, 264/2007 da 1ª Câmara e 701/2008 da 2ª Câmara).

Em relação aos processos de pagamento apresentados, como sendo pertinentes à conta, observou-se que houve:

- a) processos de pagamento incoerentes com o que apresenta a conta corrente da atenção básica. São exemplos:

<b>Nº Processo pagamento</b>	<b>Data do processo</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Observação</b>
27	18/02/2013	8.563,84	Não há valor similar de débito nesta data.
76	05/03/2013	1.973,10	Só há uma transferência no dia, de R\$ 130.000,00
242	20/05/2013	30.040,69	Só há 1 débito no extrato, nesta data: um, DOC, de R\$ 1.776,92.
461	06/08/2013	13.216,87	Sem valor similar de débito nesta data.
480	13/08/2013	33.972,87	O valor máximo que ocorreu como débito na conta, deste dia, é de R\$ 11.461,08. Somando todos os débitos do dia, não chegaria a este valor.
762	08/11/2013	29.304,06	Não há valor similar nesta data, no extrato.

- b) processos de pagamento sem comprovantes suficientes. São exemplos:

<b>Nº Processo pagamento</b>	<b>Data do processo</b>	<b>Valor (R\$)</b>	<b>Observação</b>
341	20/06/2013	4.326,51	Favorecido: INSS. Ausência da lista de servidores dos quais há o desconto e ausência de comprovante de recolhimento.
247	20/05/2013	10.224,08	Situação similar à anterior
342	20/06/2013	8.390,74	Sem comprovante de recolhimento.
20	08/02/2013	8.085,98	Favorecida: Receita (IRRF). Ausência de lista dos servidores e do comprovante de recolhimento.
97	13/03/2013	3.058,27	Favorecido: Banco do Brasil. Empréstimo consignado. Ausência da lista de servidores dos quais há o

Nº Processo pagamento	Data do processo	Valor (R\$)	Observação
			desconto e ausência de comprovante de recolhimento
351	20/06/2013	3.322,01	Situação similar à anterior
487	13/08/2013	11.481,06	Situação similar à anterior
494	13/08/2013	4.400,07	Situação similar à anterior
590	12/09/2013	8.789,28	Situação similar à anterior
645	04/10/2013	11.625,16	Situação similar à anterior
679	15/10/2013	24.403,34	Situação similar à anterior
690	15/10/2013	10.256,56	Situação similar à anterior
710	18/10/2013	7.849,98	Situação similar à anterior
784	12/11/2013	9.269,39	Situação similar à anterior
816	27/11/2013	7.813,84	Situação similar à anterior
859	05/12/2013	4.810,46	Situação similar à anterior
867	05/12/2013	7.813,84	Situação similar à anterior
909	13/12/2013	15.179,97	Situação similar à anterior
910	13/12/2013	4.801,42	Situação similar à anterior
925	20/12/2013	779,70	Situação similar à anterior

c) processos de pagamento em que ocorreu uma combinação de falhas. São exemplos:

Nº Processo pagamento	Data do processo	Valor (R\$)	Observação
98	13/03/2013	4.195,27	Favorecidos diversos (epidemiologia, motorista, etc.) e ausência de transferência para a CEF.
584	12/09/2013	25.954,04	Favorecido: INSS. Ausência da lista de servidores dos quais há o desconto e ausência de comprovante de recolhimento. Além disso, não há valor similar no extrato.

### Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*“Conta que a conta 10.258-X foi definida como aquela que seria específica para o recebimento dos créditos da atenção básica. No caso o município de Mirangaba (BA) promoveu a abertura das contas para descentralizar os recursos creditados para as respectivas contas”.*

## **Análise do Controle Interno**

A manifestação da Administração ratifica a situação apontada pela equipe de auditoria da CGU, que de fato houve transferência da conta específica para outras contas do município. Portanto, mantemos a constatação.

### **2.2.2 Despesas realizadas sem a realização de processo licitatório adequado.**

#### **Fato**

O seguinte processo licitatório foi apresentado como pertinente à conta 10258-X:

#### **Convite 002/2012**

Objeto: reforma do posto de saúde de Taquarendi.

Data para entrega da proposta: 01/02/2012.

Tipo de licitação: menor preço.

Vencedor da Licitação: Construtora Miracampos Ltda., CNPJ 08.649.505/0001-93, endereço: Pça José de Deus, s/n-Distrito de Nuguaçu.

Seguem as irregularidades identificadas no processo.

#### **a.1 Projetos**

As especificações mencionam a existência de projeto de cobertura (telhado), arquitetônico, estrutural e de fundações, mas nenhum deles foi apresentado a essa equipe, quando solicitados, e não faziam parte do convite.

Nesse sentido, a ausência de projeto básico indica que sequer poderia ocorrer licitação (lei 8666/93, art. 7, §2).

Também não foi solicitado dos participantes, no convite, o cronograma físico-financeiro da obra.

#### **a.2. Planilha orçamentária e especificações**

A correlação entre planilha e especificações nem sempre guarda coerência. Assim, diversos itens mencionados nas especificações não foram contemplados na planilha, como: limpeza do terreno, locação, fundação em alvenaria de pedra, impermeabilização das fundações, chapisco, caixa de passagem.

Além disso, as especificações são insuficientes para se compreender alguns itens da planilha, por conter descrição por demais sucinta, como todos os itens das instalações elétricas, o ponto de água, inclusive pela ausência de apresentação de projetos.

### a.3 Dados obtidos sobre a Miracampos

Não foi localizada no endereço que consta como sendo o seu na licitação.

Não houve apresentação de ART da obra.

A construtora só executou atividades no período de 2011 e 2012, contando, nesse período, com apenas 3 empregados, sendo 2 pedreiros e um ajudante, o que não parece condizer com a gama de serviços que se propõe a fazer no seu contrato social nem condições de executar todas as obras que teve a seu cargo, no município, durante o período (reforma de escola, construção de 2 postos de saúde).

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*“Com relação ao presente item, revela que o Processo foi realizado na gestão do ex-Prefeito Municipal, através do Convite nº. 002/2012, sendo mais uma vez vencedora a Construtora Miracampos LTDA, demonstra a existência de sobrepreço.*

*Com isso, com lastro no atual entendimento dos Tribunais de Contas pátrios, assim como na própria Súmula 230 do Tribunal de Contas da União, que estabelecem a imperiosidade de os sucessores tomarem medidas judiciais cabíveis para garantir o resguardo do patrimônio público dos Entes que passaram a gerir, este Ente Municipal demandou Representação ao Ministério Público (DOC. 36), visando a obter por meio do Ilustre órgão Ministerial, providências judiciais pertinentes ao esclarecimento das irregularidades e pendências encontradas e não sanadas pelo ex-gestor, relativas aos recursos do convênio federal, não recaindo, dessa maneira, qualquer responsabilidade pelo ex-gestor.”*

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação do gestor se limitou a descrever a medida adotada pela atual Administração no sentido de apurar os possíveis atos de improbidade administrativa (DOC. 36) praticados pelo antigo gestor com referência ao Convite nº 002/2012. Quanto às irregularidades apontadas pela CGU na execução do procedimento licitatório, a Administração do município de Mirangaba não apresentou nenhum fato que refutasse a situação descrita. Desta forma, mantemos a constatação.

### **2.2.3 Despesas realizadas sem a realização de processo licitatório adequado.**

#### **Fato**

O seguinte processo licitatório foi apresentado como pertinente à conta 10258-X:

#### **TOMADA DE PREÇOS 002/2013**



Objeto: aquisição de material penso e médico odontológico, conforme especificações do edital.

Valor estimado para o material penso: R\$ 465.174,14

Valor estimado para material odontológico: R\$ 101. 175,18

Participantes e favorecidos:

- 1) USA Comércio de Produtos Científicos e Laboratório Ltda.; CNPJ: 03.215.469/0001-36; Contrato nº 085/2013; valor contratado: R\$ 203.327,50; data de assinatura: 12/04/2013;
- 2) Georgiton de Oliveira – ME (nome fantasia: Odonto Shop); CNPJ: 06.940.690/0001-45; Contrato nº 086/2013; valor contratado: R\$ 164.841,23; data de assinatura: 12/04/2013;
- 3) Fenix Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.; CNPJ: 07.807.773/0001-23; contrato nº 087/2013; valor contratado: R\$ 41.218,00; data de assinatura: 12/04/2013.

Foram identificadas as seguintes impropriedades no processo.

#### b.1. Da escolha da modalidade

Conforme a lei nº 10.520/2002, foi instituída a modalidade de pregão como nova modalidade licitatória, para que houvesse maior competitividade e a administração pública usasse esse meio para obter bens comuns. Em vez de adotar essa modalidade, o município adotou a tomada de preços com menor preço por item.

Ocorre que não existe tomada de preços por custo unitário para compras. É possível fazer tomada de preços para obras e serviços por empreitada por custo unitário (obras ou contratação de serviços), mas não cabe tomada de preços cotando-se item a item, quando o caso é de compras, conforme lei 8.666/93, art.10; arts. 14 a 16.

Assim, para a finalidade pretendida, a tomada de preços era inadequada.

#### b.2. Da publicidade

Os documentos que constam no processo licitatório e que dizem respeito à publicidade (p. 478-480) tratam-se de outra licitação, sem qualquer relação com essa licitação.

#### b.3 Dos participantes

- Odonto Shop: em princípio, não poderia participar do processo, porque se trata de comércio varejista, sem condições, portanto, de apresentar proposta de preços que envolvia grande volume de produtos, e foi essa a sociedade beneficiária dos recursos da conta do PAB.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*“Com relação ao presente item, revela que o Processo foi realizado na gestão do ex-Prefeito Municipal, através do Convite nº. 002/2012, sendo mais uma vez vencedora a Construtora Miracampos LTDA, demonstra a existência de sobrepreço.*

*Com isso, com lastro no atual entendimento dos Tribunais de Contas pátrios, assim como na própria Súmula 230 do Tribunal de Contas da União, que estabelecem a imperiosidade de os sucessores tomarem medidas judiciais cabíveis para garantir o resguardo do patrimônio público dos Entes que passaram a gerir, este Ente Municipal demandou Representação ao Ministério Público (DOC. 36), visando a obter por meio do Ilustre órgão Ministerial, providências judiciais pertinentes ao esclarecimento das irregularidades e pendências encontradas e não sanadas pelo ex-gestor, relativas aos recursos do convênio federal, não recaindo, dessa maneira, qualquer responsabilidade pelo ex-gestor.”*

## **Análise do Controle Interno**

Não houve manifestação da atual Administração para as questões apontadas pela equipe da CGU para o procedimento licitatório da Tomada de Preço nº 002/2013. Portanto, mantemos o ponto no relatório.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406336

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** Não se aplica.

**Objeto da Fiscalização:** Os municípios e o Distrito Federal, como gestores dos sistemas locais de saúde, são responsáveis pelo cumprimento dos princípios da Atenção Básica, pela organização e execução das ações em seu território, competindo-lhes, entre outros: I-organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica dentro do seu território; II-Incluir a proposta de organização da Atenção Básica e da forma de utilização dos recursos do PAB Fixo e Variável, nos Planos de Saúde; III-Inserir preferencialmente a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; IV-Organizar o fluxo de usuários; V-Garantir infra-estrutura necessária ao funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (recursos materiais, equipamentos e insumos); VI-Selecionar, contratar e remunerar os profissionais de saúde. (As demais competências dos municípios constam da Portaria 648/2006).

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos da programação 0153 – GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL - no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar se o gestor municipal elaborou o Plano Municipal de Saúde e o Relatório Anual de Gestão - condicionantes para o recebimento de recursos federais na área da saúde - nos termos da legislação vigente.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

**2.1.1 O Relatório Anual de Gestão - RAG do exercício de 2013 não está disponível para consulta no SARGUS.**

## Fato

Durante o planejamento dos trabalhos não foi possível extrair do sistema SARGUS o Relatório Anual de Gestão – RAG, do exercício de 2013. Todavia, no período de execução dos trabalhos de campo, no momento da apresentação dos documentos solicitados por meio das SF enviadas, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou o RAG do exercício de 2013 à equipe da CGU. Questionou-se à Coordenadora Municipal de Saúde porque o referido relatório não se encontrava no sistema SARGUS para consulta pública, a mesma relatou que o relatório colocado a disposição da CGU era uma cópia do relatório que foi lançado no sistema SARGUS e que não sabia o motivo da indisponibilidade do RAG de 2013 para acesso do cidadão.

A situação descrita indica que há um problema no sistema SARGUS para o acesso do Relatório Anual de e Gestão do exercício 2013.

## 2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### 2.2.1 O Plano Municipal de Saúde não foi elaborado, encaminhado e aprovado durante o primeiro ano da gestão em curso.

## Fato

Do exame do livro de Atas de Reunião do Conselho Municipal de Saúde do exercício de 2013, verificamos nas atas de reuniões realizadas no exercício que o Plano Municipal de Saúde para o quadriênio de 2014/2017, elaborado pela atual Administração Municipal não foi submetido para apreciação, análise e aprovação do conselho. Em reunião com a Coordenadora Municipal de Saúde fomos informados que o PMS da atual gestão, ainda se encontra em fase de elaboração. O disposto infringe determinação contida no Anexo da Portaria nº 2.751, de 11.11.09, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a elaboração do Plano de Saúde durante o exercício do primeiro ano da gestão em curso.

## Manifestação da Unidade Examinada

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*Na presente situação, devido o encaminhamento do Plano Municipal de Saúde (DOC. 24), em plena observância das normas de regência sobre a matéria uma vez que a elaboração foi feita conforme Portaria do Ministério da Saúde, não*

*infringindo assim a norma. Contudo, o envio para o CMS se deu conforme Ata da Reunião que apresentou, discutiu, deliberou e aprovou o Plano Municipal de Saúde em anexo (doc. 24).*

## **Análise do Controle Interno**

O documento 24, acostado pela Prefeitura Municipal de Mirangaba corresponde a Ata de reunião realizada pelo Conselho Municipal de Saúde, do dia 28.03.14, na qual o Plano Municipal de Saúde foi aprovado pelo conselho.

Ratificamos a situação apontada, uma vez que o PMS foi aprovado no dia 28.03.14, quando no máximo deveria ter sido aprovado no dia 31.12.13, senão vejamos:

O Anexo da Portaria nº 2.751, de 11.11.09, do Ministério da Saúde define que o Plano de Saúde terá periodicidade de quatro anos, com as seguintes observações:

- a) Elaboração durante o exercício do primeiro ano da gestão em curso; e
- b) Execução a partir do segundo ano da gestão em curso até o primeiro ano da gestão subsequente.

Do enunciado acima infere-se que o PMS 2014-2017, no mais tardar, deveria ter sido aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em 31.12.13. Portanto, discordamos da Prefeitura Municipal de Mirangaba quando sustenta que foram seguidas as normas que disciplinam a matéria.

### **2.2.2 O Relatório Anual de Gestão do ano anterior não tem estrutura e conteúdo conforme legislação.**

#### **Fato**

No período de realização dos trabalhos de campo da equipe da CGU (17.03.14 a 21.03.14), a Prefeitura Municipal de Mirangaba ainda estava dentro do prazo de elaboração do Relatório Anual de Gestão – RAG do exercício de 2013, consequentemente o RAG analisado foi o referente à execução do Plano Anual de Saúde do exercício de 2012 (executado pela Administração anterior) e elaborado pela atual Administração Municipal no exercício de 2013.

Do exame do RAG do exercício de 2012 elaborado pela atual Coordenação Municipal de Saúde, constatamos que, no item 5 do relatório referente à Programação Anual de Saúde, na coluna dos Recursos Orçamentários envolvidos em cada ação das diretrizes do plano anual, onde deveria haver um demonstrativo confrontando o quantitativo dos recursos financeiros programados com os recursos de fato aplicados em cada ação, na verdade constam em ambas as colunas (programado X executado) quantitativos nulos.

Dessa forma, o RAG não apresentou informações importantes para a avaliação dos resultados do Plano Anual de Saúde do exercício de 2012. Portanto, contraria disposição do inciso III, do Art. 6º, da Portaria nº 2.135, de 25.09.13 do Ministério da Saúde, que aponta o RAG como instrumento de gestão que contemplará a análise da execução orçamentária.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*Já nesse ponto, deve revelar que o RAG correspondente ao exercício de 2012, no SARGSUS esta com os dados zerados, conforme documento em anexo (DOC. 25), comprovando mais uma vez que a gestão anterior não cumpriu com suas responsabilidades, e que a atual gestão tomará providências cabíveis apresentando representação ao Ministério Público.*

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação da Administração municipal não trouxe nenhuma informação adicional, tendo vista que o DOC. 25 anexado pelo gestor corresponde ao Relatório Anual de Gestão do exercício de 2012 já analisado e citado na constatação pela CGU. Ademais, o arrazoado apresentado não suprime a situação apontada pela CGU, qual seja, a ausência de informações concernentes à execução orçamentária do exercício de 2012 no Relatório Anual de Gestão - RAG. Logo mantemos a constatação no relatório.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que o Plano Municipal de Saúde do município de Mirangaba/BA e o Relatório Anual de Gestão do exercício de 2013 não foram elaborados em conformidade com a legislação vigente.

**Ordem de Serviço:** 201406395

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DA SAUDE

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** Não se aplica.

**Objeto da Fiscalização:** O Conselho Municipal de Saúde - CMS é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.142/90. O CMS é um espaço instituído de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde. A instituição do CMS deve ser estabelecida por lei municipal, conforme dispõe a terceira diretriz da Resolução nº 453, de 10/05/2012.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a GESTÃO DA SAÚDE MUNICIPAL no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar se a composição e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde se encontram de acordo com os ditames da Resolução CNS nº. 453, de 10/05/2012.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

### 2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

**2.2.1 O Plano Municipal de Saúde não foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde.**

## **Fato**

Da leitura do livro de Atas de Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Mirangaba do exercício de 2013, verificamos nos registros das atas de reuniões que não houve aprovação pelo conselho do Plano Municipal de Saúde, pois o mesmo ainda se encontra em elaboração na Coordenação Municipal de Saúde.

Em resposta à SF nº 08, de 07.03.14, na qual solicitamos a apresentação do Plano Municipal de Saúde em vigência, a Secretaria Municipal de Saúde por intermédio do Ofício nº 31/2014, de 19.03.14, apresentou o seguinte esclarecimento:

*O Plano Municipal de Saúde referente ao ano de 2014 – 2017 encontra-se em fase de conclusão final e previsto para ser encaminhado para apreciação do Conselho Municipal de Saúde na próxima reunião ordinária que será realizada em 28 de março de 2014, considerando que ainda estamos dentro do prazo estabelecido para finalização do Plano Municipal de Saúde.*

A manifestação do Gestor está em dissonância com a determinação do Anexo da Portaria nº 2.751, de 11.11.09 do Ministério da Saúde, que prevê a elaboração do Plano de Saúde durante o exercício do primeiro ano da gestão em curso.

### **2.2.2 O Conselho Municipal de Saúde não tem recebido informações do gestor sobre suas contas e atividades.**

## **Fato**

Do exame do livro de Atas de Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Mirangaba do exercício de 2013, constatamos nas reuniões registradas ao longo do exercício, que o gestor municipal não submeteu para análise e aprovação do CMS as Prestações de Contas quadrimestrais referentes à execução dos recursos financeiros aplicados na saúde.

Em resposta a SF nº 08, de 07.03.14, para o item em que foi solicitada a comprovação sobre a Prestação de Contas ao CMS, a Secretária Municipal de Saúde por intermédio do Ofício nº 31/2014, de 19.03.14, apresentou o seguinte esclarecimento:

*A Secretaria de Saúde realiza prestação de contas periodicamente ao conselho sobre todos os planejamentos a serem executados por esta secretaria e apresenta em forma de relatório aos conselheiros e permanece cópia na pasta do conselho, porém em 2013 houve um problema no sistema SIOPS o que impossibilitou a prestação de contas em tempo hábil a este conselho, quanto à agenda de saúde encontra-se no plano anual de saúde os respectivos planos de ação a ser desenvolvido durante o ano, sendo apresentado e aprovado pelo conselho municipal de saúde e as agendas dos profissionais encontra-se afixada nas UBS de forma legível e de fácil compreensão aos usuários do serviço de saúde.*

A operacionalização do Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS, segundo diálogo com a Secretária Municipal de Saúde, depende de servidor com certificação digital para o lançamento de informações sobre a execução do orçamento da Saúde e as respectivas prestações parciais do exercício de 2013. Todavia, a mesma relatou que houve problemas para realizar o processo de validação.



Para comprovar os problemas enfrentados pela Prefeitura foram apresentados alguns e-mail trocados entre a Prefeitura Municipal de Mirangaba, a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e o Certificador do Sistema (Caixa Econômica Federal).

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*Assevera que do Exame do Livro de Atas de Reunião do Conselho Municipal de Saúde, exercício 2013, que o gestor municipal não submeteu para análise e aprovação do CMS as Prestações de Contas quadrimestrais referentes à execução dos recursos financeiros aplicados na saúde.*

*O fato foi motivado em razão de problemas ocorridos no SIOPS, contudo já devidamente regularizado, conforme Ata do CMS anexo (doc. 27), ressaltando que o problema no SIOPS não foi do município.*

### **Análise do Controle Interno**

A manifestação do gestor ratifica a situação destacada e o doc. 27, anexado pelo mesmo, corresponde aos e-mails trocados entre a Prefeitura Municipal de Mirangaba, o Ministério da Saúde e a CEF, já mencionados na constatação. Portanto, não foi apresentada nenhuma informação adicional para elidir a situação apontada, logo mantemos a constatação.

#### **2.2.3 O Plenário do Conselho não se reúne no mínimo a cada mês.**

##### **Fato**

Do exame do livro de Atas de Reunião do Conselho Municipal de Saúde de Mirangaba do exercício de 2013, evidenciamos as seguintes ocorrências:

- a) Não houve reunião do conselho nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, período de transição da antiga Administração Municipal para a nova Administração e escolha da nova composição do conselho;
- b) No mês de junho e outubro de 2013, também não houve reunião e os membros do conselho, na reunião realizada no dia 21.03.14 com a equipe da CGU, não souberam informar o motivo.

Tal postura contraria a Quarta Diretriz da Resolução CNS nº453/2006, a qual prevê que os conselhos municipais devem se reunir ao menos uma vez por mês.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba apresentou a seguinte manifestação:

*Compõe também o Relatório de Fiscalização que no que se refere aos apontamentos sobre esta constatação, o CMS nesta data identificou que por motivos particulares alguns membros não puderam comparecer nas datas convocadas não obtendo coro, assim, posteriormente foi feita reuniões extraordinárias para suprir as deliberações das reuniões não ocorridas.*

## **Análise do Controle Interno**

De fato, no exercício de 2013 houve uma reunião extraordinária no mês de agosto. Todavia, isso não elide a ausência de reuniões nos meses apontados na constatação. Por conseguinte o número de reuniões do CMS que deveria ser no mínimo de 12 no exercício acabou sendo de 8 reuniões. Portanto, mantemos o achado no relatório.

### **2.2.4 A maioria dos conselheiros não recebeu capacitação para desempenho de suas atividades**

#### **Fato**

Por meio de reunião realizada com o Conselho Municipal de Saúde, no dia 21.03.14, fomos informados que somente um membro do conselho (vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde) participou de um curso de capacitação ministrado pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia - SESAB. Os demais membros do conselho reconheceram a necessidade de capacitação para um melhor desempenho de suas atribuições.

A ocorrência descrita, contraria disposição da Quinta Diretriz, da Resolução nº 453, de 10.05.12 que delibera sobre a educação permanente para o controle social.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Em resposta ao Ofício nº 8933/2014–GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação:

*No que se refere aos apontamentos sobre esta constatação registrados no Relatório de Fiscalização da CGU, o Gestor municipal tem a esclarecer que estamos tomando providencia em capacitar todos e não somente um membro como ocorreu.*

## **Análise do Controle Interno**

A manifestação do gestor ratifica a situação apontada. Portanto, mantemos a constatação no relatório.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a atuação do Conselho Municipal de Saúde de Mirangaba/BA não se encontra em conformidade com os ditames normativos.

**Ordem de Serviço:** 201406835

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

**Instrumento de Transferência:** Execução Direta

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 10.155.420,00

**Objeto da Fiscalização:** Prefeituras Famílias pobres e extremamente pobres do município cadastradas no CadÚnico; Listas de beneficiários do PBF divulgada; Programas sociais complementares disponibilizados às famílias beneficiárias; Técnicos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades designados e atuantes; Registro do acompanhamento das condicionalidades efetuado nos sistemas informatizados; Existência de um órgão de controle social atendendo ao critério de intersetorialidade e paridade entre governo e sociedade.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2019 - Bolsa Família / 8442 - Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004) no município de Mirangaba/BA.

A ação de fiscalização destina-se a verificar a veracidade dos dados cadastrais das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; a conformidade da renda per capita das famílias estabelecida na legislação do Programa; o cumprimento das condicionalidades das áreas da educação e saúde; a implementação de Programas/Ações municipais complementares ao Bolsa Família; e a atuação da Instância de Controle Social.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

**2.1.1 Beneficiária do Programa Bolsa Família com renda per capita superior à estabelecida na legislação para a permanência no Programa.**

**Fato**

Com o objetivo de avaliar a manutenção da permanência dos beneficiários no Programa Bolsa Família (PBF) quanto ao critério da renda per capita familiar, em conformidade com o art. 6º da Portaria 617/2010, constatou-se que, em visita realizada a 01 (uma) beneficiária do Programa, número NIS 13018003674, CPF \*\*\*.644.945-\*\*, o vínculo empregatício com a empresa Stapler House Comércio e Serviços Ltda., CNPJ 13.884.116/0001-82, com renda superior à estabelecida pelo Programa.

A renda registrada conforme a RAIS 2011 e 2012 é de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais recebidos pela beneficiária desde 11/11/2011, consequentemente a renda per capita da família é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), tendo em vista que a mesma possui dois dependentes com idade até 17 anos. A Portaria MDS nº 617 de 11/08/2010, Art. 6º, § 1º, limita esta renda a meio salário mínimo per capita familiar.

A beneficiária, conforme informações da família presente durante a visita, mudou-se para a cidade de São Paulo-SP há mais de 02 anos.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

A Prefeitura Municipal de Mirangaba-BA, respondeu a constatação através do Ofício s/n de 24/04/2014, “in verbis”:

*“Aponta o Relatório de Fiscalização que beneficiária do Programa Bolsa Família possui o vínculo empregatício com a empresa Stapler House Comércio e Serviços LTDA, tendo inclusive mudado para a cidade de São Paulo (SP), sendo que registra que o recadastramento ainda será operado pela atual gestão, em vista da existência de prazo, sendo que irregularidades existências são datadas da gestão anterior, não podendo, assim, recair responsabilidade sobre o atual gestor, que apenas herdou a base de dados com informações definidas.*

*Cabe assegurar, ainda, que a Prefeitura Municipal de Mirangaba (BA) tem sido extremamente vigilante com relação aos beneficiários dos programas sociais”.*

### **Análise do Controle Interno**

As justificativas não são suficientes para elidir a constatação, tendo em vista que é de responsabilidade da Prefeitura responder pela integridade e veracidade dos dados das famílias cadastradas, conforme art. 22 da Portaria 177/2011.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Requisitar ao gestor local que proceda à atualização cadastral dos beneficiários apontados no Relatório de Fiscalização, de forma a refletir a atual renda dos integrantes do grupo familiar.

Recomendação 2: Acompanhar a atualização cadastral realizada pelo gestor local e o processo de repercussão automática de gestão de benefícios, monitorando o cancelamento, conforme o caso.

Recomendação 3: Quantificar o potencial valor pago indevidamente e promover ação para reaver os valores, quando averiguado, no processo apuratório, dolo do beneficiário e/ou do agente público, em consonância com os artigos 34 e 35 do Decreto nº 5.209, de 17/9/2004."

## **2.1.2 Registro de frequência no Sistema Projeto Presença de alunos não localizados nas escolas informadas.**

### **Fato**

Em análise dos “Diários de Classe” apresentados como resposta à Solicitação de Fiscalização nº 14/Bolsa Família, expedida pela CGU-BA em 12/03/2014, constatou-se a ausência do registro de presença dos seguintes alunos, conforme quadro a seguir.

Portanto não foi possível atestar o cumprimento da “Condicionalidade da Frequência Escolar” destes alunos, conforme a Portaria Interministerial MDS/MEC nº 3.789, de 17.11.2004.

<b>NIS DO ALUNO</b>	<b>ESCOLA</b>
21201323888	EE - CENTRO EDUCACIONAL SOROR JOANA ANGELICA
16162317383	EE - CENTRO EDUCACIONAL SOROR JOANA ANGELICA
16291934133	EE - CENTRO EDUCACIONAL SOROR JOANA ANGELICA
21226557262	EE - CENTRO EDUCACIONAL SOROR JOANA ANGELICA
20087472583	ESC MUL MARIA DE LOURDES GONZAGA
16605698267	ESC MUL MARIA DE LOURDES GONZAGA
21267032652	ESC MUL MARIA DE LOURDES GONZAGA
16589446823	ESC MUL MARIA DE LOURDES GONZAGA
16450087421	ESC MUL MARIA DE LOURDES GONZAGA
16665557716	ESC MUL MARIA DE LOURDES GONZAGA
16308284247	ESCOLA MUNICIPAL DO CARRASCO
21260240403	ESCOLA MUNICIPAL DO CARRASCO
21263589202	ESCOLA MUNICIPAL DO CARRASCO
16482563385	ESCOLA MUNICIPAL DO CARRASCO
16307246120	ESCOLA MUNICIPAL DO CARRASCO

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício s/n, de 24/04/2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação, editada apenas no nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las:

*”Acusamos o recebimento do ofício desta Controladoria e passamos a Informar a Vossa Senhoria que desde que assumimos o Projeto Presença buscamos informações junto os estabelecimentos de Ensino Estadual e Municipal, na tentativa de apurar a frequência correta, com, bastante rigor e responsabilidade e que esta Coordenação vem cumprindo de forma responsável e ética com todas as condicionalidades ora exigidas pelo Projeto Presença MEC/MDS. Estamos sempre atentos ao período de registro das informações do acompanhamento nos sistema composto por cinco bimestres, excluindo os meses de dezembro e janeiro destinados ao período de férias escolar, acompanhamos em visitas domiciliares às famílias em vulnerabilidade e risco social e com histórico de não cumprimento das condicionalidades para entendermos os motivos de baixa frequências ou seja um acompanhamento Sócio Assistencial intersetorial (Assistência Social, Saúde e*

Educação) assegurando proteção social na tentativa de identificar causa como doença, óbito na família, trabalho infantil, abuso sexual etc., evitando assim maior número de evasão escolar, bloqueio ou até suspensão do benefício.

Diante do exposto, afirmamos que não houve descumprimento das condicionalidades e sim erro humano no momento de operar o sistema e coleta de informações. Informamos que todas as providências estão sendo tomadas para regularização dos mesmos.

Solicitamos encarecidamente a vossa compreensão e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Em tempo, estamos esclarecendo todos os motivos ora encontrados dos discentes apontados por esta Controladoria abaixo relacionados:

Discente: E. V. P., NIS: 2120132388, não consta no Sistema Presença e não consta no Censo Escolar/2013. Assim nos impossibilita apurar portanto a referida frequência;

Discente: E. de J., NIS: 16162317383, estava vinculada ao Centro Sóror Joana Angélica, houve um erro técnico ao registrar frequência, porém a sua situação foi regularizada, hoje encontra-se devidamente matriculada no Grupo Escolar Manoel Novais, INEP nº 29\*074029 e no Sistema Presença. Conforme registro comprobatório em anexo;

Discente: R. S. dos S., Nis: 16291934133, Não consta no Censo Escolar 2013, constando no Sistema Presença vinculada ao Centro Sóror Joana Angélica, obteve informação de frequência no referido Colégio Estadual, houve um erro nas informações, ou seja, no registro do sistema Presença. A situação da mesma foi regularizado motivo SVE 72-m;

Discentes: A. S. O., Nis: 21226557262, não encontra-se no Projeto Presença nos impossibilitando registrar a frequência da mesma no sistema conforme formulário em anexo;

Discente: R. S. de J., Nis: 20087472583, não consta no Projeto Presença, nos impossibilitando o registro da frequência escolar;

Discente: R. A. de L., Nis: 16605698267, estava sem vínculo escolar até o último bimestre no Sistema Presença, foi inserido erroneamente na Unidade Escolar Lurdes Gonzaga no exercício 2013, tendo apenas um registro nos meses outubro e novembro. A situação foi resolvida motivo SVE 72/m;

Discente: D. de S. M., Nis: 21267032652, não consta no Educacenso 2013, está no Projeto Presença, tendo registro apenas no último bimestre, havendo equívoco no registro. Sua situação está resolvida junto ao sistema Presença com o motivo SVE 72/m;

Discente: R. S. S., Nis: 16589446823, não consta no censo de 2013, o Sistema Presença não foi atualizado, havendo apenas um registro do último bimestre, sua situação foi regularizada junto ao mesmo. Motivo: SVE- 72/m;

Discente: C. C. da S., Nis: 16450087421, apesar de constar no Sistema presença vínculo com a Unidade Escolar Maria de Lurdes, tendo frequência informada, a mesma encontra-se matriculada no Centro Educacional Sóror Joana Angélica, tendo sua situação junto ao sistema regularizada, conforme anexo comprobatório;

*Discente: S. C. de A. F. Nis: 1666557716, não consta no censo 2013, está vinculado no sistema presença na Unidade Escolar Luiz Gonzaga, teve frequência informada equivocada no último bimestre, atualmente sua situação junto ao sistema foi regularizado, motivo SVE 72/m conforme anexo;*

*Discente: G. S. S. Nis: 16308284247, Consta no sistema Presença, na Unidade Escolar do Carrasco, porém não houve motivo de baixa frequência uma vez que o mesmo encontra matriculado no Grupo Escolar Artur Miranda de Carvalho e teve sua frequência regular durante o exercício 201 com o código do INEP trocado. Informamos que esta situação já foi regularizada conforme anexo;*

*Discente: E. F. da S., Nis: 21260240403, apesar de termos informada frequência a mesma não está matriculada na referida escola, havendo portanto um erro humano e sua situação já foi regularizada junto ao referido sistema conforme anexo. Motivo SVE 72/m;*

*Discente: D. de D. C., Nis: 21263589202, não está registrado no Educacenso 2013, teve informada, havendo troca de INEP, sua situação já foi regularizada motivo SVE 72/m conforme anexo;*

*Discente: C. S. S., Nis 16482563385, consta no Projeto Presença, houve erro e sua situação já foi resolvida junto ao referido sistema, motivo SVE 72/m;*

*Discente: J. J. dos S., Nis 16307246120, o MEC transferiu com o batimento entre o Censo escolar e a informação do MDS, a mesma no mês de outubro foi removida e teve frequência integral, não consta no censo e sua situação atual foi regularizada motivo NLOC, conforme anexo (doc.38).”*

## **Análise do Controle Interno**

Após análise das justificativas, verificou-se que a Prefeitura não apresentou nenhum documento atestando os motivos das ausências registradas, além das devidas atualizações cadastrais. Diante do exposto, permanece a constatação registrada pela CGU, bem como as recomendações expedidas.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Orientar a prefeitura acerca da importância para atingimento dos objetivos do Programa Bolsa Família de registrar de forma fidedigna os dados de frequência escolar dos alunos beneficiários no Sistema Presença.

Recomendação 2: Encaminhar ao Ministério da Educação, para ciência e providências cabíveis, a relação de alunos que tiveram registro integral de frequência mas não estavam matriculados na escola informada no Projeto Presença.

### **2.1.3 Subdeclaração na última atualização cadastral dos rendimentos de membros de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família provenientes de vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.**

## Fato

Com o objetivo de identificar famílias beneficiárias recebendo indevidamente os benefícios do Programa Bolsa Família no município de Mirangaba/BA, foi realizado um cruzamento das bases de dados da Folha de Pagamento do PBF de 01/2014, da RAIS de 12/2012 e do Cadastro Único de 12/2013. Tal procedimento selecionou famílias com pelo menos 1 (um) membro com vínculo empregatício junto à Prefeitura e renda per capita familiar superior a R\$ 140,00, considerando apenas os rendimentos desses membros para o cálculo dessa renda.

A partir desse cruzamento de dados, foi realizada uma comparação dos resultados com a folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura Municipal referente a 02/2014, de forma a verificar a permanência do vínculo empregatício.

Como resultado, constatou-se que 03 famílias estão recebendo os benefícios do Programa de forma indevida, tendo em vista que subdeclararam a renda familiar quando da atualização cadastral, devendo ser aplicado o disposto nos artigos 34 e 35 do Decreto nº 5.209, de 17/9/2004.

A tabela abaixo apresenta a relação das famílias.

Código Familiar	NIS	Nº integrantes família	Data Última Atualização	Data Admissão	Rendimento Bruto no último mês (R\$) <sup>1</sup>	Renda per Capita Familiar (R\$)	
						CadÚnico	RAIS <sup>2</sup>
567589790	16246506462	05	03/05/2013	17/07/2009	940,21	100,00	318,65
1982417633	19020211474	04	07/08/2013	01/03/2004	622,00	0,00	190,53
1400726247	16622240427	01	05/12/2013	01/07/1998	724,00	4,00	622,00

<sup>1</sup> Rendimento bruto auferido pelo servidor no último mês, ou seja, no mês da folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura, desconsiderando auxílios e indenizações.

<sup>2</sup> Per capita familiar, apurada com base nas informações da RAIS, calculada considerando apenas os rendimentos auferidos pelo vínculo com a prefeitura municipal no exercício de 2012.

## Manifestação da Unidade Examinada

Por meio do Ofício nº 146, de 03 de julho de 2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação, editada apenas quanto ao nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las:

*“Em atenção ao Relatório Preliminar recebido por esta Gestão Municipal do PBF – Programa Bolsa Família neste Município de Mirangaba – BA, encaminhado pela CGU – Controladoria Geral da União, ante ao exposto no referido relatório deixamos aqui alguns esclarecimentos que entendemos ser necessário, o Modelo de Recadastramento e Cadastramento para o Sistema alimentação/atualização do CADUNICO é “Auto Declaratório” o que nos deixa na condição de apenas anotar o que é Declarado pelo Usuário(a) que está sendo entrevistado(a), porém uma vez notificado sobre possíveis irregularidades este município tem unido esforços para realizar as visitas domiciliares para Averiguação e encaminhado Relatórios à SNRC – Secretária Nacional de Renda de Cidadania em Brasília – DF. Com referência aos Beneficiários listado neste relatório as seguintes providências foram tomadas:*



<i>Código Familiar</i>	<i>NIS</i>	<i>Nome</i>
567589790	16246506462	J. O. S.
1982417633	19020211474	O. dos S.
1400726247	16622240427	S. M. de J.

*Estes Beneficiários estão sendo Notificados e terão seu Desligamento do Programa da Bolsa Família efetuados no Sistema. (...)*”

### **Análise do Controle Interno**

Tendo em vista que a Prefeitura de Mirangaba-BA apresentou apenas propostas de regularização das pendências, a equipe de fiscalização da CGU-BA conclui que a constatação deverá ser mantida até a apresentação definitiva da regularidade dos fatos.

#### **Recomendações:**

Recomendação 1: Cancelar os benefícios do Programa Bolsa Família concedidos às famílias que omitiram/subdeclararam renda na última atualização cadastral com base no inciso III do art. 25 e no art. 34 do Decreto nº 5.209/2004.

Recomendação 2: Quantificar o potencial valor pago indevidamente e promover ação para reaver os valores, quando averiguado, no processo apuratório, dolo do beneficiário e/ou do agente público, em consonância com os artigos 34 e 35 do Decreto nº 5.209, de 17/9/2004.

#### **2.1.4 Famílias beneficiárias do PBF que possuem em sua composição servidores municipais com renda per capita familiar superior ao limite de meio salário mínimo permitido pela legislação para a permanência no Programa.**

##### **Fato**

Com o objetivo de identificar famílias beneficiárias recebendo indevidamente os benefícios do Programa Bolsa Família no município de Mirangaba/BA, foi realizado um cruzamento das bases de dados da Folha de Pagamento do PBF de 01/2014, da RAIS de 12/2012 e do Cadastro Único de 12/2013. Tal procedimento selecionou famílias com pelo menos 1 (um) membro com vínculo empregatício junto à Prefeitura e considerou apenas os rendimentos desses membros.

A partir desse cruzamento de dados, foi realizada uma comparação dos resultados com a folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura Municipal referente a 02/2014, de forma a verificar a permanência do vínculo empregatício.

Como resultado, constatou-se que 10 famílias estão recebendo os benefícios do Programa de forma indevida, tendo em vista que possuem renda per capita familiar superior a meio salário mínimo, limite estabelecido para a permanência das famílias no Programa, em conformidade com art. 6º da Portaria 617/2010.

A tabela abaixo representa a relação das famílias.

<b>Código Familiar</b>	<b>NIS</b>	<b>Nº integrantes família</b>	<b>Data Última Atualização</b>	<b>Data Admissão</b>	<b>Rendimento Bruto no último mês (R\$)<sup>1</sup></b>	<b>Renda per Capita Familiar (R\$)<sup>2</sup></b>
800132602	12094199772	02	05/12/2012	04/01/1999	724,00	429,40
800132602	12307891899	04	05/12/2012	01/12/1997	724,00	429,40
1876370599	12384879016	03	22/03/2012	01/03/1992	3.446,71	743,12
3529583910	14182124274	03	20/12/2012	17/07/2009	940,21	361,71
2293161315	16331517392	03	04/11/2013	11/04/2003	1.036,57	843,17
468880399	16386624425	04	29/12/2011	08/11/2011	724,00	459,68
800150007	16358879465	03	22/10/2012	22/01/1999	800,00	542,47
468900411	12384667191	05	22/09/2011	02/03/1998	1.088,39	342,54
468907858	16589474045	02	02/02/2012	01/03/2012	724,00	439,74
2125810409	20129209257	03	16/12/2011	01/03/2011	800,00	511,11
2125810409	12803954771	03	16/12/2011	01/09/2000	800,00	511,11
2031868420	20937250486	03	26/07/2011	21/11/2012	724,00	513,41
2031868420	19012496961	03	26/07/2011	21/07/2008	1.145,17	513,41

<sup>1</sup> Rendimento bruto auferido pelo servidor no último mês, ou seja, no mês da folha de pagamento dos funcionários da Prefeitura, desconsiderando auxílios e indenizações.

<sup>2</sup> Per capita familiar, apurada com base nas informações da RAIS, calculada considerando apenas os rendimentos auferidos pelo vínculo com a prefeitura municipal no exercício de 2012.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Por meio do Ofício nº 146, de 03 de julho de 2014, a Prefeitura Municipal de Mirangaba/BA apresentou a seguinte manifestação, editada apenas quanto ao nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las:

*“Em atenção ao Relatório Preliminar recebido por esta Gestão Municipal do PBF – Programa Bolsa Família neste Município de Mirangaba – BA, encaminhado pela CGU – Controladoria Geral da União, ante ao exposto no referido relatório deixamos aqui alguns esclarecimentos que entendemos ser necessário, o Modelo de Recadastramento e Cadastramento para o Sistema alimentação/atualização do CADUNICO é “Auto Declaratório” o que nos deixa na condição de apenas anotar o que é Declarado pelo Usuário(a) que está sendo entrevistado(a), porém uma vez notificado sobre possíveis irregularidades este município tem unido esforços para realizar as visitas domiciliares para Averiguação e encaminhado Relatórios à SNRC – Secretária Nacional de Renda de Cidadania em Brasília – DF.*

(...)

*Das 13 (treze) Beneficiários com vínculos empregatício com a Prefeitura Municipal de Mirangaba – BA, os mesmos também estão sendo notificadas e terão seus Benefícios Bloqueados e posteriormente Cancelado no Sistema, vale salientar que alguns deles já foram notificados anteriormente com visita domiciliar para averiguação e relatório encaminhado para a SRNC em Brasília, e já se encontra com o Benefício Cancelado conforme quadro abaixo.*

<i><b>Código Familiar</b></i>	<i><b>NIS</b></i>	<i><b>Nome</b></i>	<i><b>Situação Atual</b></i>
800132602	12094199772/ 12307891899	R. A. M. (RF)	Liberado
1876370599	12384879016	A. M. da M.	<b>Cancelado</b>
3529583910	14182124274	G. de J.	Liberado
2293161315	16331517392	J. P. P. de J.	Liberado
468880399	16386624425	L. de J. S.	Liberado (apenas núcleo familiar)
800150007	16358879465	M. H. de F. (RF)	<b>Cancelado</b>
468900411	12384667191	E. C. I. (RF)	<b>Cancelado</b>
468907858	16589474045	S. O. N. (RF)	Em pagamento
2125810409	20129209257/ 12803954771	M. F. D. e L. S. dos S.	<b>Cancelado</b>
2031868420	20937250486/ 19012496961	V. L. F. da S. e M. B. da S.	<b>Liberado apenas Varável</b>

”

## **Análise do Controle Interno**

Tendo em vista que a Prefeitura de Mirangaba-BA apresentou apenas propostas de regularização das pendências, a equipe de fiscalização da CGU-BA conclui que a constatação deverá ser mantida até a apresentação definitiva da regularidade dos fatos.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: Requisitar ao gestor local que proceda à atualização cadastral dos beneficiários apontados no Relatório de Fiscalização, de forma a refletir a atual renda dos integrantes do grupo familiar.

Recomendação 2: Acompanhar a atualização cadastral realizada pelo gestor local e o processo de repercussão automática de gestão de benefícios, monitorando o cancelamento, conforme o caso.

Recomendação 3: Quantificar o potencial valor pago indevidamente e promover ação para reaver os valores, quando averiguado, no processo apuratório, dolo do beneficiário e/ou do agente público, em consonância com os artigos 34 e 35 do Decreto nº 5.209, de 17/9/2004.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Ausência de implementação de programas/ações complementares ao Programa Bolsa Família pela Prefeitura Municipal.**

## **Fato**

Conforme entrevista realizada com a secretária municipal de assistência social, através do preenchimento do questionário aplicado, ela informou que a Prefeitura não desenvolve, no momento, ações complementares ao Programa Bolsa Família no município.

De acordo com o termo de adesão ao Programa Bolsa Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais (Anexo I da Portaria GM/MDS nº 246, de 20.5.2005) e inciso VII do art. 14 do Decreto nº 5.209, de 17.9.2004, ações complementares (Capacitação Profissional, Geração de Trabalho e Renda, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, dentre outras) devem ser realizadas pela Prefeitura.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

A Prefeitura de Mirangaba-BA, apresentou justificativa através do Ofício s/n, de 24/04/2014, “in verbis”:

*“A Prefeitura disponibilizou carro todas as vezes que o Conselho solicitou para realização de visitas. Inclusive os Conselheiros participaram de todas as etapas da Conferência Municipal de Assistência Social, nas Pre-conferências realizadas na Zona Rural. Também os conselheiros participaram de todas as atividades de Confraternização e Socialização realizadas com os usuários da Assistência. A solicitação da Secretária de Assistência Social para que houvesse fiscalização “in loco” por parte do Conselho, demonstra a forma aberta e transparente e o apoio dado ao Conselho. Houve muito mais que duas visitas aos Programas, no entanto não foram registradas no livro de ata.”*

## **Análise do Controle Interno**

Conforme resposta da Prefeitura, a mesma demonstra desconhecimento da efetividade das “ações complementares ao Programa Bolsa Família”, conforme recomendam as Normas do Programa, tendo em vista que na justificativa, a Unidade cita apenas ações operacionais relativas à Instância de Controle Social. Diante do exposto, permanece a constatação, além das recomendações expedidas pela CGU.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos não está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201405921

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

**Instrumento de Transferência:** Não se Aplica

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** Não se aplica.

**Objeto da Fiscalização:** CMAS Instância de controle social instituída, com infraestrutura adequada para o pleno desempenho de suas atribuições normativas; atuação do CMAS na fiscalização dos serviços, programas/projetos, e nas entidades privadas da assistência social; inscrição das entidades privadas de assistência social.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) / 8249 - Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar a atuação do Conselho Municipal de Assistência Social visto que o mesmo tem competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pela Controladoria-Geral da União.

#### 2.1.1 Ausência de estrutura física necessária para funcionamento do CMAS.

##### Fato

O poder executivo municipal não disponibiliza estrutura necessária para o funcionamento do conselho, afrontando o parágrafo único, do art. 16 da Lei Orgânica da Assistência Social. Dentre os elementos faltantes, destacamos:

- Não disponibilização de sala para realização das reuniões do conselho: até 2012 o conselho realizava suas reuniões nas dependências da Sec. De Assistência Social, passando a realizar suas reuniões na Câmara Municipal, a partir de 2013;

- Ausência de sala com mobiliário e equipamentos para funcionamento do conselho;
- Ausência de oferta de diárias e passagens para realização de viagens por parte dos conselheiros.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“ (...)

Ressalta que já foi devidamente elaborado o projeto de reforma da Secretária Municipal de Assistência Social, com a previsão de espaço destinado exclusivamente ao Conselho Municipal de Assistência Social, conforme (DOC. 03) restando, contudo, paralisado até o presente momento em virtude de indisponibilidade financeira do Executivo Municipal.”

### **Análise do Controle Interno**

Pela resposta a Prefeitura de Mirangaba reconheceu a falta de um espaço exclusivo para a realização das reuniões do conselho.

Dessa maneira, concluímos pela manutenção do ponto.

### **Recomendações:**

Recomendação 1: O gestor federal deve notificar o gestor municipal para que seja providenciada a infraestrutura necessária ao efetivo funcionamento do CMAS.

## **2.2 Parte 2**

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Esta Controladoria não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

### **2.2.1 Incongruência entre Lei Municipal de formação do Conselho e respectivo Decreto Municipal de nomeação.**

#### **Fato**

Não foi observada compatibilidade entre as formações do Conselho de Assistência Social previstas na Lei Municipal nº 21/98 e o Decreto Municipal nº 58/2013. Dessa forma, a Lei Municipal prevê em seu art. 3º, II,a, que um representante da Igreja Católica deveria fazer parte dos quadros do conselho.

Entretanto, o decreto que nomeia os integrantes do Conselho não faz referência à qualquer membro da Igreja Católica, alocando em seu lugar, de forma injustificada, um representante do Sindicato de Servidores Públicos Municipais do Município de Mirangaba\BA.

Pela hierarquia das normas, o decreto deveria ser compatível com o instrumento legal ao qual ele é relacionado, o que não ocorre. A análise de documentos adicionais não elucidou o motivo pelo qual se deu a substituição de entidade por meio de decreto municipal.

### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“O Relatório de Fiscalização constatou a incompatibilidade entre a formação do Conselho de Assistência Social e a composição prevista na Lei Municipal nº. 021/1998, através do Decreto Municipal nº. 058/2013 anexo (doc.01), posto que promoveu a nomeação de integrante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Mirangaba (BA) aos invés de membro da Igreja Católica.

No caso acima aludido, cabe considerar que, o CMAS foi escolhido através do disposto da Lei Nº 54, de 17 de agosto de 2001, conforme anexo (doc. 02), e não da Lei 21/1998, não sendo indicado nenhum membro da igreja católica, uma vez que a instituição não indicou membros representantes. Ocorre que a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, prevê a criação dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), e afirma, segundo o art.16, que os Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) são “instâncias deliberativas do sistema descentralizado e participativo, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil”, devendo estar vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover, ainda, sua estrutura como: recursos materiais, humanos e

financeiros, despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Nesse diapasão, não restou alternativa senão o efetivo cumprimento à norma que determina o caráter permanente do aludido Conselho, através da nomeação de membro estranho a legislação local, mantendo, igualmente, a natureza paritária.

A Constituição Federal de 1988, pautando-se pelos princípios da descentralização e da participação popular, criou instrumentos para que a sociedade possa exercer o seu papel de controle nas ações do Estado na busca do bem comum e do interesse público. Na área da assistência social, em particular, o inc. II, art. 204, da CF estabelece que as ações governamentais tenham como diretrizes, dentre outras, a "participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da Política e no controle das ações em todos os níveis".

Os Conselhos da Assistência Social estão previstos na Lei 8.748/1993; na Lei 8.842/1994e na Lei 10.836/2004. Esses são uma instância local importante de formulação de estratégias e de controle da execução da política de assistência social. Segundo a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93), principal instrumento norteador da política, essa tem por objetivos a) a proteção social, que inclui: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; b) a vigilância socioassistencial; c) a defesa de direitos."



## **Análise do Controle Interno**

A Lei Municipal nº 21/98 especifica todas as entidades da sociedade civil que devem indicar os representantes no CMAS. Isto está descrito no art. 3º, II, do diploma normativo em comento.

Já a Lei Municipal nº 54/2001 especifica no mesmo art. 3º, II, que farão parte do Conselho Municipal de Assistência Social “os representantes da sociedade civil, escolhidos dentre representantes das organizações de usuários, das organizações dos prestadores de serviços, das organizações da Assistência Social, das organizações de trabalhadores, escolhidos em foro próprio”. Assim, não especificou quais as entidades deveriam fazer parte do Conselho.

Entendemos que pela falta de especificidade da Lei posterior, que somente revogou a Lei anterior nos aspectos nos quais elas seriam contrárias (art. 4º), a concepção de formação dos conselhos deveria ser combinada entre as duas leis. Ou seja, as entidades da Lei nº 21/98 deveriam ter sua natureza compatível com o descrito na Lei nº 54/2001, e não a Lei nº 54 revogar as entidades da Lei nº 21. Até mesmo porque pelo modo no qual se deu a construção da Lei 54/2001 (muito genérica), esta deixa completamente à sorte do gestor a escolha das organizações que farão parte do CMAS em cada composição, o que pode ser uma ferramenta adicional para indicação de entidades balizada por critérios políticos, o que seria uma afronta à paridade na composição do conselho e uma burla ao processo legislativo.

Com relação à sua compatibilidade, a Prefeitura demonstrou tacitamente que as instituições ligadas à Igreja poderiam compor o CMAS, visto que o Decreto nº 58/13 (entregue à equipe de fiscalização), que nomeou os membros da composição do CMAS existente na época que a visita da equipe de fiscalização foi realizada, preservou a Assembleia de Deus e retirou a Igreja Católica.

Devem ser também citadas algumas outras falhas acessórias na análise dos fatos aqui constatados. Neste contexto, a Prefeitura apresentou na época da visita da equipe de fiscalização ao município um instrumento que não teria mais validade jurídica (a Lei Municipal nº 21/98), conforme a própria Prefeitura sustenta, o que demonstra que a Prefeitura não tem conhecimento dos instrumentos jurídicos atualmente vigentes no âmbito municipal. Já no que se refere à Lei Municipal apresentada na resposta aqui analisada (nº 54/2001), não se pode atestar também que é um documento válido, uma vez que a Prefeitura já demonstrou ter a capacidade de entregar documentos inválidos e não apresentou à equipe de fiscalização nenhuma cópia que ateste que a Lei Municipal foi devidamente publicada (como forma de demonstrar que é realmente um documento construído na época e oficial). Quanto à não indicação de membro por parte da Igreja Católica, a Prefeitura não apresentou elementos que demonstrem que tal entidade tenha sido convocada, e posteriormente, omissa.

Dessa forma, mantemos a constatação.

### **2.2.2 Deficiências na Atuação do Conselho Municipal de Assistência Social**

#### **Fato**

A equipe de fiscalização da Controladoria Geral da União pôde detectar, durante a realização dos trabalhos de campo, deficiências no funcionamento do Conselho Municipal

de Assistência Social do município de Mirangaba/BA. Os fatos descritos na constatação são oriundos de entrevista junto com alguns membros do conselho (formação 2013-15), confirmação de alguns fatos com o atual presidente da entidade colegiada, análise das resoluções do conselho, bem como do livro de atas para os anos de 2012-13. Segue descrição dos fatos a seguir:

A – Apesar de ter sido emitida uma Resolução do CMAS do ano de 2013 aprovando o Plano de Ação para a Assistência Social (Recursos do Tesouro Nacional), não foi observado qualquer documento que comprovasse que a análise tenha sido realizada e que as metas propostas tenham sido criticadas e discutidas pelo conselho.

B – O acompanhamento relacionado à execução dos programas, e realizado pelos componentes do conselho, está ocorrendo em número insuficiente, fazendo com que alguns programas deixem de ser acompanhados. Foram apresentados apenas relatórios de visitação às unidades do CRAS e PETI, sendo que este trabalho foi realizado apenas duas vezes durante o ano de 2013. A Ata de 29/07/2012 já mencionara o fato, uma vez que houve solicitação por parte da Secretaria de Ass. Social para que houvesse fiscalização ‘in loco’ por parte do conselho.

C – Não é realizado o acompanhamento técnico-financeiro-contábil relacionado aos recursos utilizados pela Assistência Social, por falta de capacitação dos membros para essas atividades e estrutura física para desenvolvimento destas atividades.

D – A aprovação das contas relacionadas ao exercício de 2011 foi processada sem que houvesse análise técnica por parte dos membros do conselho. Dessa maneira, conforme ata de 04/04/2012, o colegiado processou as contas do conselho após apresentação audiovisual da movimentação dos recursos e abertura de sessão de questionamentos. Em nenhuma das atas do ano de 2012 é possível se verificar que o conselho realizou qualquer tipo de análise técnica relacionada aos gastos e despesas realizadas com recursos federais utilizados na área da assistência social.

E – Foi observado que algumas entidades representantes da sociedade civil não apresentam frequência mínima necessária que elucide que as entidades participem de forma atuante no conselho. Dessa forma, os representantes da Igreja Assembleia de Deus somente compareceram a 50% das reuniões realizadas no ano de 2013. Além da Igreja Assembleia de Deus, foi observado que os participantes do Movimento de Mulheres de Mirangaba-MOMMI e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirangaba também apresentam frequência de presença às reuniões do conselho da ordem de 50%.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“No que concerne aos apontamentos sobre esta constatação registrados no Relatório de Fiscalização, o Gestor municipal tem a esclarecer que todos os fatos sinalizados serão objeto de rigorosa apuração, mediante sindicância. Nesse sentido, o Gestor municipal se compromete à colaborar com a função fiscalizatória dessa CGU, encaminhando as conclusões e documentos obtidos, além de eventuais medidas sancionatórias a serem

adotadas contra os responsáveis, o que certamente contribuirá para o esclarecimento da situação retratada.

**2.A** [*no texto original da Prefeitura, 2.B*] - A análise do Plano de Ação para a Assistência Social, observa que foi devidamente discutido, analisado, criticado e aprovado pelo CMAS e emitida Resolução, na forma constante na Ata da Reunião em anexo. (DOC. 04)

**2.B** [*no texto original da Prefeitura, 2.D*] – O acompanhamento da execução dos Programas do CRAS e PETI conforme relato foi executado, e mesmo não relatado pelos entrevistados, o conselho também tem informação sobre o CREAS uma vez que a secretaria executiva do CMAS acompanha o funcionamento em sua totalidade, o Projovem por sua vez vem sendo acompanhado inclusive comprova a preocupação do Conselho com os recursos, além do acompanhamento do programa de combate a seca na distribuição de Leite e Sucos às famílias de baixa renda no município, conforme anexo (DOC. 04), comprovando assim que o Conselho tem fiscalizado de forma eficaz os programas;

**2.C** [*no texto original da Prefeitura, 2.E*] – Conforme ata do anexo (DOC. 04) do CMAS comprova-se que é realizado o acompanhamento técnico-financeiro-contábil oriundo dos recursos utilizado pela Assistência Social, inclusive mostra a preocupação do CMAS com a redução significativa dos recursos.

**2.D** [*no texto original da Prefeitura, 2.F*] - Evidencia que questões relacionadas à gestão anterior 2009-2012, inclusive com relação à aprovação das contas relacionadas ao exercício de 2011, não são de responsabilidade dessa gestão, sendo que são inclusive desconhecidas as causas, porquanto não foram transmitidas as informações e documentos pertencentes ao município de Mirangaba (BA).

**2.E** [*no texto original da Prefeitura, 2.G*] – Apesar de ter sido identificado alguns membros do CMAS apenas 50% de comparecimento às reuniões, foi aprovado Resolução aprovando calendário e as reuniões todas tiveram a presença de membros atingindo coro.”

## **Análise do Controle Interno**

Sobre a manifestação da Prefeitura Municipal de Mirangaba, apresentamos as seguintes considerações:

Item A – A Prefeitura asseverou que houve discussão e crítica relacionada às metas do CMAS a serem alcançadas com a utilização de recursos federais para 2013. Todavia, nos documentos apresentados pela Prefeitura, em sede da resposta ao relatório preliminar, não é possível verificar que o Conselho se reuniu para discutir as metas inseridas na Resolução CMAS nº 06/2013, de 09/05/2013. Assim, a única ata de reunião do conselho anterior a esta data é inclusa sob o título de *Doc. 04*. Nesta Ata, denominada de nº 02 Extraordinária, são discutidos assuntos relacionados à seleção de cadastradores para o CAD Único, análise do plano de ação 2013 (parte estadual) e Programa Bolsa Família. Assim, não foi localizado nenhum tipo de exame (crítica, análise e discussão) das metas estipuladas na Resolução CMAS nº 06/2013 antes da data de sua lavratura;

Item B – Não foram apresentados documentos que elucidem a fiscalização operacional e sistemática de programas como CREAS, Projovem ou do programa de distribuição de sucos de laranja por parte do CMAS. Ressaltando que o programa de distribuição de sucos de laranja é um programa estadual, e resta externo ao espectro de avaliação desta CGU;

Item C – A Prefeitura não apresentou documentos que demonstrem que é realizado o acompanhamento contábil-financeiro dos programas executados pelo município de Mirangaba;

Item D – Neste item a atual gestão se isentou de responsabilidades, afirmando que as mesmas tem relação de pertinência com a gestão anterior;

Item E – A Prefeitura não apresentou justificativas relacionadas ao absenteísmo.

Assim, após as ponderações elencadas acima, concluímos pela manutenção dos fatos constatados.

### **2.2.3 Não aprovação da prestação de contas da assistência social relativas ao ano de 2012.**

#### **Fato**

A análise das resoluções emitidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social elucidou à equipe de fiscalização que não houve a aprovação da prestação de contas dos recursos federais utilizados pela assistência social no ano de 2013. Assim, o art. 1º, da Resolução nº 14/2013, é categórico ao afirmar o transcrito abaixo:

“Não aprovar a prestação de contas do exercício financeiro de 2012 com recursos co-financiados pelo Governo Federal através do FNAS através do SUAS-WEB, dos serviços e programas socioassistenciais.”

Dentre os fatos apontados como causa para a não aprovação, estão a falta de documentos para análise qualitativa e quantitativa dos serviços prestados, falta de condições satisfatórias para analisar e discutir a prestação de contas e não comparecimento dos gestores para prestação de esclarecimentos relacionados à gestão dos recursos no ano de 2012.

Acrescentamos que os conselheiros entrevistados confirmaram que não houve a entrega dos documentos necessários para a aprovação de contas do ano anterior.

#### **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“No caso, verifica-se da manifestação que os próprios conselheiros confirmaram eu não houve a entrega dos documentos necessários para a avaliação das contas do exercício de 2012, sendo que a prestação de contas que, por culpa do gestor, não é submetida ao controle social, no tempo certo e nos termos da regulamentação vigente, não faz prova da boa e regular aplicação dos recursos.

Caracteriza-se a omissão no dever de prestar contas, porque ela não foi apresentada. Nos termos da legislação em vigor, a prestação de contas constitui dever cujo cumprimento há de ocorrer dentro dos prazos fixados, com o objetivo de possibilitar o correto exercício do controle, sem acarretar transtornos desnecessários para a Administração. A conduta do administrador que não presta contas no devido tempo configura violação ao princípio do dever de prestar contas, insculpido dentre os princípios constitucionais sensíveis, que autorizam a União a intervir nos Estados, e os Estados a intervir nos Municípios (art. 34, VII, 'd', e 35, II, da CF).

Além disso, o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal determina que "prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária". No plano infraconstitucional, o Decreto-lei 200/1967 corporifica o aludido princípio no art. 93, cuja inobservância é elevada à condição de infração penal pelo Decreto-lei 201/1967, art. 1º, inciso VII.

A jurisprudência do Tribunal é pacífica: omissão, com a posterior prestação intempestiva das contas pode elidir o débito, se comprovada a aplicação regular dos recursos, mas, nos termos do Regimento Interno, não sana a irregularidade inicial do gestor e determina o julgamento das contas pela irregularidade, com eventual aplicação de multa (acórdãos 1.92/2009, Plenário; 719/2009, 1ª Câmara; 1.686/2007 e 1.294/2008, 2ª Câmara).

Grave a insubmissão da prestação de contas ao Conselho Municipal de Assistência Social, requisito essencial a sua aprovação.

O Governo Federal tem adotado estratégias para intensificar o controle social de seus programas, sobretudo nas áreas de educação, saúde e assistência social. O mecanismo delega à sociedade, entre outras, a fiscalização da regularidade na aplicação dos recursos destinados ao programa. Nesse modelo, a conveniente apresenta prestação de contas simplificada ao órgão repassador, constituída apenas por demonstrativos da execução da despesa. A execução do programa e os documentos comprobatórios da despesa são avaliados por conselho instituído para esse fim.

Portanto, a falta de comprovação, pelo responsável, de sua boa-fé e a existência de irregularidade relativa à omissão, enseja o julgamento pela irregularidade das contas.”

### **Análise do Controle Interno**

A Prefeitura Municipal confirmou os fatos apresentados pela equipe de fiscalização. Dessa forma, mantemos a constatação.

#### **2.2.4 Ausência de capacitação dos conselheiros do CMAS.**

##### **Fato**

Não existe oferta de capacitação aos conselheiros. Segundo os membros do conselho entrevistados, houve uma proposta de capacitação no ano de 2013, todavia, tal capacitação nunca ocorreu por conta da responsável pela capacitação não mais poder continuar no projeto. Sem a mesma, foi impossível iniciar a citada capacitação, já que não houve alocação de um novo responsável pela capacitação. Segundo relato dos conselheiros, a capacitação teria como foco as diversas formas de atuação do CMAS no município, como forma de torna-lo efetivo, já que conforme opinião de um dos conselheiros entrevistados, a falta de capacitação limita o funcionamento do conselho, no que tange à sua atuação técnica, no exercício de suas funções fiscalizatórias.

## **Manifestação da Unidade Examinada**

Através do encaminhamento da Resposta do Prefeito ao Ofício nº 8933/2014-GAB-CGU-Regional/BA/CGU-PR, a Prefeitura Municipal de Mirangaba se pronunciou consoante texto abaixo:

“ (...)

Frise-se que, conforme relatado, a Administração buscou oportunizar a capacitação dos Conselheiros no exercício de 2013, consoante comprova o contrato administrativo em anexo. (DOC. 05), salienta ainda que, apesar dos membros frisarem a não capacitação por entender que seria um curso com carga horaria específica, a capacitação esta ocorrendo de forma gradativa e contínua conforme consta na ata de algumas reuniões do Conselho, uma vez que entendemos na verdade que são membros novos e trata-se apenas no primeiro ano de gestão, de modo que nesse período o CMAS objetivou além da capacitação, sua instalação e organização.”

## **Análise do Controle Interno**

A Prefeitura não trouxe maiores elementos que reformem o entendimento original da equipe de fiscalização. Assim, somente apresentou um contrato junto à empresa TCA Martins e Cia Ltda., de 01\04\2013, cujo objeto é o fortalecimento do CMAS por meio de capacitação, treinamento e apoio técnico. Não apresentou comprovantes de que esta capacitação tenha sido realizada, ou outro tipo de evidência. No que se refere às capacitações realizadas durante às reuniões do CMAS, a equipe de fiscalização não verificou tais ocorrências. Dessa maneira, concluímos pela manutenção do ponto.

## **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS não está adequado aos normativos referentes ao objeto fiscalizado.

**Ordem de Serviço:** 201406204

**Município/UF:** Mirangaba/BA

**Órgão:** MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME

**Instrumento de Transferência:** Fundo a Fundo ou Concessão

**Unidade Examinada:** MIRANGABA PREFEITURA GABINETE DO PREFEITO

**Montante de Recursos financeiros:** R\$ 234.000,00

**Objeto da Fiscalização:** CRAS/PAIF - Unidade de Referência Oferta PAIF Recursos repassados pelo FNAS executados conforme objetivos do programa e outros normativos(contábil-financeiro, licitação); Fornecimento dos subsídios para funcionamento dos CRAS; Formulários e questionários de sistemas de monitoramento preenchidos; Unidades Públicas - CRAS implantados e em funcionamento, oferecendo os serviços do PAIF, conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Protocolo de Gestão Integrada e Reoluções da CIT.

## 1. Introdução

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 17/03/2014 a 21/03/2014 sobre a aplicação dos recursos do programa 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) / 2A60 - Serviços de Proteção Social Básica no município de Mirangaba/BA.

A ação fiscalizada destina-se a verificar os objetivos do programa, quais sejam: atender e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento às Famílias - PAIF, ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, nos CRAS itinerantes (embarcações) e pelas equipes volantes, bem como, ofertar Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) de forma a atender demandas e necessidades específicas de famílias com presença de indivíduos.

## 2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por esta Controladoria.

### 2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

### 2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.



### **3. Conclusão**

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação dos recursos federais recebidos está devidamente adequada à totalidade dos normativos referentes ao objeto fiscalizado.